Digitized by the Internet Archive
in 2018 with funding from
Princeton Theological Seminary Library

https://archive.org/details/symposiumrevista2119unse

2:1 1960

SYMPOSIUM

REVISTA DA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO

103

LAP

SUMÁRIO

LIBRARY OF PRINCETON
JAN 21 1988
THEOLOGICAL SEMINARY

APRESENTAÇÃO

CAMINHO E EXPERIÊNCIA — **M. C. Tavares de Miranda**

USOS E COSTUMES — **Prof. Manuel Aroucha**

PERSONALIDADE E PSICOGRAFOLOGIA — **P. Pedro de Mello, s.j.**

UMA CONTRIBUIÇÃO AO ESTUDO DA REFORMA DA CONTABILIDADE PÚBLICA — **Francisco José de Souza**

UMA APROXIMAÇÃO AO SENTIDO DA PROSA DE BORIS PASTERNAK — **Luiz de França Costa Lima**

INTRODUÇÃO A ALBERT CAMUS — **Roberto Cavalcanti de Albuquerque**

VIDA UNIVERSITÁRIA

RESENHA DE CULTURA

RECIFE — PERNAMBUCO — BRASIL

SYMPOSIUM REVISTA

DA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO

DIRIGIDA PELOS PP. JESUITAS

REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO :

RUA DO PRÍNCIPE, 526 — FONE: 2102

RECIFE — Pernambuco — BRASIL

DIRETOR-RESPONSÁVEL:

P. ALOÍSIO MOSCA DE CARVALHO, S.J.

REDATOR-CHEFE :

P. PEDRO DE MELLO, S.J.

ASSINATURA ANUAL (4 fascículos)	Cr$	200,00
NÚMERO AVULSO	Cr$	40,00
NÚMERO ATRASADO	Cr$	50,00
ASSINATURA PARA ALUNOS DA UNIV. CATÓLICA...	Cr$	100,00

SYMPOSIUM
REVISTA DA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO

ANO II – VOL. II – N.º 1 — RECIFE 1960

INDICE

Pág.

Apresentação I

Caminho e Experiência — M. C. TAVARES DE MIRANDA 1

Usos e Costumes — Prof. MANUEL AROUCHA 10

Personalidade e Psicografologia — P. PEDRO DE MELLO, s.j. 25

Uma Contribuição ao Estudo da Reforma da Contabilidade Pública — FRANCISCO JOSÉ DE SOUZA 35

Uma Aproximação ao Sentido da Prosa de Boris Pasternak — LUIZ DE FRANÇA COSTA LIMA 49

Introdução a Albert Camus — ROBERTO CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE 76

Vida Universitária 91

Resenha de Cultura 94

(*) NOTA:— Por engano os números 2 e 3 do ano passado sairam com data de 1960.

Reflexões em tôrno de um artigo de Anísio Teixeira

Acaba-me de chegar às mãos, a "Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos" (outubro-dezembro, 1959). Entre outros artigos encontra-se um do sr. Anísio Teixeira: "A nova lei de Diretrizes e Bases": um anacronismo educacional".

Quisemos lê-lo todo. E não podemos resistir ao desejo de fazer algumas observações de caráter geral. Apenas reflexões, talvez esparsas, sem outro objetivo que o de dizer ao dr. Anísio, não só que discordamos de seu modo de pensar, mas que temos obrigação de assim agir. É pena que, nesta terra de tantas aventuras "democráticas", não exista realmente uma consciência cristã (ou não a tenhamos formado), esclarecida e corajosa, que saiba falar ao dr. Anísio.

Não nos interessa aqui defender ou criticar problemas suscitados pela discussão da Lei em questão. É intento nosso apenas considerar certos aspetos que são básicos na cosmovisão do Diretor do INEP, e que se encontram, latentes ou claros, em geral, nas suas obras e escritos.

O artigo a que nos referimos, manifesta, logo de início, uma preocupação, quasi absorvente: a de o Estado perder a própria influência, capacidade e raio de ação, ingerência, poder, direção, autoridade. Teme que a iniciativa privada seja reforçada, que o privado se torne público, que o particular conquiste "regalias" e "privilégios", que só ao "público" podem pertencer.

A preocupação pelo que é público, pelo que pertence ao Estado é tão grande, que se fica tentado a perguntar ao dr. Anísio: será que V.S. é de fato, **monopolista** como se afirma? A impressão nítida que se tem, ao terminar a leitura do artigo, é a seguinte: se as coisas estivessem **atualmente** (ou si vierem um dia a estar) nas mãos hábeis do Mestre do INEP, deixaria êle (ou deixará mais tarde!) as instituições educativas particulares na rua, a se arranjarem como puderem, para tentar a implantação da escola estatal **definitiva e única, como é seu desejo,** única a seu ver, que tem foros e capacidade para ensinar, dirigir e orientar.

Essas preocupações que ressumam evidentemente monopólio ou anseio de monopólio educacional, refletem, claramente alguns dos erros manifestos do sr. Anísio Teixeira. São os seus deslises (a par de suas grandes qualidades), que apontaremos sem rodeios.

1.º — O primeiro êrro é pensar que ensinar bem é privilégio do Estado e que a escola particular é por si incapaz de satisfazer às

exigências modernas. Mais devagar. Aceitamos a tese de que o Estado pode ensinar e de que deve fazê-lo, no cumprimento de sua missão de estabelecer, organizar, dirigir e fomentar o bem comum ou **público** (*). Negamos-lhe, porém, o direito **absoluto** de absorver o campo da iniciativa particular e muito mais o de criar **propositadamente**, com armas solertes e inteligentes, tais dificuldades ao esfôrço privado, que êste não possa subsistir. O Estado tem obrigação, **por vigor de sua missão social e comunitária**, de estimular tôda e qualquer atividade, **que venha favorecer o desenvolvimento do bem coletivo**. Se existem ou existirem intenções torcidas, nos que dirigem instituições particulares, cabe ainda ao Estado, **na defesa do patrimônio de todos**, exigir, que se respeite o bem do povo. Se há explorações, a autoridade estatal, **respeitadas as normas da justiça e da equidade**, deve exercer coerção moral. É arbitrário deixar morrer ou extinguir-se à míngua instituições que **podem** ser úteis, só porque se verificam abusos em seu seio. Onde está a lógica ou o bom senso?

2.º — Pensa, a meu ver, erradamente, o dr. Anísio, que "a educação que a escola particular irá expandir **terá de ser** (o grifo é nosso) a educação chamada de "classe" (cf. pag. 32). Concordamos em que, frequentemente, muitas instituições educativas tenham tido uma orientação errada e que muito aristocratismo tenha prevalecido nos planos mais ou menos burgueses ou aburguesados de muitos educadores, leigos ou eclesiásticos e religiosos. Daqui, porém, a concluir que a educação a ser ministrada pela escola particular **há de ter** a orientação que se lhe atribui, a sã lógica põe, e com razão, um grande hiato. Por ventura não poderá haver modificações? (O dr. Anísio, se for sincero, sabe que muita coisa já se modificou). Porque foi assim, será assim sempre! Que determinismo é êsse? Porque apenas o Estado pode renovar seus métodos? Porque então não se começar um trabalho sério, continuado, eficaz, inteligente no sentido de orientar a atividade educativa também e sobretudo **para fins sociais**, para se ir **desfazendo o desnivelamento exagerado de classe?**

É ótimo que o Mestre do Inep pense em estender a todos, indistintamente, o benefício da instrução e da educação, que não devem ser privilégio de ninguém. E é com alegria que se vê, no Brasil, ainda que muito lentamente, o ressurgir ou o nascer de um espírito e compreensão sociais, que nos leva a pensar muito mais nos que menos têm.

É bem se diga que "a educação não é privilégio". Gostaríamos que houvesse suficiente honestidade em se dizer também que

---

(*) Tomamos aqui "público" no sentido original. Antes de sua acepção jurídica, como sinônimo de **estatal**, "público" significa somântica e sociològicamente, **comum, popular**.

educar e educar bem não é privilégio apenas do Estado. Seria interessante e **justo** que se compreendesse que o esfôrço de muitos educadores particulares tem finalidade social, não apenas enquanto distribuem bolsas (talvez em formas de esmola), mas sobretudo enquanto vão ao encontro do pobre, dando-lhe uma assistência social ou, sob forma estritamente de ação social. É muito pouco o que se tem feito. Êsse pouco não se reconhece. Ignora-se.

3.º — Julga o dr. Anísio que os que afirmam competir à família por direito natural, ensinar, pensam ser o Estado uma abstração. Está enganado. Somos dos que defendem o direito que a família tem de ensinar, **como decorrência de sua mesma natureza institucional**, mas ao mesmo tempo consideramos o Estado e em primeiro lugar em matéria educacional, como uma realidade bem concreta. O Estado aqui atualmente é o sr. Juscelino Kubitschek, com todos os seus auxiliares, com o seu Ministro da Educação, com o sr. Anísio Teixeira no Inep etc. Quando falamos contra os abusos do Poder ou reconhecemos seus benefícios, quando clamamos contra as tendências monopolistas do Estado, por exemplo nos escritos do sr. Anísio Teixeira, não estamos clamando contra uma abstração. Será que o Diretor do Inep nos julga revestidos de máscaras de Quixotes a brandir espadas contra moinhos de vento?! Abstrações existem nas cabeças (e pode-se falar também do Estado como abstração ... nas aulas, não aqui nestas páginas). Infelizmente há muitas cabeças que vivem de abstrações. Aqui falamos de coisa muito real, que pensa, certo ou errado e muitas vezes bem errado. Se os perigos, no setor educativo, nos viessem apenas de abstrações!...

4.º — Não vejo bem por fôrça de que lógica, pensa o dr. Anísio, que só a Escola pública pode orientar adequadamente. Será que êle, no Inep, desconhece o trabalho de orientação educacional que, em todos os pontos do País, vêm realizando instituições particulares, atendendo, neste ponto, ao apêlo sincero e generoso da Cades, na pessoa do dr. Mello e Sousa e de seu pessoal auxiliar?

O pior em tudo isso é que o dr. Anísio, fiel à problemática naturalista de sua corrente pedagógica, pensa e espera resolver problemas e criar para o Brasil uma orientação nova, renovadora, com simples conselhos psicológicos! Não creio que a inteligência arguta do dr. Anísio esteja convencida de que poderá, com seus auxiliares, atingir o homem, no que tem de mais profundo e de mais vivo, através de processos simplesmente psicológicos. Há no homem, no jovem, no adolescente muito coisa que se torna impenetrável a métodos e processos, sobretudo quando os métodos não se encontram em mãos de personalidades ajustadas em si mesmas e no meio ambiente em que se formaram, Deus sabe como.

Oxalá possamos ver um dia todo o território nacional com extensa rede de "Serviços de Orientação Educacional", nos seus educandários. Compreendemos o sentido muito elevado que êles têm já e poderão ter ainda. Mas que êsses centros sejam realmente ambiente de formação **integral** do homem e que o adolescente possa encontrar diante de si alguém que lhe possa abrir horizontes e aprofundar caminhos que o levem para além de metas simplesmente terrestres.

Será que o Estado (não o Estado abstração) está capacitado para responder, por essa tarefa essencial? Será que muita gente de categorias fechadas (e que as julga muito abertas) se encontra apta a orientar o homem ou o nosso homem brasileiro. Não creio, sinceramente, que o dr. Anísio, dentro de suas formas e categorias sociais, possa tomar, com o povo cristão (e já não digo católico) do Brasil, semelhante compromisso, demasiado pesado para os seus ombros.

5.º — Erra ou equivoca-se o dr. Anísio, quando pensa que desejamos que o "privado" se torne "público". Nossos sonhos são muito mais modestos e concretos. Certamente, se o quiséssemos, deveríamos esperar então muitas vantagens de ordem técnica e material. Desejamos muito mais que isso. Desejamos que o Estado no seu plano, compreenda que a escola particular também trabalha e pode trabalhar ainda mais pelo bem público. Compreenda, sem visão unilateral das coisas e da realidade humana, que já existe esfôrço, em muita parte, de renovação e de conquista humana. Compreenda que não é apenas o Estado que concorre para o bem comum e que ajudando a iniciativa particular não está defraudando o bem do povo. Compreenda, sem particularismos emocionais, que tôda e qualquer instituição que, embora com certas deficiências, ajuda a desenvolver o bem comunitário, tem direito a ser ajudada e compreendida. Não lhe vimos pedir esmola, Dr. Anísio. Queremos apenas que nos respeite os direitos que são nossos e pelos quais saberemos gritar. Queremos que o Estado nos critique positivamente, construtivamente, para nos tornarmos melhores e podermos mais honestamente responder a tarefa que também é **nossa**.

Desculpe-me o dr. Anísio a franqueza: no fundo de tudo isso o que existe clara ou subrepticiamente, é estatismo com capa de **democracia, de espírito democrático, de educação democrática, etc.** É, sem dúvida uma grande coisa a vida vivida sob um regime em que cada um tem o direito de viver e em que o Estado cumpre a sua missão de velar pelo bem comum. Infelizmente, porém, em nossa terra como em outras, o que se esconde por detrás de muitas barreiras sociais que se opõem ao esfôrço particular é simples **estatolatria**.

A esta altura poderia vir bem a frase do dr. Anísio: "Não há nada mais fértil nem mais sutil que a iniquidade" (pg. 28). Até certo ponto o dr. Anísio tem razão. Assim é realmente. Mas, dr. Anísio, poderíamos falar de outra forma e com muito mais acêrto: existe algo mais fértil e muitas vezes mais sutil que a mesma iniquidade. **É a verdade**. Mais fértil, porque criadora de valores. Mais sutil, demasiado sutil, porque muito difícil de ser captada e vivida por quem a não pode ver e sobretudo por quem não a quer aceitar.

P. Pedro de Mello s.j.

CAMINHO E EXPERIÊNCIA

(Notas a propósito do **"DER FELDWEG"** e do **"AUS DER ERFAHRUNG DES DENKENS"** de Martin HEIDEGGER)

M. C. Tavares de MIRANDA

I

Sabemos, e assim mesmo arriscamos, da dificuldade que nos assalta: a da correspondência, ou seja, dis-por do dito, através do que se pronuncia. Seja que falemos da palavra como sinal ou expressão, sobretudo como dizer da coisa mesma, na sua origem, fundamento, apêlo do essencial, do que se mostra, para ser des-coberto no que se oculta contìnuamente.

Diante de nós, dois textos de Martin Heidegger, sintéticos e densos, simples e complexos para análise, pois se "na inaparência do que é sempre o mesmo, o simples oculta sua bênção" (1), êstes dois textos re-tomam a via da incitação, via do pensar instaurador, via da experiência do caminho do pensar, do pensar do ser.

Daí o título destas notas — Caminho e Experiência. Não apenas uma questão de tradução dos títulos dos textos que temos em vista, mas já isto pelo fato de que com a palavra caminho exprime-se a necessidade para o pensar de fazer ou re-fazer seus momentos, examiná-los ao longo de seu percurso. É uma indagação sôbre a marcha do pensamento. Um colocar em questão o seu proceder, indo e re-vindo ao mesmo; um auscultar de conhecimento e um aderir na "renúncia que conduz ao mesmo; renúncia que não priva, mas que dá, que dá a fôrça inesgotável do simples". A-tenção ao "apêlo que nos faz familiar em uma longa proveniência" (2). E aqui, neste fazer-nos familiar, o sentido da experiência do que pensa, ao longo do caminho, na vizinhança e no longínquo, pensa na proximidade do ser-mesmo, pensa o ser no ser.

É o próprio caminho do pensar do ser experimentado, isto é, pôsto em serviço, na aceitação fiel de sua origem: o ser e sua verdade, seu pro-cesso.

---

(1) "Im Unscheinbaren des immer Selben verbirgt es (das Einfache), seinen Segen", **Der Feldweg**, p.4. Os escritos **"Der Feldweg"** e **"Aus der Erfahrung des Denkens"**, serão indicados com as siglas **F.** e **E.D.**, respectivamente.

(2) "(Alles spricht den) Verzicht in das Selbe. Der Verzicht nimmt nicht. Der Verzicht gibt. Er gibt die unerschöpfliche Kraft des Einfachen. Der Zuspruch macht heimisch in einer langen Herkunft", **F.**, p.7.

I I

O **Der Feldweg** (Caminho do campo) é um pequeno escrito de sete páginas, de 10x18, cuja primeira edição apareceu em 1953, e a segunda em 1956, em Vittorio Klostermann, Frankfurt am Main.

O **Aus der Erfahrung des Denkens** (Origem da experiência do pensar), escrito em 1947 e só em 1954 publicado pela editôra Günther Neske Pfullingen, é também um pequeno texto de 27 páginas de 12x30, ritmado por vêzes, mas êle todo um poema. Digamos que é o poema do pensar nas coisas da natureza e do próprio pensar; o "poetar pensante é na verdade a topologia do ser" (3).

I I I

Que significam os dois textos — em sua "forma vista" e em sua "forma-fundamento"? ou seja segundo a sua face que se mostra e segundo o que se pronuncia, fundamentando-a?

A primeira questão visa tornar explícito o que é a própria condição do pensar do ser, em resposta ao apêlo do ser. Explicitação desta condição do pensar do ser no homem que escuta, que pode ouvir o alento do caminho do campo e que se ordena segundo a voz do caminho.

Que é **Der Feldweg** senão o caminho do campo, atalho, visto numa caminhada de ida e de volta, um passeio ao longo do qual a-parecem as lembranças dos tempos, sejam os dias ou as estações, sejam as horas matinais ou as do crepúsculo até o brilhar das estrêlas? Vêm à lembrança os primeiros jogos e as primeiras escolhas. Ainda, mostram-se as regiões e os ambientes, as coisas palpáveis e as coisas em repetição. São as des-cobertas do caminho silencioso "que segue ao passo do que pensa, tão próximo como ao

---

(3) "Das denkende Dichten ist in der Wahrheit die Topologie des Seyns", **E.D.**, p. 23.

"Já estavam escritas estas notas quando recebemos: Martin HEIDEGGER, **Gelassenheit,** Neske Verlag Pfullingen, 1959. Aí o autor diz do seu procurar manifestar em que consiste o dom de tudo que o torrão pátrio lhe tem dado para um longo caminho, e recorda o seu escrito **Der Feldweg** que celebrava, então, em 1949, as festas centenárias da morte de Conradin Kreutzer, em Messkirch, e que era co-memoração". O livro, com seus dois escritos — "Gelassenheit" e "Zur Erörterung der Gelassenheit —, é um diálogo sôbre o pensar, e é re-conhecimento; é "Denken" e "Danken".

passo do camponês que vai, manhã cedo, para a ceifa" (4). Caminho que descreve o quotidiano da vida, do homem na natureza, do afastar-se das coisas e do seu re-aproximar-se de novo; imagem e sentido da árvore, das raízes, do seu abrir-se na amplidão do céu. Alegria e quietude. Sacrifício. Claridade.

Caminho experimentado é o "**Aus der Erfahrung des Denkens**". Experiência do ser e do pensar a partir da experiência das coisas. É o dia que caminha, o surgir das coisas e das impressões que elas nos impõem. Mas da imposição atendida, o pensar experimenta a sua própria coisa e no dizer a palavra toca ao ser. Assim compreendemos a disposição das páginas do "**Aus der Erfahrung des Denkens**" rigorosamente distribuídas entre a sugestão da natureza, sempre exposta nas páginas pares, e a meditação do pensar, que se encontra nas páginas ímpares, correspondendo ao motivo que a evoca. Assim:

na página par—

> "Quando sob um céu chuvoso, sùbitamente rompe e desliza um raio de sol, sôbre o sombrio do prado...

na página ímpar correspondente—

> Nós nunca chegamos aos pensamentos. Êles vêm a nós. É a hora propícia para a conversação" (5).

O poema inicia-se e se termina em forma ritmada, simples. No começo é indicado o experimentar do caminho, no experimentar o instável, o êrro, e o perguntar.

> "Caminho e balança,
> Pontilhão e lenda
> Encontram-se em uma passagem

---

(4) "Dieser (der Feldweg) bleibt dem Schritt des Denkenden so nahe wie dem Schritt des Landmannes, der in der Morgenfrühe zum Mähen geht", **F.**, p.2.

(5) "Wenn unter aufgerissenem Regenhimmel plötzlich ein Sonnenschein über das Düstere der Matten gleitet...

Wir kommen nie zu Gedanken. Sie kommen zu uns.

Das ist die schickliche Stunde des Gesprächs", **E.D.**, p. 10-11.

Vai e toma sôbre ti
Êrro e pergunta
Ao longo de tua única senda" (6).

E no final, o pensar re-torna ao simples, ao mesmo.

"Florestas deitam-se
Riachos arrojam-se
Rochedos duram
Chuva desliza

Planícies esperam
Fontes jorram
Ventos moram
Fecundidade medita" (7).

I V

A segunda questão concerne aos motivos do que Heidegger chama a necessidade da superação da metafísica, ou seja a necessidade do pensar radical no destino do ser, que é a compreensão do ser como tempo e história, como aparecimento, e isto constitui o experimentar o ser como fundamento, o ser como temporalidade do tempo, historicidade da história, des-ocultação do oculto, como conhecimento da experiência da verdade do ser.

Os caminhos não são senão símbolos da Natureza, ser e verdade, em dizer e entender o ser das coisas.

Ê o caminho que fala, que diz do que entendeu, do que sua atenção re-colheu unindo e distinguindo. Mas um re-colher dis-ponível. É o re-colher o sentido, o dis-por à liberdade.

---

(6) "Weg und Waage,
Steg und Sage
finden sich in einen Gang.

Geh und trage
Fehl und Frage
deinen einen Pfad entlang", **E.D.**, p.5.

(7) "Wälder lagern
Bäche stürzen
Felsen dauern
Regen rinnt.

Fluren warten
Brunnen quellen
Winde wohnen
Segen sinnt", **E.D.**, p.27.

O caminho medeia entre as coisas "reunindo e atribuindo a cada uma o que é seu" e "tornando tudo sereno em uma única harmonia" (8) apesar e por causa mesmo do diverso, compreendido na sua unidade dos opostos: tempestade invernal, dia de colheita, alegria que sabe e melancolia. Unidade que não diz o idêntico, nem a uniformidade, mas o Mesmo. "A monotonia gera o tédio... O que é sempre o mesmo surpreende e libera". É a "magnificência do simples" (9), re-velação ou des-ocultamento, a-presentar a presença, e isto é o esplendor, iluminação, magnificência do ser no seu a-parecer, é o deixar ser o que é como é, escutando, recolhendo, sendo fiel ao seu dizer do que é, que sempre estará diante de nós. "O mais antigo do antigo vem ao nosso pensar atrás de nós e apesar disso diante de nós. Porisso o pensar mantem-se aberto para o que há de vir do que tem sido e é, e é memorial" (10).

Caminho e tempo; processo.

De novo, o re-colhimento, a re-união. Agora em pro-cesso: onde a presentação pré-supõe antecipação, pro-jeto do seu poder-ser e também re-tôrno ao seu passado-presente, isto é, ao que tem sido, mas que é ainda: co-presença ex-tática do futuro, passado e presente. O pensar do ser como ser, na sua verdade, na sua relação ex-tática é memorial, uma lembrança, memória da presentação.

"Freqüentemente com os anos o carvalho do caminho incita-nos a lembrança do prematuro jôgo... Estas viagens do mundo dos jogos chegavam ainda fàcilmente ao seu destino e encontravam de novo a sua margem. O pensar sonhador de tais viagens ficava oculto num brilho apenas visível que pairava sôbre tôdas as coisas" (11).

Entre pensar-memória-e jôgo podemos ver aí a experiência do ek-sistente, em ex-posição ao ser e no ser, sua dis-posição, um serviço ao dizer do mesmo, sendo também um serviço de ser-com, e que constitui então o "jôgo do mundo".

---

(8) "... sammelt er ein und trägt jedem... das Seine zu... Doch in einen einzigen Einklang,... ist alles verheitert", **F.**, p. 3,6.

(9) "Das Einförmige macht überdrüssig... Das immer Selbe befremdet und löst", **F.**, p. 5,7; "Die Pracht des Schlichten", **E.D.**, p.13.

(10) "Das Alteste des Alten kommt in unserem Denken hinter uns her und doch auf uns zu. Darum hält sich das Denken an die Ankunft des Gewesenen und ist Andeken", **E.D.**, p.19.

(11) "Oefter mit den Jahren entführt die Eiche am Weg zum Andenken an frühes Spiel... Die Welftahrten der Spiele kamen noch leicht an ihr Ziel und fanden wieder an die Ufer zurück. Das Traümerische solcher Fahrten blieb in einem ehemals noch kaum sichtbaren Glanz geborgen, der auf allen Dingen lag", **F.**, p.2.

No jôgo destacamos o elemento de des-preocupação do "apenas trabalhar e que feito por si, só favorece as insignificâncias" (12), as in-sistências e dominação do homem, os perigos da dispersão e do "artifício do calcular humano, que se tem tornado prêsa do próprio fazer" (13), embora seja cuidado ou ocupação do ser, e a sua função de re-unir repouso e atenção, vagar e constância na experiência da ek-sistência situada no destino do ser. "Tôda coragem do coração é o eco do apêlo do ser, que reúne nosso pensar no jôgo do mundo" (14).

O pensar é pensar do ser, exigido pelo ser, e é dizer. Precisamos distinguir entre o que seja a essência da linguagem: o dizer, portanto, original do ser, o instaurar, o pronunciar a palavra, e o que seja a linguagem como comunicação, designação das coisas, um utilizar palavras. Uma toca às "coisas pensadas"; a outra "aprende objetos", conceitualiza. A primeira é a "linguagem do destino", porque "o dizer do pensar sòmente se acalmaria em sua essência, quando se tornasse impotente de dizer o que deve ficar inexprimido. Uma tal impotência arrastaria o pensar diante da coisa" (15) e o faria distinguir o que é presença, do que são os presentes.

É êste visualizar constante do ser que tem sido a obra de Heidegger: o dizer da diferença e do mesmo, ou seja, dizer "o mesmo" re-colhendo a diferença. Neste superar as identificações entre as diferenças, no caso entre entes e ser, presentes e presença, mas neste re-unir originalmente, o que já é uma função do mesmo, — isto é, do ser, meditando a própria dimensão da verdade, esclarecimento e obscurecimento, história do ser experimentada em sua origem e no seu acontecer —, está o retornar da filosofia para o pensar do ser (16), um não-mais metafísica, porém um re-volver e re-vir até o fundamento da metafísica. Nem um pensar objetivante, mas um pensar que deixa o Ser ser Ser, e diz a palavra "do destino".

---

(12) "...**(Unfug) des nur Arbeitens, der, für sich betrieben, allein das** Nichtige fördert". **F.**, p.5.

(13) "(Die Riesenkräfte)... die sich das menschliche Rechnen erkünstelt und zur Fessel des eigenen Tuns gemacht hat", **F.**, p.5.

(14) "Aller Mut des Gemüts ist der Widerklang auf die Anmutung des Seyns, die unser Denken in das Spiel der Welt versammelt", **E.D.**, p.17.

(15) "**Die Sage des Denkens wäre erst dadurch in ihr Wesen beruhigt, dass** sie unvermögend würde, jenes zu sagen, was ungesprochen bleiben muss. Solches Unvermögen brächt das Denken vor die Sache", **E.D.**, p.21.

(16) Cfr. **E.D.**, p. 19 "Den Schritt zurück aus der Philosophie in das Denken des Seyns dürfen wir wagen..."

Mas "se os enigmas se amontoavam e nenhuma saída se oferecia, o caminho do campo ajudava" (17), sem que se esqueçam no entanto "os perigos que ameaçam o pensar". Ajuda do caminho através de seu percurso, deixando aparecer o que o margeia e dando-lhe brilho, mas por outro lado "pensar é a limitação a um pensamento que, em algum tempo, como uma estrêla no céu do mundo, permanece fixo" (18).

Ingressamos, assim, no fantástico? no imaginoso? Que nos respondam os próprios dizeres dos dois textos. Êstes aparecem-nos dentro de uma radical dialogação entre o que no "jôgo do mundo" é a medida entre céu e terra. Aprofunda a origem de tôdas as coisas, busca as raízes, contra as linguagens habituais que primam em abandonar as coisas na sua indiferença. Há nos escritos o re-conhecimento e a confissão dos "enigmas", do "obscurecimento do mundo", do "inexprimível" por razão de "amplidão do céu", "de luz do céu", "ser da verdade".

Não se negam também os perigos que ameaçam o pensar: o filosofar, o pensar-mesmo e a vizinhança do poeta que canta. Enquanto o primeiro é o caracterizado pela história da metafísica como esquecimento do ser, esquecimento da diferença ontológica, diferença entre ser e entes, filosofia como saber absoluto. Nos outros temos a considerar o máu perigo e o bom perigo:

> "Três perigos ameaçam o pensar.
>
> O bom perigo e por isso benfazejo é a vizinhança do poeta que canta.
>
> O máu perigo e por isso mais agudo é o pensar mesmo. Deve pensar contra si mesmo, o que apenas raramente consegue.
>
> O pior perigo e por isso confuso é o filosofar" (19),

---

(17) "Wenn die Rätsel einander drangten und kein Ausweg sich bot, half der Feldweg", **F.**, p.1.

(18) "Denken ist die Einschränkung auf einen Gedanken, der einst wie ein Stern am Himmel der Welt stehen bleibt", **E.D.**, p.7.

(19) "Drei Gefahren drohen dem Denken.

Die gute und darum heilsame Gefahr ist die Nachbarschaft des singenden **Dichters**.

Die böse und darum schärfste Gefahr ist das Denken selber. Er muss gegen sich selbst denken, was er nur selten vermag.

Die schlechte und darum wirre Gefahr ist das Philosophieren", **E.D.**, p.15.

enquanto, já o dissera,

"o homem é o poema começado do ser" (20).

De novo, e sempre, jôgo... Poema-**poíesis-Dichtung**=ação de fazer, fundamentar, con-centrar, sim-patizar. Poeta escuta e canta; opera a união do que é visto, a-parece, e do que tem fundamento, o que dá sentido. Sua linguagem fala as coisas, mais do que as pronuncia. Homem, poema do ser; que deve dizer o ser. Êle um ek-sistente à medida que é presença do ser, como serviço ao ser. Serviço do dizer e pensar do ser, contrário portanto aos pensares costumeiros.

Pensar e poetar têm dizeres diversos que se re-unem, entretanto, no mesmo.

"Cantar e pensar são os troncos vizinhos do poetar.

"Êles crescem do ser e alcançam sua verdade.

A sua relação dá a pensar o que Hölderlin canta das árvores da floresta:

"E desconhecidos, uns aos outros, êles ficam,
o tempo que êles permanecem em pé, os troncos vizinhos" (21).

Êste jôgo é mais do pensar que do poetar, e é do pensar que pensa **poièticamente**, pensar instaurador, que pensa a coisa na coisa. É um saber de re-união, cuja "serenidade sapiente é uma entrada ao eterno" (22), e acalmado pelo inexprimível da própria coisa. Do pensar do simples, pode abrir-se a dimensão do sagrado. A partir do sagrado, a dimensão da divindade, e só após Deus.

---

(20) "Dessen (des Seyns) angefangenes Gedicht ist der Mensch", **E.D.**, p.7.

(21) "**Singen und Denken sind die nachbarlichen Stämme des Dichtens.**

Sie entwachsen dem Seyn und reichen in seine Wahrheit.

Ihr Verhältnis gibt zu denken, was Hölderlin von den Baumen des Waldes singt:

"Und unbekannt einander bleiben sich,
Solang sie stehn, die nachbarlichen Stämme", **E.D.**, p.25.

(22) "Die wissende Heiterkeit ist ein Tor zun Ewigen", **F.**, p.6.

Ponto de partida para o sagrado é a consideração da natureza como o mais próximo e o mais distante de nós, como palavra unificante.

Daqui resulta a alegria — "alegria que sabe" — que é claridade e serenidade, abertura ao ser, correspondência ao seu apêlo e compreensão das relações do ek-sistente. "No inexprimido de sua linguagem, Deus é, antes de tudo, Deus" (23). Pela linguagem e na linguagem o homem se relaciona com o ser e o pensar faz pensar, no inexprimido, em Deus, nomeando-o Deus, contra o Deus dos filósofos "ao qual o homem não pode rezar, nem sacrificar, nem prostrar-se por temor, cantar ou dançar diante dêle" (24).

O problema do encontro com Deus se resolverá por uma linguagem religiosa condicionada por uma autêntica experiência do ser, pela luz do ser. No têrmo luz, de tradição filosófica, mítica e religiosa, indica-se o mistério do surgir e do ocultar, dos momentos de presentação e de re--colhimento. Na luz que mostra e se oculta, assim Deus surge. O pensar do ser tem sua função: a de ouvir a palavra Deus.

V

Fim do caminho e da experiência. Mesmo na claridade ainda surgem as interrogações exigidas pelo pensar do ser.

"O apêlo do caminho do campo é agora completamente claro". Mas quem fala? "Fala a alma? Fala o mundo? Fala Deus?" (25).

E se "tudo fala da renúncia que conduz ao mesmo" e se "o apêlo faz-nos familiar em uma longa proveniência", interroguemos: "que exista um pensar, em algum tempo e repentinamente, quem poderia sondar isto?" (26).

---

(23) "Im Ungesprochenen ihrer Sprache ist Gott erst Gott", **F.**, p.4.

(24) "(Der Gott in der Philosophie...) Zu diesem Gott kann der Mensch weder beten, noch kann er ihm opfern... weder aus Scheu ins Knie fallen, noch kann er vor diesem Gott musizieren und tanzen", **Identität und Differenz**, Günther Neske Pfullingen, 1957, p.70.

(25) "Der Zuspruch des Feldweges ist jetzt ganz deutlich. Spricht die Seele? Spricht die Welt? Spricht Gott?" **F.**, p.7.

(26) "Alles spricht den Verzicht in das Selbe... Der Zuspruch macht heimisch in einer langen Herkunft", **F.**, p.7. "Dass je und jäh ein Denken ist, wessen Erstaunen möchte dies ausloten?" **E.D., p.21.**

USOS E COSTUMES

Prof. Manuel Aroucha

Direito Consuetudinário. Elementos objetivo e subjetivo. Papel da Doutrina e da Jurisprudência. Prova. Fonte subsidiária. Classificação do costume em "secundum, praeter et contra legem". A prevalência da Lei. Exegese e integração dos contratos. Usos normativos e convencionais ou interpretativos, gerais, locais e especiais. Interpretação dos costumes. Os ramos do Direito em face dos costumes.

Sob duas formas ou manifestações apresenta-se o Direito Objetivo: de Lei e de Costume. A respeito da lei e do costume, quanto à importância e relações que entre si mantêm, já dissemos algo no estudo intitulado — **Capítulo sôbre as fontes dogmáticas do Direito Privado**, publicado no ARQUIVO FORENSE, vol. XXXV, Pernambuco — 1 957, ps. 33-40. Também, quanto a outros aspectos dêsse assunto, escrevemos — **Fontes em Direito Privado** (ARQUIVO cit., XXXVI, 93-96) e — **A Lei. Classificação principal** (idem, XXXVII, 69-74), bem como: **Classificações comuns de leis** (in referido ARQ., XXXVIII, 1 959, 53-58); **Conteúdo da lei. Codificação. Códigos brasileiros de Direito Privado: Comercial, Civil, do Ar e da Propriedade Industrial**, trabalho êste a ser publicado; **Inconstitucionalidade**, também a vir a lume; **Formação e vigência da lei. Irretroatividade**, saído em SYMPOSIUM, Revista da Universidade Católica de Pernambuco, ano I, Recife — 1 959, n. 1, ps. 73-81; **Integração da Lei**, no JORNAL DO COMMERCIO, Recife, edições de 9-VIII, 6-IX e 4-X-1 959.

Pelos trabalhos aludidos, a Lei, como fonte do Direito, por nós foi plenamente estudada. Há quem a considere como fonte única. Mas, em geral, os autores estão longe de chegar a acôrdo sôbre o número de fontes jurídicas existentes, sendo numerosos os que consideram como tais, pròpriamente, apenas a lei e o costume, embora vejam na autoridade (Jurisprudência e Doutrina) precioso auxiliar da exegese do Direito. Há, também, os que se insurgem contra tôda e qualquer classificação de fontes, considerando costume, jurisprudência, lei, como simples modos de verificação da norma jurídica.

Enquanto a primeira das referidas manifestações do Direito Objetivo, como obra do Legislador, é de produção consciente, o costume cria e transforma regras jurídicas, sem que se dêem conta dêsse processo as pessoas interessadas. Isto se verifica, porque o costume é uso implantado na coletividade, quando esta considera

dito uso como jurìdicamente obrigatório. Por isto, pode fazer-se a diferença entre **uso** e **costume**, pròpriamente, o que fêz a Doutrina por muito tempo. **Uso** era a repetição, a reiteração do ato ou fato, ao passo que **costume** se considerava a norma jurídica resultante dêsse ato ou fato.

Consoante se vê, o costume não se revela por ato único, como a lei, mas se forma da repetição de fatos semelhantes e pela concepção reinante sôbre sua fôrça obrigatória, concepção surgida, não sùbitamente, mas de lento trabalho nos espíritos. Muito influem na formação do costume decisões sucessivas do Poder Judiciário no mesmo sentido de certos usos. Torna-se evidente, porém, ser por etapas insensíveis que certa tradição se converte em costume jurídico, razão por que não se pode perceber concretamente o ingresso da mesma no domínio do Direito. Assim, o limite ou a distinção entre o simples uso e o costume pròpriamente dito, por insensível, se torna impalpável.

Conclui-se dos motivos expostos terem as duas palavras, **usos** e **costumes**, hoje, o mesmo significado, andando sempre juntas. Encontradiças, como expressões sinônimas, são as duas palavras em aprêço, bem assim, ainda, **usanças, práticas, estilos**. Ainda por tais motivos, com esta acepção, constituem o Direito Consuetudinário, **Jus moribus constitutum**, nele existindo dois elementos: o externo ou objetivo, também chamado material, e o interno ou subjetivo, igualmente conhecido por psicológico.

O elemento objetivo é atinente à observância constante, larga e uniforme da regra pela generalidade dos interessados (**inveterata consuetudo**). Consiste em série de atos ou fatos repetidos, a estabelecerem prática constante de relação, perfeitamente definida, da vida social. Essa prática é a manifestação da vontade da coletividade. Tem significação parecida com a desempenhada pela publicação no Direito Escrito ou Legislado. Mas o elemento objetivo, se bem seja necessário, não é suficiente, êle só, para a formação do costume jurídico. É que a repetição de atos e fatos também se dá em as normas convencionais (usos sociais), que não são costumes jurídicos.

O elemento subjetivo consiste na convicção de que a mesma regra funciona como lei, pela necessidade de regularizar o caso nela referido e do modo que determina. É essencial para a formação do costume jurídico. Chama-se no Direito Romano **opinio juris seu necessitatis**, isto é, a convicção de sua obrigatoriedade jurídica.

Assim, pois, os dois elementos constitutivos do costume jurídico se compreendem na fórmula antiga: **inveterata consuetudo et opinio juris seu necessitatis**. Isto serve para diferençá-lo de outros costumes sociais (de piedade, cortezia, educação, higiene, etiqueta, regras de jogos esportivos), os quais podem apresentar o caráter de

universalidade e de constância. Não devem, porém ,só por isto, ser considerados obrigatórios, porque lhes falta a **opinio necessitatis** da parte dos que a êles podem estar sujeitos.

O papel da Jurisprudência na formação do costume é bem importante, sendo que decisões sucessivas dos juizes e tribunais no mesmo sentido, para a solução uniforme de casos determinados, significativamente se denominam de "uso do Fôro", **usus fori**. Os costumes jurídicos surgem, em parte, das relações entre as pessoas do povo, intervenientes na vida do Direito, e, em parte, da prática dos Tribunais. De modo geral, pois, notam-se vínculos estreitos a unirem o costume e a jurisprudência, quando a última assegura a melhor atuação daquele. Aliás, velhos autores costumam dividir o Direito Consuetudinário em dois grupos, que podem ser assim especificados:

- Direito Consuetudinário
  - Popular
  - Científico
    - Doutrina
    - Jurisprudência

O Direito Consuetudinário Popular é o estudado e definido no começo dêste trabalho, o qual Direito apenas, aqui, temos em vista. Pois, a classificação acima esboçada, se era de grande importância no Direito Romano, não tem saliência, senão histórica, atualmente.

A Doutrina, — objeto de estudo à parte como fonte do Direito, — não tem hoje o valor das **responsa prudentium**, das glosas e consultas de Acúrsio e Bártolo, porquanto nenhuma lei dá o singular privilégio de opiniões de jurisconsultos terem fôrça legal. Considere-se (tal, outrora), ou não, a opinião comum dos juristas como parte do Direito Consuetudinário, o fato é que não possui caráter obrigatório, embora tenha grande valor científico.

A chamada **jurisprudência dos acórdãos** tinha-se, igualmente, como a outra forma de Direito Consuetudinário Científico. Assim considerada, é a Jurisprudência um como que subtipo do costume, com o qual se confunde. Será objeto de estudo especial.

De mais a mais, é principalmente perante o Poder Judiciário, criador da Jurisprudência, que alegam os interessados existirem os costumes acolhedores de suas pretensões. Diploma legal moderno, o Código de Processo Civil, Dec.-lei n. 1 608, de 18-IX-1 939, vigente desde 1 de fevereiro do ano seguinte, nos arts. 213 e 259-262, estabelece que a parte que alegar Direito Estadual, Municipal, **Costumeiro**, Singular ou Estrangeiro, deverá provar o seu teor e a vigência, salvo se o juiz dispensar a prova. Quanto aos usos e costumes, provar-se-ão pelos meios admissíveis em Juizo, sendo

que, relativamente aos de natureza mercantil, se distinguem os de praça nacional dos estrangeiros. Aquêles podem provar-se mediante certidão das repartições incumbidas do respectivo registo, e os últimos, por ato autêntico, devidamente legalizado, do país em que se tenham originado. A ditas repartições o órgão do Poder Judiciário que julgar provado o uso ou costume comercial, remeterá cópia para ser registada e arquivada.

Pela História do Direito, nota-se que, sempre se invocava algum costume, devia-se provar, como se procede com qualquer fato arguído. Distinguiam-se, ainda, os usos e costumes de Direito Civil pròpriamente, dos de natureza comercial, quanto às condições exigidas para que uns e outros tivessem fôrça de lei.

Continua sendo regra do Processo, deva o juiz conhecer o Direito Escrito Nacional, que nem precisa ser lembrado, aliás, pela parte interessada. Ao julgador narra-se o fato, êle dará o direito. O direito nasce do fato. Por isto, já se dizia, no Latim: "Narra-me o fato" ou "dá-me a ação, que te darei o direito". **Ex facto jus oritur. Da mihi factum, dabo tibi jus.**

Quanto ao costume, sendo êle, no ponto, comparável a verdadeiro fato, de existência contestável, precisa de ser provado. Ademais, pelo Direito anterior, no Brasil, devia ser conforme à boa razão e ter mais de um século (Lei de 18-VIII-1 769), sendo que o requisito do tempo se alterou, depois, em relação a matéria comercial, diminuído para meio século. Cinqüenta e cinco anos e pico depois de vigência dessa lei portuguêsa, desde então aplicada também no Brasil, diploma legal brasileiro, de 1.º de agôsto de 1 825, ainda impunha os três requisitos daquela, para que o costume tivesse fôrça de Direito Positivo: 1.º, não fôsse contrário à legislação pátria; 2.º, estivesse conforme à boa razão; 3.º, tivesse mais de um século. Posteriormente, o Regulamento 737, de 25-XI-1 850, de Direito Comercial, tratava da matéria, determinando (art. 2.º) que valiam os usos comerciais, mas só preferiam os mesmos às leis civis nas questões sôbre sociedades do comércio, bem como nos casos em que o Código recentemente promulgado (25 de junho do mesmo ano) fôsse expresso. É o reflexo da disputa acêrca da prevalência das leis civis sôbre os costumes do comércio, achando-se que os julgamentos de casos atinentes aos negócios mercantis dependem muito menos da ciência especulativa, das normas legais e da Doutrina, até, do que do conhecimento prático das regras e máximas costumeiras. Daí por que o Reg. 737 não ter feito a restrição apontada.

Mas não se conforma com a natureza vacilante do costume, já aqui observada, essa determinação precisa do tempo de existência daquele, por forma que tal requisito, aos poucos, foi pôsto à margem, não sendo necessário que a origem do mesmo se perca em

a noite dos tempos. Cabe ao juiz apreciar quando êste requisito da duração pode, em determinado caso, aparecer como suficiente. Pois, tendo em vista êsse aspecto da decorrência do tempo, na formação e estabelecimento do Direito Objetivo (regras jurídicas), ocupa o costume o mesmo lugar que a prescrição para a criação e permanência da **facultas agendi** (faculdades individuais). Na literatura jurídica, encontra-se a comparação entre o costume e a prescrição, assinalando-se os caracteres distintivos das duas instituições. É que o considerá-las análogas, trazia iguais conseqüências, por vezes errôneas, principalmente quanto ao prazo necessário ao estabelecimento do costume.

Hoje, predomina a exigência de ser o costume constantemente observado, durante longo espaço de tempo, como norma jurídica, eis que se destina à integração da lei ou à interpretação da mesma, de modo a exprimir, pela repetição, corresponder a real necessidade. Com tais caracteres, é Direito, tem fôrça de coagir os particulares à obediência e deve ser aplicado.

A respeito da prova dos costumes, ademais, há duas teorias. Uma os considera, neste aspecto processual, simples fatos, a serem provados da mesma forma que êstes. Outra doutrina tem os costumes como normas de Direito, provando-se os mesmos do modo como se prova êste. É a verdadeira, porque a outra teoria labora no êrro de haver desconhecido a natureza jurídica real do costume pròpriamente dito, confundindo-o com os usos interpretativos, os quais entram no contrato como verdadeiros elementos de fato.

Também, de o juiz ignorar freqüentemente a existência do costume, não se conclua ser êste simples fato. Pois, o mesmo se dá com o Direito Estrangeiro. Nota-se que o Código de Processo Civil Brasileiro, qual se viu, fala em "Direito Estadual, Municipal, Costumeiro, Singular ou Estrangeiro", equiparando-os.

Para facilidade daquela prova, começou-se a fazer coleções publicadas pela própria autoridade, escrevendo os jurisconsultos repertórios das mesmas, com observações pessoais. Sem esta providência, sendo **jus non scriptum**, podiam os costumes transformar-se a todo momento, pela incerteza das normas respectivas.

São exemplos dessas coleções, chamadas, de modo geral, Costumeiros, na França, o **Livre de Jostice et de plet**, a **Ordenança de Montils-les-Tours**; na Itália, os **Consuetudines** (Gênova), talvez o mais antigo conjunto de costumes pròpriamente comercial reduzidos a escrito.

Mas os costumes redatados, só por isso, não se assemelhavam às leis, razão por que, no processo, as partes sempre podiam provar que se haviam modificado ou desaparecido. É que o costume nasce e morre, forçado pelas realidades cotidianas da vida social. Ab-roga-se pelo uso. Dá-se, aí, o desuso.

A matéria da prova do costume tem relação com o estudo da penetração da norma consuetudinária no âmbito do Direito Positivo. Pois, são perguntas: pode o costume surgir como norma de Direito sem a manifestação de vontade do Poder Público? A transformação da norma consuetudinária em regra de Direito, realiza-se pela própria fôrça daquela, ou é necessário o reconhecimento judicial?

Na resposta às questões suscitadas, divergem os autores. Uns acham que o costume jurídico sòmente pela atividade dos órgãos jurisdicionais pode nascer. Pensam que a regra de conduta apenas adquire caráter obrigatório quando expressa a manifestação de vontade do Estado. A êstes também se podem filiar os escritores que dizem ser a jurisprudência que dá vida ao costume, ao aplicá-lo aos casos individuais.

Outros jurisconsultos não aceitam seja a jurisprudência que dê vida ao costume. Além disto, acham possível criá-lo à margem das decisões judiciais, sendo desnecessário o requisito da aprovação tácita e da tolerância pelo Poder Público. Consideram suficientes o uso e o sentimento de necessidade jurídica. Sustentam que no caso de silêncio legal, nada impede a formação do costume, não havendo necessidade de o interessado, que o invoque, provar a existência de tolerância por parte do Estado. Certo que a prática dos interessados, não sendo a fonte única dos costumes, é um dos seus elementos formadores. É incontestável ser tal prática a origem de muitos costumes jurídicos.

Somos dos que pensam que o costume jurídco, tendo formação diferente do chamado Direito Escrito, difìcilmente se encontra razão que o sujeite à aprovação expressa ou tácita do Poder Legislativo. Não é exato, assim, igualmente, que o costume dependa da jurisprudência para existir, pois esta o reconhece, não o cria. Ela é constituída de sentenças repetidas e uniformes, que, por sua vez, emanam dos órgãos estatais competentes. Enquanto isto, o costume se origina dos atos voluntários dos interessados.

Com êste último ponto de vista doutrinário, está de acôrdo o citado Código de Processo Civil, pois estatui que os usos e costumes se provarão pelos meios admissíveis. Logo, não se consideram formados sòmente os usos e costumes objeto de julgamentos já realizados, isto é, constantes de jurisprudência. Apenas, manda êsse diploma legal adjetivo que o órgão judiciário envie cópia do costume, aceite por decisão sua, para a repartição competente o registar. Registado que seja certo costume, no caso de o mesmo tornar-se objeto de nova questão, já a prova de sua existência será mais fácil, pois, feita por certidão, quer do aresto que o reconheceu, quer da repartição onde se fêz o registo e o arquivamento.

No primeiro parágrafo do presente trabalho, fizemos referência a estudo anterior a êste, intitulado — INTEGRAÇÃO DA LEI. Ali, então, vimos que, tanto a Introdução ao Código Civil, quanto a Constituição de 1 934, respectivamente, nos arts. 7.º e 113, n. 37, não fazem alusão expressa aos costumes, como fonte subsidiária do Direito, no caso de dúvida ou omissão da lei. Vimos, por igual, que se filiou dita Introdução ao sistema doutrinário pelo qual as lacunas jurídicas são, antes, do Direito Positivo, compreendendo neste o costume, do que da lei sòmente. Por isto, o art. 7.º em aprêço tinha a lei como forma por excelência do Direito, achando-se, porém, em segundo plano, subsidiàriamente, o costume. Aliás, pelo art. 2.º da Lei de Introdução ao Código Civil Alemão (18-X--1 896), tôda regra jurídica é norma legal: **La loi doit s'entendre, dans l'esprit du Code civil et de la Loi d'introduction, de tout règle de droit** (**Apud** trad. cit. **in** Bibliografia final). Assim, pode afirmar-se que, pelo Direito Alemão, o Consuetudinário está reconhecido como fonte jurídica ao lado da lei, qualificando-se como Objetivo.

Já a nova Lei de Introdução ao Código Civil, seguiu orientação diferente, ressaltando, de modo expresso, os costumes. Assim, reza (Dec.-lei n. 4 657, de 4-IX-1 942), no art. 4.º, que o juiz, na omissão legal, decida o caso de acôrdo com a analogia, os costumes e os princípios gerais do Direito.

No Brasil, sempre se tem aceito o costume como fonte subsidiária, no caso acima referido. Tanto que, desde as Ordenações do Reino e, mais tarde, com a citada Lei da Boa Razão, umas e outra por nós estudadas no PROGRAMA DE INSTITUIÇÕES DO DIREITO PRIVADO (vol. II, Recife-1 956, caps. 95, 104, 107 e 113), sistema gradativo de fontes subsidiárias ou acessórias, foi estabelecido, vindo em 1.º lugar o costume. O Código Civil, é certo, não mandou, na Introdução, recorrer aos costumes para suprir as lacunas legais. Não podia, porém, impedir que se formasse, porque o costume é modo natural de revelação do Direito. Portanto, é fonte jurídica, pelo fato de apoiar-se na evolução histórica e em a natureza das coisas. Assim, nos arts. 588, § 2.º, 1 210, 1 218 e 1 221, alude o Código, respectivamente, aos costumes de cada localidade, na divisão de terrenos por tapumes; aos usos locais, quanto ao tempo da locação de prédios urbanos; ao modo do lugar, no que tange à retribuição de serviço; à rescisão do contrato sôbre o mesmo serviço. Por outro lado, existem cânones relativos à interpretação dos atos jurídicos, cânones incluídos no Código Comercial Brasileiro, como o de que — "Aquilo que é ambíguo interpreta-se segundo o uso do país" (art. 131, n. IV). É norma provinda do art. 1 159 do Código Napoleão, forte motivo para afirmar-se ser máxima de Direito Privado geral, uma vez pode ser aplicada a todos os

contratos, que não sòmente aos mercantis, embora muito mais a êstes. Outra regra que o Código Mercantil Brasileiro estabelece (art. 133), é a que determina deverem ser subentendidas as cláusulas de uso. Embora, aí, por igual, se estatua ser quanto ao uso e prática "entre os comerciantes", o fato é que se trata de princípio de Direito Privado, geral.

Do exposto, verifica-se que certos costumes podem ser especialmente referidos na lei, enquanto outros são fonte autônoma, por terem função independentemente de qualquer referência. Àqueles primeiros se chamam — **usos indicativos,** por fazerem presumir, ou situação jurídica nas relações de direito real, ou certa vontade das partes nas obrigações. Com freqüência, os textos legais remetem a tais usos o intérprete, e êste constantemente é obrigado a êles recorrer até na falta da referência expressa.

A matéria mercantil, portanto, deve seguir o acima determinado, do que se regula em primeiro lugar pelas leis comerciais. Todavia, na Legislação Comparada há exemplos de sistema que, sem alterar êste princípio, manda aplicar, na omissão da lei comercial, os usos e, não existindo, o Direito Civil. Tal jerarquia de fontes tem sido alterada em alguns casos, o que determina ser a mesma uma regra absoluta. Também, oportuno é ressaltar que, no Direito Comercial, as legislações seguem duas diretivas. Umas consideram os usos do comércio como fontes jurídicas. Outras estabelecem que os usos têm valor meramente interpretativo. Entre as primeiras estão a espanhola, a portuguêsa, a italiana; entre as segundas, a germânica e a argentina. Diz-se que o Código Comercial Português tirou dos usos do comércio o valor de fontes de Direito Mercantil. Realmente, êsse Código omite, no art. 3.º, os usos e costumes, ao discriminar os "elementos de interpretação", rezando que, se as questões sôbre direitos e obrigações comerciais não puderem ser resolvidas, nem pelo texto da lei mercantil, nem pelo seu espírito, nem pelos casos análogos nelas prevenidos, serão decididas pelo Direito Civil.

Estão os usos e costumes, pelo Direito Brasileiro, subordinados à lei. Pelo que, no mesmo, o Direito Costumeiro é **delegado,** não **delegante** nem **derrogatório**. Eis a conclusão tirada, quando se atenda à conhecida distinção entre estas formas jurídicas consuetudinárias, distinção acentuada em seguida.

O Direito Costumeiro é delegante, no caso em que a Carta Fundamental do País, se compõe de normas usuais, embora existam regras jurídicas legisladas ao lado daquela. Por esta forma o costume está acima da lei.

Para bem explicar-se o assunto, afigura-se que o Direito de cada País, constitui ideal de regras ierarquizadas, pirâmide cujo vértice é a Constituição. Desta Lei Maior é que procedem tôdas

as outras normas jurídicas. Quando ocorre que a Constituição se compõe de normas costumeiras, o Direito Consuetudinário tem situação de prevalência em relação ao Legislado, tendo a forma delegante. Dá-se como exemplo típico a Constituição da Inglaterra.

O Direito Consuetudinário delegado apresenta-se nos casos em que o Escrito, isto é, legislado, autoriza expressamente a aplicação do costume para completar a lei silenciosa. Neste caso, torna-se êle norma de Direito Positivo, assumindo o Escrito posição de supremacia sôbre o Consuetudinário ou **jus non scriptum**.

O Direito Consuetudinário derrogatório surge quando o costume é **contrário** à lei escrita, **jus scriptum**. Êste fato faz nascer o controvertido problema da relação entre o Direito Legislado e o Costumeiro, vindo à baila a tradicional classificação do costume em **secundum, praeter** e **contra legem**. Nesta classificação, encontram-se os modos como se exerce a ação da **consuetudo**, ora completando a lei, quando de expressão vaga ou ambígua, ora a suprindo, em hipóteses não cogitadas ou sôbre as quais não há disposição positiva.

O costume **secundum legem** sempre supõe a preexistência da lei, porque a completa, ou lhe observando os preceitos, ou interpretando, se é duvidosa. Neste ponto já de há muito foi dito ser o costume o melhor intérprete da lei. **Optima enim est interpres llegum consuetudo**. Por forma que, se houver estilo ou costume determinador do sentido de alguma lei, deve o intérprete cingir-se àquele costume.

O costume **praeter legem** é a norma consuetudinária que, fora da lei, lhe supre as lacunas, trazendo novas regras ao Direito Positivo. Dá-se quando a lei nada estatui sôbre a matéria referida pelo costume.

O costume **contra legem** é o que, sôbre estar fora da lei, estatui em desacôrdo com a mesma. Tem sido objeto de controvérsia no campo do Direito em geral, Público e Privado. Pode surgir o costume que torne inaplicável a norma legislada anterior, ou, também, que a faça cair em desuso.

Tais controvérsias giram em tôrno de saber se é permitido ao Legislador ditar a norma pela qual se afirme categòricamente a hegemonia legislativa. Alguns autores opinam poder ser dada essa permissão. Outros julgam que o reconhecimento desta hegemonia é errado, implicando até em petição de princípio. Pois, se é verdade que a exclusão ou a limitação, pela lei, do Direito Consuetudinário, dificultam e podem impedir a formação do mesmo, deve ressaltar-se faltar à norma legislada o poder de excluir com segurança dita formação. É que o que se forma com vontade jurídica, geralmente manifestada, é Direito, ainda que contradiga qualquer proibição.

O Estado moderno é **legalista**. Por modo que a doutrina dominante não reconhece eficácia jurídica ao costume **contra legem**. Mas a verdade é que a lei não pode considerar-se absoluta. Tem relatividade baseada em a natureza das coisas.

Enquanto a fôrça coativa da lei fôr o resultado de sua validez e vigência, constituirá Direito. Mas se se forma costume contrário, êsse Direito Costumeiro tem como tendência eliminar aquela validez. Verifica-se, então, a luta entre duas fôrças, a da lei vigente a cair em desuso impelida pelo costume, e a dêste, a encerrar, assim, a realidade jurídica. Em determinadas circunstâncias, o Direito Consuetudinário pode ser o remédio único contra leis absolutamente intoleráveis, mas a cuja derrogação não se decide o legislador, de logo ou senão tardiamente.

Na luta entre certa lei e determinado costume, quando êste representa a realidade jurídica, a validade da primeira vai diminuindo até cair em desuso, expressando o querer da coletividade contrário à norma legislada. Óbvio é acrescentar que a vigência do costume **contra legem**, não pode introduzir-se no Direito Positivo por si apenas. Impõe-se, certo, pela natureza das coisas, mas através dos órgãos jurisdicionais, principalmente como **usus fori**.

Parece ir contra o princípio de que as leis só se revogam por outras, o ponto de vista que se acaba de sustentar. Aquêle princípio está assim redigido na Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro, art. 2.º, **caput**: "Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue". Realmente, em a maneira de ver sustentada, se atingem a segurança e a certeza do Direito. Mas, quando se tem formado jurisprudência deformante de alguma lei, aceitando doutrina conforme com o objeto da mesma lei, objeto êste que está de acôrdo com as exigências do viver contemporâneo, seria esfôrço vão pretender dar vida ao que está morto. É que o **desuso** e o **não uso** são duas formas de não execução da regra jurídica. O princípio dominante deve ser que o Direito Escrito não repugne à índole e às condições da vida em sociedade. Assim, lei fugidia dêste preceito cardeal não reflete a vontade nacional, a consciência jurídica do povo; torna-se impraticável; caduca. Observe-se, afinal, que legislações mais antigas deixam sem vigor o Direito Consuetudinário **contra legem**, sem exceção, como o Espanhol, sendo que algumas, até o costume **praeter legem**. Estas excluem totalmente aquêle Direito.

A fôrça de resistência do costume atua, então, de modo por tal forma poderoso, que faz ceder a autoridade da própria lei. Exemplos inúmeros são citados, entre os quais estão os seguintes: o desuso do prazo para apresentação de certidões de siza dos vinhos, estabelecido por diploma legal de 1 564 (Direito Português); o costume de valerem no Brasil como escrituras públicas os escritos particula-

res e, em certas circunstâncias, o de se provarem por testemunhas quaisquer contratos, sem distinção de pessoas e de quantias, um e outros contra disposições expressas das Ordenações; a lei de 1 890, que estabeleceu o sistema Torrens, sôbre transmissão de imóveis, pode-se dizer, sem nenhuma aplicação...

Vê-se não dever menosprezar-se, como fazem alguns autores, a importância do Direito costumeiro, mesmo na época atual, quando há inclinação para realçar a onipotência do Legislador e a rebaixar qualquer outra fonte do Direito. Pois, em determinadas e extraordinárias circunstâncias, pode o Direito Consuetudinário ser o remédio único contra leis absolutamente intoleráveis, a cuja derrogação não se decide o Legislador ou, se o faz, fá-lo tarde.

De modo geral, o costume apresenta graves inconvenientes, os quais levam a se dar preferência à lei. Muitas vezes, a prova e o próprio conhecimento dêle oferecem dificuldades, pois não tem a precisão nem a certeza da lei. Mas quando o costume nasce claramente da prática e se amolda às necessidades sociais, é vantajoso. Pode então, como se dá com freqüência, que assinale o caminho a seguir pela lei, a qual, então, se limita a codificar as experiências consuetudinárias. Isto tem acontecido em matéria de circulação automobilística.

Há, pois, razões para sustentar que o século XIX fêz retroceder o costume a segundo plano, dando à lei o pôsto de honra, todavia, não o suprimiu. É verdade que o Código Napoleão não abre a porta ao costume, como faz o Civil Suíço, publicado em 1 912, assim, mais de uma centúria depois daquele. Mas bem vimos que as legislações modernas não aboliram o Direito Costumeiro. Na própria França, doutrina mais recente denota claro interêsse pelo costume, com a tendência de considerar o mesmo como uma das fontes formais, desde que nascido após a codificação e não contradiga os textos da mesma.

Como fonte de Direito, o costume é a mais antiga, porque a lei sòmente surge em estado de civilização relativamente avançada, ignorando-a e submetendo-se já aos costumes as sociedades rudimentares. Certo que monumentos antigos, tais os referidos Códigos de Hamurábi e Manu, têm caráter de leis. Entanto, em si mesmos, na maior parte das disposições, constituem a redação de costumes anteriores. Aliás, o regime do antigo Direito Francês foi essencialmente consuetudinário até o citado Código de 1 804.

Ao lado da exegese e, em conseqüência, da integração das leis, existem as dos contratos. Para estas últimas, há usos estabelecidos em certas regiões, destinados a preencher as lacunas dos contratos e interpretá-los, usos representativos da vontade presumida das partes. São os **usos convncionais**, a que muitos autores negam o caráter de costume, porque vêem neles cláusulas suben-

tendidas, mais do que normas de Direito Objetivo. Mas não há negar que, se o uso convencional se implanta de modo tão profundo, que os interessados o consideram como imperativo, chega a ser verdadeiro costume. Tal é, tantas vezes, a função das **cláusulas de estilo,** assim denominadas devido à sua constante repetição nos contratos, por isto consideradas, tàcitamente, neles incorporadas.

Viu-se terem as palavras **usos** e **costumes**, como **estilos**, **usanças** e **práticas,** o mesmo significado, constituindo o Direito Consuetudinário. Usando-se o primeiro têrmo, necessário é fazer a distinção entre as espécies de **usos,** pois êstes admitem classificação, a exemplo de outras fontes do Direito, como a lei e a analogia. Assim, há os **usos normativos** e os **interpretativos,** que ainda se distinguem de certas práticas observadas por parte de duas ou mais pessoas ligadas por interêsses duradouros ou sucessivos, mas da mesma natureza. Os usos mercantis começam, muitas vezes, pelo fato de serem adotados por certo comerciante com a sua clientela; em seguida, tornam-se próprios de determinado ramo de comércio; afinal, estende-se por todo o país, indo até além dos seus limites.

Usos normativos são os que têm caráter de fonte de normas gerais e abstratas, com fôrça legislativa. Diferem dos usos interpretativos, também chamados **convencionais**, como vimos atrás, e cujo fim é facilitar a determinação da vontade dos contratantes, no concernente às conseqüências e modalidades do negócio. Os primeiros, se comprovados, valem como artigo de lei, os segundos, como cláusulas contratuais; apoiam-se aquêles sôbre a **prática uniforme**, êstes, sôbre a vontade particular dos contratantes. Por outro lado, os usos interpretativos não se confundem com as práticas aludidas. Estas não têm valor geral daqueles. Limitam-se a integrar a manifestação de vontade dos contratantes que as criam.

Além dessa classificação do costume tendo por base sua relação com a lei, distinguem-se os usos, ainda, quanto à amplitude do território em que têm vigência. Daí, os usos **gerais** e os **locais,** conforme tenham autoridade em todo o território de determinado país ou vão além, podendo até tomar caráter **universal** quando a matéria por êles regulada é uniforme em tôda parte e se reporta a princípio estável e comum. Os usos locais têm esfera de ação mais limitada, circunscrevendo-se a certa região, praça, feira, bôlsa, alfândega.

No que tange à matéria sôbre a qual os usos exercem autoridade, distinguem-se em **gerais** e **especiais**. Aplicam-se aquêles a qualquer ramo do comércio. Mas os segundos variam na conformidade com o gênero de comércio ou da classe dos comerciantes. Por isto, há usos de emprêsas teatrais, de vendedores ambulantes, de negociantes em grosso e a retalho.

Em conclusão do exposto, os usos podem ser, ao mesmo tempo, **gerais**, quanto ao território, e **especiais**, relativamente à matéria. Também: **gerais**, quanto à matéria, e **locais**, relativamente ao território.

Já tivemos oportunidade de, em livro nosso (ASPECTOS DO DIREITO COMERCIAL: PROCESSO DE EXPANSÃO, POSIÇÃO DIANTE DE OUTRAS DISCIPLINAS JURÍDICAS, CODIFICAÇÃO NO BRASIL, Oficinas Gráficas do JORNAL DO COMMERCIO, Recife — 1 946, n. 36), apresentar esquema acêrca da classificação dos usos ou costumes, o qual esquema é o seguinte, ligeiramente modificado:

- **Normativos (Fontes)**
  - Gerais
  - Universais
  - Especiais
  - Locais
  - **Secundum legem**
  - **Praeter legem**
  - **Contra legem**
  - Completando a própria vontade (para uns)
- **Interpretativos**
  - Quanto às doutrinas
    - Da presunção da vontade dos contratantes
    - Completando a declaração da vontade (para outros)
    - Da vontade legislativa
  - Aplicáveis
    - À própria lei
      - Universais
      - Gerais
      - Locais
      - Especiais
    - Aos atos jurídicos
      - Universais
      - Gerais
      - Locais
      - Individuais
      - Especiais

As mesmas regras servem para a exegese ou aplicação das leis, como para os costumes jurìdicamente reconhecidos. Assim, é o uso do lugar onde a obrigação se contraíu, o que determina a forma, a substância e os efeitos dela. O uso, como a lei, pode interpretar-se por analogia, elevando-se ao sentido mais amplo que o tenha formado, contanto que não crie exceção a alguma regra geral. Também, o uso especial derroga o geral, como se dá em matéria de leis.

Na realidade, quanto à última norma citada, a formação e a persistência de algum uso especial ou local, demonstra que o geral não corresponde às peculiares necessidades da matéria a que se refere. Além disto, se o uso geral pudesse prevalecer sôbre o particular, êste seria sufocado ao nascer e impedir-se-ia aquela evolução progressiva, já aludida. Referimo-nos à transformação da prática individual no uso especial e, tão freqüente, dêste no geral.

A importância do costume é geralmente reconhecida no Direito, sendo de menor valor no Civil, e de maior, no Comercial e especialmente nos ramos do Público, à frente o Constitucional e o Administrativo, visto que aí as instituições jurídicas se regulam por maneira mais incompleta em as normas legais e muitas delas se encontram ainda em estado de formação ou de transformação, salvo o Penal, onde predomina o princípio de que nenhum ato pode ser considerado delito e, conseqüentemente, não se pode pronunciar qualquer pena, senão em virtude de disposição legal: **nulla pena sine lege**. A diferença, no ponto, entre os dois citados ramos jusprivatísticos, deve-se à natureza especial da matéria regulada pelo Direito Mercantil: no tráfico e no comércio têm grande importâncio os usos dos mercados e os costumes locais, difìcilmente redutíveis à unidade pela grande variação. Afinal, o juiz de hoje, dentro do âmbito legal, tem bastante liberdade para interpretar e aplicar a lei, liberdade decorrente dos princípios jurídicos informantes da moderna ciência da Interpretação. Eis por que se torna característico nos tempos modernos, sòmente poucas decisões se fundamentem no Direito Consuetudinário, embora neste se baseie série, mesmo, de sentenças. Tais manifestações dêsse Direito, todavia, são mais intensas na ordem político-administrativa, do que na do Direito Privado.

BIBLIOGRAFIA — André von Tuhr, DERECHO CIVIL (PARTE GENERAL), traduzido do Alemão pelo Dr. Venceslau Roces, Libreria Robredo, México, 1 946, n. 1; Teodoro Sternberg, INTRODUCCIÓN A LA CIENCIA DEL DERECHO, trad. da 2a. ed. alemã por José Rovira y Ermengol, Editorial Labor, Barcelona, 1 930, § 17; Cláudio de Pasquier, INTRODUCCIÓN A LA TEORIA GENERAL DEL DERECHO Y A LA FILOSOFIA JURIDICA, trad. de João Batista de Lavalle e Júlio Ayasta González, com prólogo do primeiro citado tradutor, Lima, Libreria e Imprenta Gil, 1 944, §§ 12, 14 e 17; Valdemar Martins Ferreira, CURSO DE DIREITO COMERCIAL, vol. 1.º, 1 927, Editores: Sales Oliveira, Rocha & C., S. Paulo, n. 21; Temístocles Brandão Cavalcanti, TRATADO DE DIREITO ADMINISTRATIVO, vol. I, 3a. ed., 1 955, Liv. Freitas Bastos, Rio, tit. I, cap. VII; Benaamim Villegas Basavilbaso, DERECHO ADMINISTRATIVO, 1.º tomo, Imprensa Balmes, Buenos Aires, 1 949, n. 46; Mário Rotondi, INSTITUCIONES DE DERECHO PRIVADO, prólogo e tradução de Francisco F. Villavicencio, Editorial Labor, Barcelona, 1 953, ns. 44, 45, 46 e 67; César Vivante, TRATADO DE DERECHO MERCANTIL, vol. I, trad. por César Silió Belenna, Madri, Editorial Reus, 1 932, §§ 5 e 6; Marcelo Planiol, TRAITÉ ÉLÉMENTAIRE DE DROIT CIVIL, 12a. ed. com a colaboração de Jorge Ripert, tomo 1.º, Paris, Librairie Générale de Droit & de Jurisprudence, 1 932, ns. 11 e 14; Clóvis Beviláqua, TEORIA GERAL DO DIREITO CIVIL, atualizada por Aquiles Beviláqua, 3a. ed., Livraria Francisco Alves, Rio, 1 946, Introdução, ns. 18-26; Francisco Geny, MÉTODO DE INTERPRETACIÓN Y FUENTES EN DERECHO PRIVADO POSITIVO, prólogo de Raimundo Saleilles, 2a. ed., Madri, Editorial Reus, 1 925, 2a. secção do cap. I, da 3a. parte; MANUEL ÉLÉMENTAIRE DE DROIT CIVIL, da **Nouvelle Collection Foignet,** tomo 1.º, 19a. ed., Paris, Rosseau et Cie. Éditeurs, 1 947, ps. 31-33; Carlos Maximiliano, HERMENÊUTICA E APLICAÇÃO DO DIREITO, 2a. ed., da

Livraria do Globo, Pôrto Alegre, 1 953, ns. 206-213; Luiz Enneccerus, DERECHO CIVIL (PARTE GENERALE), 1.º vol. do TRATADO dêste autor, Teodoro Kipp e Martinho Wolf, tradução da 39a. ed. alemã por Blas Pérez González e José Alguer, Bosch, Casa Editora, Barcelona, 1 943, §§ 35-39; Cândido de Oliveira, CURSO DE LEGISLAÇÃO COMPARADA, 1 903, Rio, Jacinto Ribeiro dos Santos, editor, 12a. lição; F. Mackeldey, MANUEL DE DROIT ROMAIN, trad. do Alemão por J. Beving, 3a. ed., Bruxelas, Société Typographique Belge, 1 846, § 6, obra de que, em Português, há versão incompleta (apenas a Introdução e a Parte Geral), feita por Bento de Faria, enriquecida de preciosas anotações dêste, com o título — ELEMENTOS DE DIREITO ROMANO, Rio, J. Ribeiro dos Santos — Livreiro Editor, 1 906; Manuel Aroucha, PROGRAMA cit. no texto, vol. I, 1 953, n. 7; C. Beviláqua, CÓDIGO CIVIL COMENTADO, 4a. ed., vol. I, Livraria Francisco Alves, 1 931, observações do art. 4.º da Introdução; C. Vivante, INSTITUIÇÕES DE DIREITO COMERCIAL, trad. de J. Alves de Sá, 3a. ed., S. Paulo, Livraria C. Teixeira & Cia., 1 928, n. 4; M. Aroucha, ob. e vol. II cits. no texto, ns. 41, 59 e 96; Roberto de Ruggiero, INSTITUIÇÕES DE DIREITO CIVIL, vol. I, trad. da 6a. ed. italiana, com notas remissivas aos Códigos Civil Brasileiro e Português, pelo Dr. Ari dos Santos, 1 935, Saraiva & Cia., §§ 12 e 13; Ambrósio Colin e Henrique Capitant, CURSO ELEMENTAL DE DERECHO CIVIL, trad. pela Relação da Reviesta Generale de Legislación y Jurisprudencia com notas de Demófilo de Buen sôbre o Direito Civil Espanhol, 2a. ed. com revisão de José Castán Tobeñas, tomo 1.º, Instituto Editorial Reus, Madri, 1 941, ps. 45-48 e 135-137; **Loi d'Introduction au Code Civil, in** CODE CIVIL ALLEMAND, tradução do **Office de Législation étrangère et de Droit international**, com a colaboração de C Bufnoir, P. Cazelles, P. Hamel, H. Levy-Ullmann, L. Lyon-Caen, R. Morel, R. Saleilles e Edgar Sée, Paris, Librairie Générale de Droit et de Jurisprudence, 1 929; Vieira Ferreira, O CÓDIGO CIVIL ANOTADO, Livraria Editôra Leite Ribeiro, Rio, 1 922, ps. XLVIII-LIV; Francisco de Paula Batista, COMPÊNDIO DE HERMENÊUTICA JURÍDICA, 3a. ed., Pernambuco, 1 872, § 43; B. Pance, DICTIONNAIRE DU COMMERCE ET DE MARCHANDISES, II vol., Paris, Guillaumin et Cie., Editôres, 1 865, vb.º — **usage**; H.-F. Rivière, RÉPÉTITIONS SUR LE CODE DE COMMERCE, 3a. ed., Paris, 1 832, p. 12; A. Boistel, PRÉCIS DE DROIT COMMERCIAL, 3a. ed., Paris, 1 884, n. 21; Alfredo Rocco, PRINCÍPIOS DE DIREITO COMERCIAL, trad. por Cabral de Moncada, 1 931, Saraiva & Cia. — Editôres, S. Paulo, § 12; Agostinho Vicente y Gella, INTRODUCCIÓN AL DERECHO MERCANTIL COMPARADO, Barcelona, 1 930, n. 13; Mário A. Rivarola, TRATADO DE DERECHO COMERCIAL ARGENTINO, vol. I, Compañia Argentina de Editores, Buenos Aires, 1 938, n. 3 da Introdução; Alberto dos Reis e Antônio do Amaral Cabral, CÓDIGO COMERCIAL PORTUGUÊS, 2a. ed., Coimbra Editora, Limitada, 1 946; Lyon-Caen e Renault, TRAITÉ DE DROIT COMMERCIAL, 4.a ed., vol. I, Paris, 1 906, n. 77; Francisco de Paula Lacerda de Almeida, OBRIGAÇÕES, Pôrto Alegre, 1 897, § 68; Jorge Giorgi, TEORIA DE LAS OBLIGACIONES EN EL DERECHO MODERNO, trad. e anotada por Eduardo Dato Iradier, 2a. ed., vol. IV, Madri, Editorial Reus, 1 930, n. 184; Roberto José Pothier, OBRAS anotadas e postas em correlação com o Código Civil Francês e posterior legislação por Burgnet, 2a. ed., Paris, 1 861, vol. II, em que está o TRATADO DAS OBRIGAÇÕES, n. 94; João Monteiro, PROGRAMA DO CURSO DE PROCESSO CIVIL, II vol., 3a. ed., S. Paulo, Duprat & Comp., 1 912, §§ 181 e 183; José Izidoro Martins Júnior, COMPÊNDIO DE HISTÓRIA GERAL DO DIREITO, Pernambuco, Ramiro M. Costa & C. — Editores, 1 898, cap. XII.

Personalidade e Psicografologia

P. Pedro de Mello, s.j.

A muitos poderá parecer estranho, que se pretenda penetrar no mundo interior de uma pessoa, já no plano consciente, já no inconsciente, através da análise de simples gestos gráficos. É, sem dúvida, de admirar que a orientação sinistrógira ou dextrógira de uma escrita, o tamanho da letra, seu formato e disposição, coligamento e distribuição, irregularidades e deformações, curvas, arcos e angulosidades, plenitude ou abertura possam, de facto, traduzir disposições internas, tendências mais ou menos profundas e, o que é mais, disfunções psíquicas ou físicas, funcionais e orgânicas (1).

A visão do mundo interior é tão difícil, por vezes tão apocalíptica, que se tem, realmente, a tentação de negar, sem mais, a possibilidade de penetração, nos seus domínios. Pode-se, entretanto, afirmar que as diferentes técnicas de projeção do mundo interior da pessoa humana, conseguem, mais ou menos perfeitamente, com maior ou menor profundidade, desvendar mistérios, não

---

1—É um fato muito interessante verificar-se, por exemplo, como a letra nos manifesta claramente sinais de amigdalite ou até de amígdalas operadas quer recentemente, quer há muitos anos. Tenho em mãos muitos casos cuidadosamente anotados por mim. Nas minhas fichas encontram-se, até o presente, diferentes exemplos: há casos de amígdalas operadas recentemente sem mais sinais de foco atual; de amígdalas operadas com reincidência de foco; de amigdalite aguda e de simples irritabilidade. Todos os casos que anotei foram atestados por médicos de Recife. Um dos examinados, atual aluno do Colégio Nóbrega (Recife) foi operado e, entretanto, a letra acusou ainda inflamação da garganta. Numa viagem a Fortaleza foi vítima de forte crise, o ano passado em dezembro. Examinado lá pelo Dr. Ocelo Pinheiro, verificou-se realmente a presença de novo foco, por terem sido as amígdalas mal extraidas. Isto é apenas um exemplo das muitas doenças orgânicas cuja presença pode ser estudada através da letra. É evidente que em terreno tão delicado, é preciso cuidado para não se passar além do que nos permitem os estudos atuais da Grafologia.

A propósito, acabo de ter uma confirmação interessante de diagnóstico feito há poucos dias. Havendo eu, em março, recebido uma carta do jornalista José Figueiredo Filho, de Crato, (Ceará), respondi-lhe perguntando-lhe se sofria de amigdalite ou havia já sido operado ou padecia de irritação da garganta. Ao que me respondeu: "Seu diagnóstico causou-me surpresa, justamente porque tem fundamentos reais. Tenho irritação crônica na garganta" (carta de 19 de maio de 1960).

Não sei que alguém, até o presente, tenha conseguido distinguir claramente entre sinal de infeção e de operação de amígdalas. De qualquer forma, ainda ambíguo, sempre aparece e pode-se verificar com facilidade, a existência de infeção ou a ausência de amígdalas.

poucas vezes por nós mesmos desconhecidos. É o que sucede com a Psicografologia, como iremos mostrar em artigo posterior (2).

A êste propósito temos de conservar uma posição e atitude objetiva e serena: não negar sem razões sólidas. Como em qualquer sector científico, também aqui a posição verdadeira é a de se esperar prudentemente a confirmação dos factos, nunca a de se rejeitar uma técnica, especialmente se não lhe conhecemos os princípios, métodos e fundamentos (3).

Uma experiência, que se prolonga, já por mais de três séculos — a Grafologia começou, pròpriamente com Camilo Baldo, na Itália, em 1622 — autoriza-nos hoje a sustentar, sem medo de contestação científica, podermos, pela análise psicografológica, desvendar aspectos profundos do psiquismo humano (4).

Antes, porém, de mostrar como a técnica psicografológica nos leva ao conhecimento da unidade ou da desarmonia psíquica, procuraremos delimitar e precisar o conceito de personalidade e situar, depois, no campo psicológico, a posição das técnicas de penetração da vida psíquica, nos seus objetivos e limitações naturais Assim, procederemos por três etapas diferentes; trataremos:

1.º — do conceito de personalidade
2.º — das técnicas de penetração da personalidade;
3.º — da Psicografologia como psicodiagnóstico.

2—Distinguem-se atualmente estudos grafológicos e psicografológicos. Enquanto uma investigação puramente material da letra — é o caso por exemplo da identificação policial — tratará de comparar tipos diferentes ou semelhantes de escritura, a pesquisa psicografológica tem por objetivo descobrir através do grafismo as tendências, inclinações, impulsos etc. É esta assim a orientação de autores como Klages, Vels, Brosson, Marco e Rolando Marchesan, sem esquecer a grande contribuição de Max Pulver, na Suissa.

3—Embora haja psicólogos, como Gemelli, O.F.M., de fama internacional, que façam certas restrições à Psicografologia, a tendência é entretanto para uma abertura de visão, que permita esperar ulteriores confirmações, especialmente no que se refere às aplicações psiquiátricas. Os resultados que se vêm obtendo na Europa ou nos Estados Unidos, confirmam haver razões suficientes para se esperar muito dos estudos e pesquisas psicografológicas. A seu tempo faremos referências mais explícitas a trabalhos realizados e que se estão realizando atualmente em diferentes Institutos europeus e americanos, inclusive em cursos universitários.

4—Não afirmamos com isso a possibilidade de se obter sempre certeza indubitável acerca de nossa vida psíquica. Nenhuma técnica de psicodiagnóstico nos revela completamente todos os aspectos da personalidade humana. E qualquer técnica falhará tanto mais, quanto maiores forem as probabilidades de interferência do factor subjetivo na interpretação dos resultados. Sob êste prisma a Psicografologia ocupa uma posição de relêvo, porque o grafismo, sobretudo quando espontâneo, deixa transparecer, de maneira automatizada, reflexos inconscientes. O automatismo da escrita "trai" as tendências mais profundas. Voltaremos depois ao assunto.

Neste primeiro artigo esboçaremos apenas os tópicos essenciais do conceito de personalidade, não só para situarmos, com a possível clareza, o problema que nos ocupa a atenção, mas para distinguirmos aspectos limítrofes e correlatos, que se encontram frequentemente confundidos ou mesmo identificados entre si (5).

I — Conceito de personalidade —

É tarefa difícil precisar, com a clareza e exatidão necessárias, os elementos que entram na conceituação de personalidade. O esfôrço que se vem processando, lentamente, no campo da Psicologia, desde Ribot, com "Maladies de la personnalité" (1895), até Allport (6) e aos tempos atuais, revela-nos, manifestamente, as flutuações verificadas no campo da pesquisa da personalidade. Encontram-se ou desencontram-se tantas tendências diversas, tantas "filosofias" divergentes, na concepção do homem e da vida, que não existe possibilidade, atualmente, de se chegar a uma concepção única.

No âmago de tôdas essas diferentes concepções filosóficas da personalidade está, latente ou claro, um substrato ideológico. A orientação positivista do século XVIII e XIX ,à base de empirismo anti-intelectualista, carreou a investigação de muitos psicólogos modernos para o comportamentismo exagerado (cf. Watson) ou para aspectos puramente sociais ou sociológicos, (é o caso de Durkheim) ou para uma negação acentuada dos valores espirituais do homem. Em que pese a recusa de "uma" metafísica, ela se acha, ainda assim, em tôda negação, como em tôda afirmação. Não pode

---

5—A confusão, no domínio da Psicologia da personalidade, manifesta-se já na falta de distinção clara entre conceitos como "temperamento", "caráter", "constituição". Verifica-se aqui o que se dá no plano das investigações relativas ao temperamento. Não só se incide no êrro, não raras vezes, de se estabelecerem esquemas rígidos, mas, o que é pior, cria-se a impossibilidade de unificação de terminologia. Assim, enquanto Burt nos fala de temperamento **astênico** e **estênico,** fala-nos Sheldon de **viscerotônico** e **cerebrotônico** e Wetheimer de **sintrópico** e **idiotrópico;** por sua vez Rorschach, de **extratenso** e **introvertido**.
Daqui a urgência de se delimitarem e esclarecerem bem os diferentes conceitos, sob pena de não nos podermos entender.

6—É sobretudo a partir de 1937, graças aos esforços de Allport, que se ampliam e desenvolvem os estudos referentes à Psicologia da personalidade. A partir de então tem sido imenso o trabalho de psicólogos, psiquiatras, psicanalistas, com o objetivo de se chegar à compreensão total da personalidade. Infelizmente, concepções diversas da natureza humana e da verdade impossibilitam e impossibilitarão de futuro uma visão de conjunto que corresponda realmente à verdade. A ausência de uma filosofia realista e objetiva que ultrapasse os limites do sensível e dê unidade às investigações psicológicas, prende ainda muita gente ao relativismo sensista e "behaviorista".

existir explicação de qualquer ação humana que não contenha, de uma forma ou de outra, a posição de "uma" metafísica, em face do homem ou da natureza. E porque são tão diferentes as concepções do homem e da vida, que se encontram na orientação da Psicologia Moderna, é que não se pode chegar à unidade de conceito de personalidade.

Entre o espiritualismo de feitio cartesiano e o parcialismo sensista da escola inglesa ou do comportamentismo americano, existe lugar para uma concepção que não dissocie os diversos elementos da natureza humana. Dentro desta concepção é que tentaremos situar o conceito de personalidade.

* * *

Análise do conceito — Como o do homem, também o conceito de personalidade deve inscrever-se numa linha e direção que respeite seus elementos formais e materiais. Nem se pode por exemplo frisar apenas o aspecto constitucional ou temperamental, como se a estrutura da personalidade dependesse apenas de fatores endocrínicos e emotivos, nem apenas inteligência ou caráter em detrimento de uma visão total do homem. A personalidade vai depender de tudo isso: de fatores biológicos (fisiológicos, sensoriais etc.) e intelectuais. Físico, constituição, temperamento, vida afetiva (sentimentos, emoções, paixões), hereditariedade, meio físico, social, familiar, inteligência, vontade são elementos indispensáveis, sinérgicos, capazes, em maior ou menor escala, de exercer profundo influxo na formação e desenvolvimento da personalidade. Por isso, definição ou conceituação de personalidade tem de levar em conta êsse conjunto de fatores, sob pena de mutilar a visão do homem, em si mesmo e na sua posição no mundo.

É sobretudo **de dentro** que se tem de procurar ver e contemplar a personalidade: na trama interna da atividade psíquica, na sua unidade viva e mais ou menos fecunda, na sua permanência através da duração temporal, na espontaneidade da ação do homem em face da influência do meio em que vive. Será sempre falha a tentativa de apreender a corrente viva do psiquismo humano, quando nos situamos apenas **de fora** (7) ou quando se acentua exageradamente a suposta primazia dos fatores exógenos da formação da personalidade (8).

7—É o caso dos extrospecionistas e especialmente dos psicólogos, que à maneira de Thorndike, cairam no êrro de aplicar, sem suficiente critério. determinadas leis de reações psíquicas **animais** à vida humana.

8—Para êsse êrro confluem por caminhos diversos e a partir de princípios bem distintos, não só o sociologismo de **Durkheim**, como o economicismo de **Marx** ou o determinismo geográfico de **Ratzel**. Enquanto o primeiro acentua a preponderância do meio social sôbre o indivíduo e a

Seria incompleta e insegura qualquer visão da personalidade, que se baseasse apenas numa suposta intuição do mundo psíquico. Não o seria menos a que se fixasse sòmente na observação externa.

Ponto de contacto — Na análise conceitual de personalidade existe um ponto em que, modernamente, os psicólogos, em geral estão concordes: **ela é uma síntese**. Trata-se de um aspecto fundamental. De sua natureza, tôda atividade vital e sobretudo psíquica, é sintetizante. Tende para um esfôrço de unidade. Ou é em si mesma uma **tensão para a unidade** (tensão enquanto direção **para** um objetivo e enquanto expansão **dinâmica**). Realiza ou tenta realizar a unidade, mais ou menos perfeitamente, quanto maior ou menor for sua dependência de condições materiais. O homem age **como um todo**. Ninguém, orientado por critério científico, admitirá mais o atomismo psíquico do empirismo inglês do século XVIII. Não existem elementos isolados em nossa atividade psíquica. A dissociação opera-se no plano lógico, abstrativo. A mais simples e elementar de nossas atividades implica um conjunto ordenado e sistematizado de ações, tendências, inclinações etc. A sensação mais elementar nunca será simples reação nervosa: com ela coexistem elementos afetivos, espirituais, reações de ordem somática. Uma análise de laboratório ou um processo científico de introspeção experimental pode mostrar-nos que nosso psiquismo é uma constelação, vivificada pelo trabalho de unificação do espírito.

A síntese ou unidade de que falamos pode revestir dois aspectos distintos: um **passivo** ou **estático, dinâmico** ou **ativo**, outro. Ou consideramos a síntese como elaborada ou em "fieri", processando-se, ativamente, não por fôrça de impulsos cegos e fatais, mas como consequência da atividade de **um sujeito**, capaz de apreender, na unidade de sua consciência, não só a própria ação em que se exprime seu dinamismo, mas sua existência, que emerge do fluxo dos fenômenos. A personalidade, como fôrça que se constrói, resulta do trabalho de alguém. Síntese vital, na formação da personalidade, deve ser esfôrço de unificação voluntária (9).

---

pessoa, o segundo salienta a infraestrutura econômica e o último o meio físico. Todos limitaram demasiado o campo de expansão da liberdade humana, no que ela tem de **autodeterminação** e posse **pessoal**.

9—A Psicologia "gestáltica", indissoluvelmente ligada aos nomes de Koehler, Koffka e Wertheimer, apesar dos defeitos básicos que lhe viciam a contextura essencial, tem o grande mérito de haver reagido contra as doutrinas atomistas do século passado. Fora dos arraiais da Psicologia da Forma, poucos psicólogos, como Dwelshauvers, souberam frisar, com tanta unidade e clareza, a função sintetizante de nossa vida psíquica. O seu "Traité de Psychologie" foi totalmente elaborado dentro dessa perspectiva e configuração. É para ser lido atentamente de modo especial o capítulo primeiro: "Unité, Synthèse et Structure".

Isso significa que não é possível dissociar personalidade e atividade **consciente, livre**: outro aspecto basilar (10). A personalidade, como estrutura, cresce e desenvolve-se tanto mais profundamente, quanto mais viva e mais penetrante for a consciência de nossa realidade íntima. Quanto mais alguém estiver **presente a si próprio e se possuir**, pelo exercício de sua vontade, tanto mais fixidez e amplitude tomará sua personalidade. A desorganização da personalidade anda ìntimamente unida à ruptura da unidade de consciência e de tensão da vontade.

Não podemos esquecer que tanto essa unidade consciencial como a tensão da vontade se realizam e verificam num sêr concreto, singular, sujeito a condições diversas, a impulsos harmônicos e desarmônicos, posto em situações internas e externas também diversas, exposto a motivações várias. **É abstrato** apenas o conceito de personalidade. **É existente** a personalidade de **cada** homem.

* * *

Síntese vital da personalidade e condicionamento da liberdade — Ninguém ignora que, na elaboração consciente da vida psíquica, o homem encontra, em seus caminhos, fôrças internas e externas que condicionam e limitam e por isso reduzem a capacidade de suas opções. Sabe-se que uma simples disfunção endocrínica (na pituitária por exemplo), é suficiente para suscitar reações emocionais bruscas e inesperadas, no campo da vida instintiva e das relações humanas. Isso, entretanto, em nada prejudica a formulação do conceito de personalidade humana, porque limitar, reduzir e condicionar a liberdade não significa suspendê-la totalmente na sua espontaneidade singular. Mesmo que, em casos concretos, tenhamos de admitir a suspensão total do exercício da liberdade, fica ainda de pé a tese que defende como essencial o factor **autodeterminação** na concepção da personalidade (11). Estaríamos em face de fatos excecionais, que, por isso mesmo, não poderiam constituir a lei ordinária de nossa vida interna.

10—Não podemos dissociar, mas temos de distinguir claramente entre "personalidade" e "consciência". São conceitos diversos. Se de facto não pode existir personalidade sem função consciencial, sem presença de si a si próprio, não é permitido, sob o ponto de vista psicológico, afirmar, que a consciência é apenas o **aspecto subjetivo** da personalidade. Consciência é capacidade de operação. Personalidade é unidade viva da vida psíquica. Consciência é função cognoscitiva. Personalidade, não.

11—Podemos admitir, mesmo no plano da vida normal, que nossa liberdade é coartada por fôrças internas, como por impulsos cegos (pela vida instintiva, para não citar outros). Não existe contradição em que se aceite a existência de casos singulares em que o determinismo biológico seja tal — então nos encontraremos no campo do anormal — que desapareça a possibilidade de deliberação e opção livre. Daqui porém,

O fato dêsse condicionamento da liberdade, na formação e desenvolvimento da personalidade, indica que a unificação de nossa atividade interior, não se alcança e conquista, a não ser mediante esfôrço. É uma conquista que implica, não poucas vezes, lutas muito profundas. Ainda na personalidade mais una ou mais harmônica podem deparar-se obstáculos grandes, internos e externos, à sua realização completa. É o caso dos santos e dos heróis (12).

Como cada personalidade tem de se desenvolver dentro de condições particulares e numa pessoa concreta e singular, o condicionamento da liberdade se processa de maneiras bem diversas. Não existe **uma** lei invariável e inflexível que regula uniformemente o crescimento de tôdas as personalidades. Quando entramos no domínio do concreto, cada personalidade tem a sua forma própria de evoluir ou de involuir.

Concreta, singular, limitada, a formação de uma personalidade só se pode realizar como **crescimento interior, como autoposse, como autodeterminação,** como expansão da liberdade individual. Neste sentido, a personalidade possui um aspecto típico e especìficamente espiritual. Só o espírito pode **possuir-se,** despertar livremente para a ação ou para as opções a que o expõem os caminhos da vida. Por isso é que temos de afirmar que não existe personalidade sem exercício de liberdade (e, consequentemente, sem formação da responsabilidade) (13).

---

não é lícito inferir, lògicamente, a negação da liberdade em geral. Tal paralogismo, infelizmente, é fácil de se verificar em não poucos psiquiatras e psicólogos.

12—É inaceitável, sem dúvida, que os santos sejam portadores de personalidade **psicopática,** em sentido estrito, pelas consequências que isso acarretaria para a ordem moral. Nada obsta, entretanto, a que neles se verifiquem distúrbios psíquicos de maior ou menor profundeza, de ordem emocional, afetiva ou nervosa. A Igreja por exemplo nunca se pronunciou contra os que aceitam a possibilidade de distúrbios nervosos em S.Paulo. Se há quem interprete a expressão "skolops te sarki" "stimulus carni" (II Cor.XII,7) como sofrimentos atrozes no corpo, malária ou úlcera oftálmica, há também os que admitem a existência de epilepsia (cf.F.Prat,s.j.: "Théologie de Saint-Paul, I, Beauchesne, Paris, 1949, p.188-190). Sôbre Santa Teresa, a Grande, existem documentos autênticos a êsse propósito. Isso nada lhe tira do mérito imenso de sua santificação pessoal. Pelo contrário, a meu ver, a torna maior aos olhos mortais. É digno de recomendação, sôbre o assunto, o artigo de Jordan Aumann, O.P. "Sanctify and Neurosis", in "Faith, Reason and Modern Psychiatry", Kenedy and Sons, New York 1955. pg.267 ss.

13—Não me cabe estabelecer aqui as relações íntimas que existem entre formação da personalidade e responsabilidade moral, ou entre os planos psíquico e ético. Na realidade, a passagem de um para o outro é tão fácil e tão natural, que não se podem fixar as linhas gerais da formação do caráter — parte mais importante da Psicologia da personalidade — sem que, espontâneamente, se derive para o lado moral.

Personalidade e mundo ambiente — O homem nasce e cresce envolvido pelo meio familiar, social, físico que, de certo modo lhe pertencem e de que faz parte. Sua atividade livre não pode ter por finalidade apenas o próprio crescimento individual. A vida humana perderia o seu sentido, se nos víssemos reduzidos ao círculo estreito de nosso "EU". Nossa inteligência, como nossa vontade, tôda a nossa vida afetiva são voltadas para "o outro". Se a inteligência crescesse apenas para si mesma, sem se comunicar e a vontade não fôsse senão busca de si própria, seria mutilada nossa vida. Nossa mesma limitação existencial é um clamor constante pela presença de "alguém". É sêde e desêjo de contacto, de convívio, de comunhão (comunidade de vida, de pensamento, de afeto, de presença (14).

É por êste motivo que não se pode compreender formação autêntica da personalidade, que não seja simultâneamente e em si mesma desenvolvimento do sentido de **convivência, de estar com,** de estar-no-mundo e de viver **para além do mundo** (15). Ao psicólogo, ao educador, ao pai compete fazer com que cada homem amplie em si próprio essa dimensão da própria personalidade.

Os hábitos de nossa vida afetiva e de nossa vida mental devem-se formar para nos ajudarem a pôr-nos em relação com os outros. Como participantes de um mundo que deve crescer também conosco e sofrer as consequências de nossas falências individuais, pela inserção de nossas vidas na grande comunidade humana,

---

14—Se passássemos do campo estritamente psicológico para o sobrenatural, seria impossível compreender a expansão do sêr, nessa ordem, sem a tensão dinâmica para o "Outro", para o Absoluto. No plano natural como no sobrenatural, somos dominados pelo "élan" de **viver com**. Num e noutro plano o "solitário" é sempre um deformado, irrealizado.

15—A Psicologia americana de modo particular salienta, não raro de modo exagerado, o factor social como primacial no desenvolvimento da personalidade. Das cinco definições de personalidade apresentadas por Warren (Dictionnary of Psychology), pelo menos três dão a primazia ao aspecto social. Isso chega ao ponto de Roy Newton em seu livro 'How to improve your Personality" escrever um capítulo intitulado "Improving your Appearence and Grooming" (cf.p.136), em que desce a pormenores de etiquetas sociais, desde o escovar os dentes ao vestir-se bem, como meio de ajustamento social. Se, de fato, êsse aspecto meramente externo fôsse requisito indispensável de ajustamento da personalidade, teríamos terreno farto no fenômeno social "Society". Na realidade, o que se verifica é o contrário, não poucas vezes: ausência de personalidades autênticas. Uma análise objetiva poderá mesmo mostrar a existência de sintomas psicóticos ou neuróticos nesse pequeno grupo social que vive de aparências. Muita gente pode até encontrar nesse meio um elemento de compensação de seu mundo interior, cheio de complexos e inibições.

temos de realizar nossa existência pessoal como tensão **para outrem**. Como não podemos admitir um Deus sem relações **inter**-pessoais, não compreendemos personalidade humana sem direção para o outro...para Deus, para os homens, para o mundo material, para uma visão cósmica total. Uma teoria da personalidade que desconheça êsses diferentes aspectos não poderá corresponder, objetivamente, à natureza humana.

* * *

Esquematizando e concluindo — Compreendemos a personalidade como uma **síntese**, como **estrutura**, como **organização**, não apenas estática, mas também dinâmica. Síntese que se faz, que se realiza, como resultado, especialmente, da atividade de um sêr livre, consciente de sua vida, de seu destino, de suas limitações essenciais. Síntese existencial de elementos distintos e ìntimamente unidos: vida fisiológica, afetiva, intelectual constitui **um todo**.

Estrutura que se opera num sêr que é, simultâneamente, espírito e matéria, participa por isso da passividade e automatização da matéria e da atividade e espontaneidade do espírito. Síntese vivificada pela presença e atividade espiritual, a personalidade participa de sua unidade essencial. Imersa no mundo do determinismo biológico, sua espontaneidade sofre necessàriamente o condicionamento da vida material. Participante da vida do espírito, a personalidade torna-se translúcida à consciência. Vinculada ao que há de tenebroso no plano da matéria, sente-se presa das fôrças inconscientes, como sofre o influxo do meio físico ambiente, de que, não raro, é vítima.

Entre o fluxo e refluxo de fôrças conscientes e inconscientes, a personalidade tem de crescer interiormente, pelo impulso de sua autodeterminação, de sua espontaneidade criadora. Crescendo, entretanto, dentro de si própria, cresce também, por fôrça de seu dinamismo interno, **para fora**.

Personalidade é assim **a organização (síntese) singular de tôda a nossa vida psíquica, sob todos os seus aspectos e da qual decorrem nossas relações com todos os sêres** (16).

16—Desta definição, em que me aproximo de Royce (cf. "Personality and Mental Healthy", pg. 44), vê-se claramente a diferença enorme que existe entre "personalidade" e "pessoa", "caráter", "temperamento", "constituição".

É de tôda necessidade que, em cursos e conferências, se frise sempre e com clareza essa diferença essencial. A falta de distinção nasce de concepções biologistas ou impregnadas normalmente de tendências sensistas, às quais devemos contrapor noções precisas, que supõem conhecimento claro da natureza do homem.

Esta síntese viva, esta organização e unidade psíquica pode ser compreendida, penetrada, não apenas por uma intuição especial, que não é comum, mas por técnicas especiais, que nos fornece a Psicologia moderna.

Dentre essas técnicas destacaremos em artigo posterior a Psicografologia, como **instrumento de psicodiagnóstico**.

Uma Contribuição ao Estudo da Reforma da Contabilidade Pública

Francisco José de Souza

Prof. na Faculdade de Ciências Econômicas da U.C.P.

I — Preliminares

Ruy, com a justeza insuperável que lhe caracteriza o gênio, em memorável artigo de jornal, ensinou que — "Criticar é abalar, é destruir. Reformar é substituir, é reconstruir". (1)

Ora, a análise que pretendemos fazer, neste estudo, terá de ser, necessàriamente, uma "contribuição à crítica" da Contabilidade Pública, seja no que diz respeito ao seu todo orgânico (Código de Contabilidade Pública), seja quanto ao seu aspecto institucional, de unidade integrante do corpo da administração pública, e, aí, cumprirá distinguir as duas faces do prisma: o técnico e o burocrático.

E, dada a nossa tríplice condição de professor universitário, de funcionário público federal e de contador, (2) ter-se-á de convir que o assunto nos interessa, diretamente, não só porque a êle estamos ligados pelo vínculo da função pública, como também porque é "dever do funcionário contribuir para a melhoria do serviço", segundo o ensinamento de Temístocles Brandão Cavalcanti (3).

Outrossim, a lei reguladora da atividade funcional do servidor público, ou melhor, o seu estatuto, no período final do N.º I, do Art. 195, ressalva o direito de crítica, concedendo-lhe a faculdade de, "em trabalho assinado, criticá-los (às autoridades e atos da administração pública) do ponto de vista doutrinário ou da organização do serviço". (4)

1—Ruy Barbosa — Obras Completas. Vol. XX — 1893, Tomo III, pág. 121, M.E., Rio, 1949.

2—a) Diploma de Contador, registrado na D.E.C., sob o n.º 42.602; b) Têrmo de compromisso assinado para reger a cadeira de Contabilidade Pública, no curso de ciências contábeis da U.C. de Pernambuco, e, c) Ocupante do cargo de Guarda-livros, do Q.P. do M. da Fazenda.

3—T.B.Cavalcanti — O Funcionário Público e o seu Regime Jurídico. Vol. II, pág. 216. Borsoi, Rio, 1958.

4—Lei n.º 1.711, de 28 de outubro de 1952.

De maneira que, a base desta investigação a que nos propomos seriam os dados colhidos pela observação estrênua do escabichador de erros, para deles extrair, pela meditação, as conclusões e determinar quais e quantas as fissuras verificadas e os atritos registrados, impedidores do funcionamento perfeito da engrenagem que impulsiona o mecanismo contábil da União.

II — Situação atual da Tecnologia

O grande progresso alcançado pela tecnologia, no século XX, não penetra nos países atrazados senão à custa do esfôrço de pionerismo, sujeito porém aos percalços inerentes a essa condição, a saber:

Primeiro, porque as situações empiristas, improvisadas e por isso mesmo defeituosas e ineficientes, fossilizadas até, do serviço público, estão reguladas por leis, que lhes garantem o "status quo", de classe, embora a ela não se apliquem, totalmente, os conceitos de Milovan Djilas. (5)

Segundo, porque à inatualização dêsses técnicos, melhor diríamos os sofistas da classificação de Platão, assusta a inovação e as diretrizes do progresso, que êles desconhecem e temem.

Terceiro, porque a nota dominante, aquele "Traço todo da vida" (de que nos fala Nabuco, evocando Massangana) (6) observada na organização do serviço é o ... remendo e a legislação em causa própria, contanto que a lei, uma lei, sempre a lei ... dê cobertura à barganha ou foros de moralidade às "cavações" ...

E a lei, pobre lei, passa a cohonestar, para segurança das "situações jurídicas definitivamente constituidas", as mais absurdas moxinifadas, pelas quais se investem em categorias técnicas, autênticas improvisações..

Mas, mudemos de rumo. Não está em nosso intento a apresentação de um libelo, o que, de resto, seria uma ingenuidade... Por outro lado, nos faltam a veia satírica e a ironia ferina que imortalizaram Swift, (7) e as profundas reflexões de Gulliver provocadas pela observação, **in loco,** nas viagens a Lilipute, Brobdingnag... e ao país dos Houyhnhms...

O conhecimento especializado, tão caro aos povos líderes, o chamado "know how" dos norte-americanos, deu aso ao aparecimento de uma nova ciência — Cibernética — para concluir com o

---

5—Milovan Djilas — A Nova Classe. Agir, Rio, 1958.

6—Joaquim Nabuco — Minha Formação, pág. 180. Editora Nacional, S. Paulo, 1934.

7—Jonathan Swift — Viagens de Gulliver. Ed. Globo, P.Alegre, 1952.

processo da automação ou automatização. Norbert Wiener, professor do Instituto de Tecnologia de Massachusetts, U.S.A. (8) deu-lhe essa denominação derivada do grego "kubernetes", significando timoneiro, e representa a "teoria más amplia de los mensajes". Na antiguidade, já Xenofonte e Platão haviam feito estudos minuciosos dos planos de automação administrativa. (9)

A mecanização é, pois, a palavra de ordem. Paul Einzig (10) em seu admirável livro adverte que "pode não ter ocorrido à direção a idéia de extirpar pelas raízes uma rotina bem antiga, ao fazer face a problemas específicos da automação projetada", mas que, "Esta reorganização de métodos industriais e BUROCRÁTICOS (o grifo é nosso) constitui parte integral da automação, mesmo que, em si, não represente mudança tecnológica no sentido de ampliar o caráter automático do processo".

III — A Contabilidade e o Mundo Econômico

Adotando em nossa investigação o método histórico-evolutivo, fácil nos seria, remontando aos primórdios da vida social, quando a imposição da troca direta, permuta ou escambo caracterizou o estágio da Economia Natural, na classificação de Bruno Hildebrand, e deu origem à divisão do trabalho, encontrar a fase embrionária ou mesmo difusa do patrimônio, mais social, comunitário, do que individual, por pertencer mais à clã ou grupo, do que ao indivíduo. Seria mais um caso verificado da lei da evolução ou do progresso, ou seja, a passagem do homogêneo difuso para o heterogêneo definido, de Spencer, de cujas idéias Gurvitch nos dá uma notável apreciação crítica. (11)

Só depois, com a introdução da "terceira mercadoria" ou "denominador comum dos valores", a propriedade privada foi adquirindo seus primeiros e frágeis contornos, até que, com a invenção da moeda metálica, aquilo que Marx denominou o "signum pretii", (12) surgiu a forma dinheiro e o homem passou à etapa da Economia Monetária, com a formação do patrimônio individual e depois "aziendal", na terminologia dos autores italianos. (13)

8—Norbert Wiener — Cibernética y Sociedad. Ed. Sudamericana, B.Ayres, 1958.
9—Eclesia, n.º 128, citada por Leopoldo Luiz dos Santos, no artigo "A Cibernética e a Automação, J.Commercio, Recife, 1960.
10—Paul Einzig — Consequências Econômicas da Automação. Ed. Fundo de Cultura, Rio, 1959.
11—Georges Gurvitch — Comte, Marx y Spencer. Edições Galatea, Argentina, 1959.
12—Karl Marx — Crítica da Economia Política. Ed. Flama, S.Paulo, 1946.
13—Gino Zappa e Fabio Besta, citados por Frederico Hermann Jr. in "Contabilidade Superior", págs. 9/14. Ed. Atlas, S.Paulo, 1954.

Aí, então, o proprietário — o suserano, o barão feudal, o mercador, enfim, teve necessidade de controlar o movimento de sua fazenda e as variações de seu patrimônio. Assim, como ciência social, isto é, ciência que nasce do fato sócio-econômico, surgiu a forma empírica, rudimentar, da contabilidade, que, como assinala Dumarchey, teve de passar pela "lei dos três estados" elaborada por Augusto Comte, para explicar a evolução do conhecimento humano: metafísico, religioso e positivo. (14)

Exposta assim a questão do aparecimento da Contabilidade, seja como simples apêndice da Aritmética, como a apresentou Fra Luca Pacciolo, seja como meras regras de escrituração, para uns, a verdadeira Economia Política, para outros, ciência das contas, ou até mesmo como método ou processo metodológico, segundo a define o prof. Nogueira de Paula, (15) passaríamos a desfiar o rosário de teorias, ou métodos, para cairmos na metafísica contábil, o que, por bisantino ou escolástico, nos excusaremos.

O certo é que, cada vez mais se amplia o campo de aplicação da contabilidade. Senão, vejamos a seguinte sinópse contábil:

a) Individual ou doméstica

b) Privada
- Agrícola,
- Bancária,
- Industrial,
- Mercantil,
- Pastoril,
- Securitária,
- Transportes,
- etc.

c) Pública
- Autarquias,
- Estados-Membros,
- Municípios,
- Territórios,
- União,
- etc.

d) Nacional ou Social.

Dessa sumarização, a individual ou doméstica, por sua irrelevância será omitida do nosso estudo, dedicando-nos, de logo, à apreciação da contabilidade privada, dado o portentoso progresso obtido com o desenvolvimento econômico.

14—J. Dumarchey — Teoria Positiva da Contabilidade. Ed. Rev. Contabilidade, Porto, Portugal.

15—L. Nogueira de Paula — Metodologia da Economia Política. Pongetti Ed., Rio, 1942.

Com efeito, a forma mercantil, básica, acompanhou, como incansável sequaz, a marcha ascencional da magnitude patrimonial com a ampliação crescente do comércio, seja regional, estadual, nacional ou internacional, de tal forma eficiente que as grandes organizações mercantis controlam, em suas matrizes, o movimento denso e profundo de suas agências ou sucursais espalhadas nos quatro cantos do globo terrestre.

Em decorrência da especialização surgiu o profissionalismo, como o mais alto gráu da lei da divisão do trabalho, impondo à morfologia contábil, geral, o desmembramento de ramos autônomos, com características próprias, inconfundíveis, ou melhor, contabilidades típicas, a saber: 1.º) a aplicada à rêde bancária dos nossos dias, com suas divisões ou sejam os vários tipos de bancos conhecidos: centrais, de depósitos, comerciais ou de descontos, hipotecários, agrícolas, etc.; 2.º) a aplicada à atividade das emprêsas de seguros, também com suas especializações: de vida, de acidentes, incêndio, avarias, roubo, responsabilidade civil, etc., e 3.º) a aplicada aos transportes, graças à variedade e importância das vias de comunicações, que atuam preponderantemente na circulaçãão das riquezas: marítimo, fluvial, ferroviário, rodoviário, aéreo, etc.

A industrial, então, atingiu o mais elevado índice técnico, por exigência da complexidade do contrôle do custo de fabricação e das inter-relações da concentração ou integração de emprêsas.

Em todos os ramos contábes, porém, a extensão das atividades econômicas vem exigindo mais e mais o aprimoramento seletivo do profissional, cuja atividade passa a ser regulada em lei e fiscalizada por órgãos específicos.

Porque, com efeito, no âmbito das chamadas atividades privadas só os aptos vencem; só os capazes triunfam; só ha lugar, enfim, para as capacidades. Daí o elevado nível técnico-profissional dos contadores privados.

A Contabilidade Pública também progride nos países de alta industrialização e econômicamente desenvolvidos. Entre nós, porém, dir-se-ia chumbada ao anacronismo, com uma técnica arcáica, muito atrasada em relação à moderna, verificada na atividade privatista.

Vamos, agora, aludir à mais recente aplicação contabilística: a Contabilidade Nacional ou Social. É um ramo que ainda não se difundiu no setor contábil de nosso País, parecendo pertencer, seu estudo e aplicação (!?) à Economia, pròpriamente dita, que a utiliza na análise dos circúitos econômicos e na apuração da renda nacional ou social.

Os intransigentes veriam nisso a recrudescência da velha questão entre Economia e Contabilidade, suscitada por Proudhon, Léon Say, e outros.

O prof. J.R. Hicks, consagrado autor de "Valor y Capital", no prefácio de um outro seu livro (16), recomenda ser o conhecimento da Contabilidade Social "a melhor maneira de começar o estudo da Economia"... Aliás, segundo se depreende das palavras do citado autor, pertence-lhe a designação "Contabilidade Social", que define como um processo técnico de análise que "fez grandes progressos durante esta década; a sua terminologia tem começado a generalizar-se e, ao mesmo tempo, tornaram-se mais claras as relações entre a Contabilidade Social e a contabilidade individual".

Como se sabe, Keynes (17), com a sua teoria do "capitalismo evoluido" substituiu, na ciência econômica, a análise clássica do equilíbrio em termos de oferta-procura-prêço, pela trilogia — poupança, investimento, renda — pois, "O equilíbrio, segundo Keynes, é um equilíbrio da renda total; (...) é a renda global que exprime o equilíbrio do sistema", na interpretação do prof. Alain Barrère. (18)

Essa mudança no rumo dos estudos da Economia, marcada pelo sucesso da "posição keynesiana", impregna e dirige o pensamento econômico hodierno. Ora, o conhecimento da renda global, nacional ou social implica no emprêgo do chamado método macroscópico e de um sistema de contabilidade social baseado no contrôle de três contas, ou, como ensina o citado prof. Hicks, num "sistema padrão de contas", a saber:

1 — Aplicadas à Família:

I — Conta de ganhos,
II — Conta de receitas-despesas, e
III — Conta de poupança e investimento.

2 — Aplicadas à Emprêsa:

I — Conta de Exploração,
II — Conta de Repartição, e
III — Conta de Capital.

3 — Designação Geral:

I — Conta de Produção,
III — Conta de poupança e investimento.
II — Conta de receitas e despesas, e

16—J. R. Hicks — Introdução ao Estudo da Economia. Livraria Clássica Editora. Lisboa, 1956.
17—John Maynard Keynes — Teoria General de la Ocupación, el Interes y el Dinero. Fondo de Cultura. México, 1951.
18—Alain Barrère — Keynes e o Futuro do Capitalismo. Progresso Editora, Bahia, 1958.

De sua parte, o prof. Jacques Boudeville doutrina que a "Contabilidade Social moderna é a principal forma coletiva (macro) dos circúitos econômicos". (19) As formas do quadro contábil, segundo o mesmo autor, compreendem:

1) Um sistema contábil em partidas dobradas,
2) Um quadro de dupla entrada,
3) Um sistema gráfico ou rêde, e
4) Um conjunto de equações de equilíbrio e de definição.

A "Nota Metodológica das Contas Nacionais do Brasil" publicada, como matéria redacional, pela Revista Brasileira de Economia, (20), informa que "No sistema de contas nacionais, a atividade econômica representada pela produção final de bens e serviços do país, é focalizada de três ângulos distintos, como renda, como produção e como despesa:

(a) soma das rendas geradas na produção (renda);
(b) soma das produções adicionadas pelas atividades produtoras do país (produto); e
(c) soma dos consumos não produtivos, dos investimentos e da exploração líquida (despesa)."

A influência da ciência econômica moderna se reflete na Contabilidade, no que se denomina Balanço Econômico. Vale ressaltar aqui a importância dos estudos de Economia Moderna realizados pelo Conselho Nacional de Economia e pela Fundação Getúlio Vargas, que, através de conferências, seminários econômicos, de cursos e núcleos de pesquisas, com a contratação de economistas de escól (os Samuelson, os Boulding, os Haberler, etc.) vêm plasmando uma consciência econômica, ou melhor, a formação de uma "élite" de técnicos nacionais, para preencher a grande lacuna já de ha muito reclamada por Alberto Torres. (21).

IV — O Código de Contabilidade Pública e a Contadoria Geral da República

Ainda aqui, omitiremos a exposição do processo evolutivo da Contabilidade, em nosso País. O que nos interessa, para a aprecia-

---

19—Jacques Boudeville — Contabilidade Social "in" Revista do Conselho Nacional de Economia, n.º 44, Rio, 1957.

20—Revista Brasileira de Economia, n.º 3, 1959, Rio, pág. 41.

21—Alberto Torres — A Organização Nacional. Rio. Imprensa Nacional, 1914, pág. 208.

ção e alto relêvo do contraste final, é a fase moderna, cujos principais marcos são os seguintes:

1.º) Decreto N.º 20.158, de 30-6-1931 — que organizou o ensino comercial, regulamentou a profissão de contadores e criou o Curso Superior de Administração, Finanças e Atuária;
2.º) Decreto N.º 21.033, de 8-2-1932 — que regulamentou a profissão de Contadores e Guarda-Livros;
3.º) Decreto-Lei N.º 7.988, de 22-9-1945 — que dispôs sôbre o ensino superior de Ciências Econômicas e de Ciências Contábeis e Atuariais(extinguiu os cursos superiores de Administração, Finanças e Atuária, criados pelo Decreto N.º 20.158, de 30-6-31, e
4.º) Decreto-Lei N.º 9.295, de 27-5-1946, que criou o Conselho Federal de Contabilidade e os Conselhos Regionais, definiu as atribuições de Contador e de Guarda-Livros, e organizou o ensino comercial básico e o técnico em contabilidade.

Estruturado, assim, o ensino da Contabilidade, quer o Superior, de nível universitário, quer o profissional ou técnico, assinaladas as lindes do "campus" profissional, regulada e fiscalizada a atividade de cada um, adquiriu a Contabilidde "foros de cidadania", ombreando-se, como irmã legítima, à grande família do profissionalismo contemporânea, na marcha para o aprofundamento do saber e do aprimoramento da técnica ou da arte.

Observa-se, contudo, uma falha gritante na ação dos órgãos orientadores da classe, bem como das Faculdades de Ciências Contábeis e das Escolas Técnicas de Comércio: o desinterêsse pelo desenvolvimento cultural e profissional dos graduados; a ausência completa de cursos avançados de treinamento, de extensão universitária e de formação de chefes, num contraste deprimente em comparação com a atividade cultural das demais profissões liberais.

Urge, portanto, seja mudada essa posição passiva de apatia, descrença e desestímulo, pela atuação dinâmica, vivificadora, em pról da profissão de Contador. Órgãos, não faltam, com poderes para dinamizar aquela "vontade de potência" a que aludia Nietzche e que é imanente a cada um de nós. O defeito é de liderança dos que ocupam os postos-chaves das instituições da classe.

No tocante à Contabilidade Pública, no Brasil, tudo começou com o ordenamento jurídico, ou seja, o Código de Contabilidade Pública, sancionado com o Decreto N.º 4.536, de 28-1-1922, e seu Regulamento Geral aprovado pelo Decreto N.º 15.783, de 8-11-1922.

Até então o estado da Contabilidade Pública era caótico, tumultuário, sem personalidade nem técnica, cujos cargos eram exercidos e ocupados por "gregos e troianos", apedeutas e improvisados. A criação, porém, da Contadoria Central da República, pràticamente lotada com aqueles meros empiristas, com as exceções de praxe, à boa moda brasileira da "acomodação" ou do "homem cordial" de que trata Sérgio Buarque de Holanda (22), foi sensìvelmente agravada, graças, principalmente, à liberalidade do art. 55 do Decreto n.º 20.158, de 30-6-1931, que permitiu, aos práticos, submeterem-se à exames de habilitação.

Em conseqüência, simples praticantes, a maioria sem cursos nem diplomas, sem provisionamento, siquer, perante a Divisão do Ensino Comercial, graças a uma simples prova de habilitação, quando não existia ainda o D.A.S.P., passaram a ocupar cargos técnicos, e hoje formam o Quadro Suplementar da carreira de Contador, do Ministério da Fazenda. Diante de tamanha calamidade, a que se levou o amparo do "jus imperii" do Estado, salta-nos, incoercível, a frase de Cícero: Ó tempora! Ó mores!

Mas, filosòficamente, também nos vem à mente o diálogo de Platão, sôbre o Sofista, (23), para se ver como se embrulha o Estado, que, pagando por lebre, só recebe o gato. É que "O sofista vangloria-se de tudo saber e de tudo fazer. É um fabricante de simulacros, de cópias, de imitações e não de verdadeira ciência", como nos dizem os professores Jorge Paleikat e Cruz Costa, na introdução do referido diálogo. E, citando Rivaud: "o seu domínio (do sofista) é a arte de imitar, de criar aparências ou falsificações do ser". (23)

Mas, também entre nós, o maior dos estudantes brasileiros, Ruy, na imortal "Oração aos Moços", desmascarou o embuste dos improvisados. Ouçamo-lo: "Tenham por averiguado que, onde quer que o colocarem, dará conta o sujeito das mais árduas empresas e solução aos mais emaranhados problemas. Se em nada se aparelhou, está em tudo e para tudo aparelhado. Ninguém vos saberá informar por que. Mas todo o mundo vô-lo dará por líquido e certo. Não aprendeu nada, e sabe tudo. Ler, não leu. Escrever, não escreveu. Ruminar, não ruminou. Produzir, não produziu. É um improviso onisciente, o fenômeno de que poetava Dante: "In picciol tempo gran dottor si feo". (24)

Exagero? Não. Caso conhecemos de certo contador seccional, que sem possuir siquer a provisão, conforme nos afirmou o presidente do Sindicato dos Contabilistas e membro do Conselho Regio-

---

22—Sérgio Buarque de Holanda — Raízes do Brasil, Livr. José Olímpio Editora, Rio, 1956, 3a. edição.

23—Platão — Diálogos. Vol. III. Editora do Globo, Porto Alegre, 1955.

24—Ruy Barbosa — Oração aos Moços. Pág. 53. Organização Simões, Editora. Rio, 1949.

nal de Contabilidade, achando tão fácil o "parecer e não ser", e que essa é a norma mais vantajosa aos sabidos, passou a usar anel de bacharel em direito, comprou livros jurídicos "por metro" e a cada momento está a exigir o tratamento de doutor! Paranóia, dirão... Chi lo sa? O que sabemos, ao certo, é que o Código Penal Brasileiro, em seu Art. 37 comina a pena de detenção ou multa, a quem "Atribuir-se ou atribui a terceiro falsa identidade para obter vantagem, em proveito próprio ou alheio, ou para causar dano a outrem". (25)

Já é tempo, porém, de focalizarmos o órgão contábil da União — a Contadoria Geral da República, que sucedeu a Contadoria Central da República, cuja organização se deve ao Decreto-Lei n.º 1.990, de 31-1-1940, dispondo, em seu art. 1.º, que

> "Os serviços de contabilidade e escrituração compreendendo todos os atos relativos às contas de gestão do patrimônio nacional, a inspeção e registro da receita e despesa federais, serão centralizados no Ministério da Fazenda, sob a imediata orientação, direção e fiscalização da Contadoria Geral da República em que se transforma a atual Contadoria Geral da República".

Seu regimento foi aprovado pelo Decreto N.º 5.226, de 30-1-1940, declarando-se, no art. 1.º que a Contadoria Geral da Repú-

> "tem a seu cargo a execução, centralização e coordenação sistemática das atividades relativas à contabilidade e escrituração em tôdas as repartições ou serviços, civis ou militares, que de qualquer modo, arrecadem rendas, autorizem ou efetuem despesas, administrem ou guardem bens da União".

Em 1951, o poder público houve por bem reorganizar a Contadoria Geral da República, sancionando a Lei n.º 1.520, de 24-12-1951, como órgão diretamente subordinado ao Ministro da Fazenda, e

> "cujas atribuições, jurisdição e competência estão definidas no Código de Contabilidade da União, no Regulamento Geral da Contabilidade Pública, no Dec. lei n.º 1.990, de 31-1-1940, e em disposições legais",

ao que se seguiu o novo Regimento da Contadoria Geral da República, aprovado pelo Decreto n.º 35.403, de 20-4-1954. Êsse Regi-

25—Dec. Lei N.º 2.848, de 7 de dezembro de 1940.

mento, assinado pelo então Ministro da Fazenda, sr. Osvaldo Aranha, declara, no Art. 1.º, a finalidade da Contadoria Geral da República:

> " I — a superintendência e centralização de todos os serviços de contabilidade da União;
>
> II — o estudo, a fiscalização e a orientação das atividades relativas à contabilidade e escrituração em todos os órgããos da administração pública federal, que, de qualquer modo, arrecadem rendas ou efetuem despesas, administrem ou guardem bens da União;
>
> III — o levantamento dos balanços gerais da União de cada exercício com os demonstrativos que forem julgados necessários;
>
> IV — zelar pelo fiel cumprimento da legislação sôbre contabilidade pública".

Outrossim, merece seja citada a Lei n.º 869, de 16-10-49, que extinguiu o antigo "período adicional" e disciplinou os "Restos a Pagar", cujo art. 5.º estipulou que

> "A Contadoria Geral da República apurará as contas de exercício e levantará os balanços gerais da União até 12 de março de cada ano, data em que, o mais tardar, deverão ser entregues ao Tribunal de Contas, para os fins previstos no parágr. 4.º do art. 77 da Constituição Federal".

Pelo exposto se tornam supérfluas citações do velho Código de Contabilidade da União, transformado em "colcha de retalhos" mercê das sucessivas modificações nele introduzidas, para se ter a idéia ampla dos pesados encargos atribuídos à Contadoria Geral da República.

Para confirmação dessa assertiva é suficiente apenas que os incréus leiam os Balanços Gerais da União. Quanto se arrecadou e o que se arrecadou? Quanto se gastou e o que se gastou? Qual o resultado da execução orçamentária? Quais as variações verificadas no Patrimônio Nacional? São essas e outras as graves perguntas que o Balanço responde, não apenas na linguagem fria, precisa, lacônica dos números, mas, em detalhes, por meio de análises, demonstrativos e gráficos, que lhe são anexos. (26)

26—Contadoria Geral da República — Balanços Gerais da União de 1958. Imprensa Nacional, Rio, 1959.

Apezar disso, isto é, da natureza rigorosamente técnica de seu mister e da magnitude de seus encargos, por ser o órgão incumbido de elaborar a prestação de contas, anual, do Presidente da República, sua organização é tumultuária, incongruente, deixando muito a desejar na parte eminentemente técnica, ou seja, a principal, dada a sua natureza. Orgânica, funcional e materialmente, tem falhas gritantes, que estão a desafiar o Administrador mais audaz, que corrija os erros, pela base.

Essa situação, aliás, bem pode se enquadrar naquela aguda observação de José Inácio Borges, Ministro da Fazenda, que, em 1831, dizia:

> "Observo que com pequena paga não se convida a quem tem préstimo, **e introduzir nas repartições quem não tem aptidão** é perturbar o serviço dos que o podem prestar". (27) (Grifamos).

Também Ruy, o maior dos brasileiros, no dizer de Gilberto Amado (28), observou o fenômeno, ao declarar que

> "O sistema usual entre nós consistia em encher as repartições de **pessoal nem sempre idôneo,** mas sempre excessivo e, conseguintemente, mal remunerado. São óbvios os inconvenientes, que dessa situação resultavam". (29) (Grifamos).

Em tal situação, tôdas as vantagens são destinadas aos funcionários antigos, os ocupantes da carreira de Contador, do quadro suplementar, que dominam a repartição e, justamente, aqueles que foram agraciados com as benesses do famigerado art. 55, do Decreto n.º 20.158, de 30-6-1931. É o caso, por exemplo, da novel carreira de agentes fiscais do Imposto de Renda, altamente rendosa, e em sua mór parte lotada por ex-funcionários da carreira de contador, do quadro suplementar do Ministério da Fazenda. Em conseqüência, a situação imediata, atual, é a de parecer a Contadoria Geral da República, mera dependência da Divisão do Imposto de Renda, dominada e dirigida pelos agentes fiscais daquele tributo.

Mas, remotamente, mediatamente, a situaçãão melhorou de muito, porque a maioria é composta de jovens técnicos, clareando sensìvelmente os horizontes que decortinamos para a Contadoria

---

27—Citação de Oscar Bormann, no prefácio ao Relatório do Ministro da Fazenda Ruy Barbosa. Edição da Imprensa Nacional, 1949.

28—Gilberto Amado. Minha Formação no Recife. Livr. José Olimpio Editora. Rio, 1958 (2a. edição), Pág. 214.

29—Ruy Barbosa — Relatório do Ministro da Fazenda. Tomo III, pág. 271. Edição da Imprensa Nacional, Rio, 1949.

Geral da República. Pouco importa que, no momento, o domínio seja dos empiristas. O futuro, porém, é promissor.

Pedro Leiros, êsse arguto conhecedor da máquina administrativa da União, abordando o tema ora tratado, diz:

> "Do mesmo modo, a contabilidade pública rege-se por um código que, havendo se arrastado pelo Congresso, já era obsoleto quando foi promulgado. Desde então, tem-se reconhecido e proclamado a conveniência de recompor-se o que ficou desarticulado com a intercorrência de retalhos de legislação, que, trazendo soluções eventuais, nunca poderiam ajustar-se ao plano primitivo. Por sua própria natureza, essas leis de ocasião cêdo se inutilizam e requerem novos sucedâneos. O que resta hoje dêsse Código, adotado em 1922, é um amontoado de frangalhos, que só serve para desconcertar" (30).

É certo que o Poder Públco já se apercebeu das inconveniências de um código obsoleto, datando de 1940, as primeiras medidas visando à atualização do referido Código de Contabilidade Pública, de que se destacam os decretos executivos Ns.º 13.749, de 26-10-1943 e 24.346, de 15-1-1948. Em 1951 o assunto foi objeto de estudo do Legislativo. Em 1955 a Contadoria Geral da República, num elogiável trabalho de divulgação publicou, em suplemento ao Boletim n.º 224, o projeto revisto por Vitor Sampaio Ferraz. Daí em diante, o assunto passou a "ponto morto", salvo as intercorrentes notícias de reunião de comissões.

V — Considerações finais

Como diria Ruy, "já é tempo de caçar as velas ao discurso. Pouco agora vos direi". (31)

A situação da Contadoria Geral da República reclama, como temos amplamente justificado, uma reforma de base: orgânica, funcional e material, repetimos. Essa reforma, tem de ser feita mediante o prévio estudo e concomitantemente com a aprovação do novo Código. Materialmente, a solução depende apenas de vontade e conhecimento do "metier", porque a Lei n.º 2.973, de 26-11-1956, concedeu-lhe, para o reaparelhamento, os recursos dos adicionais

---

30—Pedro Leiros — Burocracia. Pág. 110. Edições Fôlha da Manhã, Recife, 1955.

31—Ruy Barbosa — Oração aos Moços, pág. 31. Organização Simões, Rio, 1949.

(empréstimo compulsório) criados pela Lei n.º 1.474/51, revigorada, por dez anos, pela referida Lei n.º 2.975/56.

No tocante ao seu funcionalismo, espera-se que o projeto de reclassificação dos servidores civis da União erradique os males reinantes. Todavia, tratando-se de um setor essencialmente técnico, temos sérias dúvidas de que a reestruturação resolva definitivamente o problema.

Saneará, porém o ambiente. Desaparecerá a categoria exdrúxula de Contabilista, na ordem dos extranumerários, auferindo maiores vencimentos do que os guarda-livros, admitidos mediante concurso do DASP. Os contadores, diplomados, não obstante classificados como guarda-livros, serão reconhecidos na categoria a que fizeram jus, como também ficarão definitivamente constituídas as duas profissões no serviço público, tal como se observa no setor privado: Contadores e técnicos em contabilidade.

Recuperada assim uma Repartição de tanta importância, dirigida por funcionários de seus próprios quadros, essa nova situação proporcionará o aparecimento das condições exigidas para que a Contadoria Geral da República seja o viveiro de técnicos, na mais lídima significação do têrmo, isto é, atualizados, evoluídos, de que tanto precisam a Economia Nacional e a Administração Pública.

E, concluindo êste nosso despretencioso trabalho, fazemo-lo com as palavras finais com que encerramos um outro: "dedicamos êste nosso comentário ao Poder Público, como uma crítica construtiva, e oxalá seja acolhido como subsídio ao estudo da reforma da organização do trabalho, de que o Estado carece". (32)

Assim seja.

32—Francisco José de Souza — Renovação da Contabilidade Pública. Fôlha da Manhã. Recife, 3-8-1956.

Uma Aproximação ao Sentido da Prosa de Boris Pasternak

Luiz de França Costa Lima

Poderíamos haver escolhido êste título porque êle tivesse uns ares de larga modéstia. Ou porque os inglêses pareçam cada vez mais convencidos das vantagens da cautela. Não pensamos tão interessados ou tão longe. Sua preferência decorreu das dificuldades de um trabalho sôbre escritor de língua ignorada pelo ensaista, cujas traduções, além de desacompanhadas de introdução suficiente, pecam pela ausência de dados essenciais, não fornecendo sequer as datas das publicações originais. Tentar um estudo nestas condições é, sem dúvida, aceitar um risco de que depois talvez nos arrependamos.

Pretendemos considerar a obra em prosa de Pasternak segundo o seu valor de arte. E, se por vêzes a considerarmos em suas implicações sociais, não o será por desviação do critério seguido, mas por descrermos das interpretações que procurem apanhar desvinculadamente, a obra de arte.

Enfrentar a obra face a face, em uma busca de arte, obrigar-nos-á a desenvolvimentos de ordem teorética que pareceriam despropositados neste estudo, se a omissão ainda não fôsse o maior pecado.

Outrossim, a análise separada do Dr. Jivago se impôs, porque uma diferença básica o separa das obras restantes: a sua posição de realizado, a única que afinal justifica êste estudo.

I — EM ALGUMAS NOVELAS

Às quatro novelas que a editora Elek Books apresentou (1), podemos acrescentar a versão francesa intitulada Récit (2). Embora a última seja de data posterior, estão aproximadas mais do que pela comum fraqueza. Em tôdas o autor mostrou-se alheio à necessidade de um enrêdo, do qual ressaltassem os personagens, por maior que fôsse a complexidade de acontecimentos, de figuras e suas paixões a narrar. Como veremos depois, Pasternak afasta o novelesco — isto é, uma ordenação "interessante" da estória — não por deficiência narrativa, mas de acôrdo com uma teoria explícita sôbre a criação poética.

---

(1) Safe Conduct and other works, Elek Books, Londres, 1959.

Ocorrem os personagens em dependência às necessidades momentâneas da estória, para logo se dissolverem em um afluxo de imagens, divagações e cortes, os quais terminados, submergem levando consigo os personagens. Todos percorrem **intelectualizadamente** a vida. Os instantes em que aparecem, são instantes em que se levantam questões, às quais respondem com uma constância de atitudes bruscas e passionais, às vêzes, enfadonhamente cômicas. Esconde-se a sua cotidianeidade, enquanto o escritor abusa de descrições e metáforas, excelentes ou apenas obscuras. Suas vidas artìsticamente são falsas e convencionais. Ou melhor, não chegam a ser. Como convencionalismo, nenhuma mais acabada que Il Trato di Apelle, que converte Heine em herói de capa e espada. Os galanteios discursivos, as propostas que a deixam "corada", enquanto êle empalidece se a vê, os encontros misteriosos com suspiros e lágrimas são sucessivos. Inusitadamente convencional, o modo de textura do Il Trato di Apelle é semelhante aos dos demais, em todos se amiudando trechos de autêntico palavra-puxa-palavra:

"The leaning tower of Pise forced a passage through the cordon of mediaeval fortifications. The number of people watching, it from the bridge increased with every minute. Sunsets — partisan sunsets — crept across the squares. The streets were barricaded with overthrown shadows. In the narrow alleys there was still fighting, shadows hacking one another down" (3).

Com "sunsets" começa a correr o fluxo de palavras associadas, pois o pôr do sol lhe sugere que seja um "partisan sunsets". A partir daí a cena vai-se nutrir de uma idéia metafórica de luta, que circula através de palavras como barricaded, overthrown, fighting, hacking. Em uma citação pequena, como a referida não terá o leitor apreensão da falha do sistema. Contudo talvez possa intuir que a continuação do método por páginas seguidas retira o clima de prosa, sem que consiga, por outro lado comunicar um verdadeiramente poemático.

Mas as proximidades não se esgotam no campo das palavras. Em comum, os personagens pertencem a um status econômico que lhes permite, isto é, que permite ao escritor, se despreocupar de tudo o que não seja a sua vida amorosa e intelectual. São tipos propensamente românticos — do romântico conservador, dado à rebelião só das lágrimas — e aristocráticos. Observe-se como estas inclinações são para ideais de vida diferentes e até opostos: o aristocrático e o burguês. Se, de um lado a aristocracia històricamente oferecera o ideal do cavalheiro, com a sua altivez pessoal, fidelidade à palavra dada e aos princípios assumidos, gôsto refinado da vida,

---

(2) Récit, Éditions Emmanuel Vitte, 1958.
(3) Safe Conduct and other works, obra cit., pág. 79.

por outro êste ideal se abastardou quando o nobre foi cedendo àquelas normas de conduta por uma vontade cada vez mais vasta de aprisionar riqueza. Com êsse abastardamento, o aristocrata foi sendo empurrado para fora da cena da história.

Os tipos de Pasternak apresentam inclinações a estas formas antagônicas. Se, de um lado valoram normas aristocráticas, por outro, pelo seu romantismo conservador, se fazem contaminadas de um modo burguês, acrescente-se, modo de uma burguesia vitoriosa (4).

Curiosamente, em data aproximada à publicação destas novelas, Jean Renoir apresentava, n'A Grande Ilusão, dois aristocratas, o senhor de Boldieu e o comandante da fortaleza alemã, ambos conscientes de serem os últimos remanescentes de uma espécie que a história achava de proibir.

Daquela segunda contaminação decorre a freqüência da solidão e da angústia a rondar os seus personagens, que se alheiam, com exceção dos de Aerial Routes, de tôda preocupação social.

É claro que não seria pelo fato de serem propensamente aristocratas e românticos-conservadores que falhariam os seus tipos. Aerial Routes, que marca uma das suas tentativas de comunhão revolucionária, só é um pouco melhor porque se fêz com maior sentido de novelesco.

O defeito radical, portanto, de que padecem essas obras parte da desatenção ao novelesco, de que se origina uma narração que não produz um choque estético, uma quantidade de personagens flutuantes, de situações que passam em uma enxurrada de palavras. Para que fundamentemos, porém, esta crítica haveremos de nos perguntar qual a razão da importância do novelesco na prosa. Importância que poderá parecer paradoxal em uma época em que tanto se estatui a necessidade de uma pureza dos meios expressionais da arte. É o que discutiremos no primeiro § do feixe seguinte de observações.

---

(4) A relação que estabelecemos entre modo ou disposição de vida da burguesia vitoriosa e o romantismo conservador exige esclarecimento. Por modo ou disposição de vida da burguesia vitoriosa consideramos a que se estabeleceu primeiramente no Alto Renascimento, quando o burguês, após desalojar o aristocrata, se converte em um conservador, em financista das emprêsas efetivadas por terceiros, em um antidemocràticamente atento a que ninguém mais suba depois dele. (Ver von Martin, Sociologia del Renacimiento, trad. do Fondo de Cultura Económica, México).

Quanto ao romantismo conservador: sabemos terem havido duas direções do movimento, uma liberal, outra tirânica e reacionária. Parece-nos que o romântico caminha para o segundo tipo, participando ou fazendo o jôgo da burguesia vitoriosa, quando se recusa a ver mais do que razões pessoais para as suas lágrimas, que muitas vêzes não seriam só suas, mas de seu tempo e, portanto, determinadas por condições político-sociais.

2. O QUE PODE TER DETERMINADO O CARÁTER DA OBRA

2a) A tensão poemática

Permita-se-nos argumentar com um exemplo do Dr. Jivago, a que ainda não nos havíamos referido, pela acessibilidade do texto português.

"Era a segunda vez que tio e sobrinho iam a Duplianka. Iura acreditava lembrar-se do caminho e sempre que a planície se ampliava, cercada por delgada orla de florestas, parecia-lhe reconhecer o lugar em que a estrada virava à direita e, passada a curva, descobrir por um instante o imenso panorama da propriedade de Kologrivov, com o rio a cintilar ao longe e a via férrea que corria na outra margem. Enganava-se, porém, de cada vez. Campos sucediam-se a campos. As florestas incessantemente voltavam a prendê-los em abraços. E a alma se punha em consonância com a larga cadência dêsses espaços sempre recomeçados. Dava vontade de sonhar e pensar no futuro.

Nenhum dos livros que deviam tornar célebre Nikolai Nikolaievitch fôra ainda escrito. Mas suas idéias já haviam tomado forma. Êle não sabia quanto sua hora estava próxima.

Não tardaria a revelar-se na imprensa da época, . . . êsse homem que refletia sôbre os mesmos problemas que êles, mas que, além da terminologia, nada tinha com êles em comum. Todos se prendiam a um dogma e se contentavam com palavras, ao passo que Nikolai . . . sonhava com pensamento concreto e inspirado . . . Êle queria o novo" (5).

O primeiro período do primeiro parágrafo forma apenas o ponto de referência da ação. Constitui o seu sustento espacial. A partir, no entanto, da cláusula temporal "sempre que" principia uma visualização, desde a "planície se ampliava, cercada" etc., até o rio que debalde Iura esperava ver a cintilar. A visualização pura se atenua, então, para se misturar com a subjetividade de Iura: "Enganava-se, porém, de cada vez . . . As florestas incessantemente voltavam a prendê-los em abraços". Quando se dissolve na pura divagação: "E a alma se punha em consonância" etc.

Desde que começa a intensificação visualizante a penetração depende de uma participação vivencial do leitor com as palavras. Participação vivencial e não apenas o seu conhecimento enquanto vocábulo dicionarizado. E êste tipo de intensa comunhão com a palavra se faz necessário tôda vez que o escritor pretende que as palavras deflagrem uma carga emocional imediata ao instante mesmo da sua leitura.

---

5) Dr. Jivago, trad. brasileira da Livraria Itatiaia, 2a. edição, 1959, pg.9.

Poderemos entender essa dependência da percepção textual à palavra vivenciada pela comparação de dois períodos, em um dos quais baste o conhecimento da realidade dicionarizada do vocábulo, de outro em que elas sejam cargas para a percepção emotiva.

"Enganava-se, porém, de cada vez. Campos sucediam-se a campos. As florestas incessantemente voltavam a prendê-los em abraços". Os componentes do primeiro período podem ser substituídos por outros desde que lhe sejam semelhantes: a importância do período concentra-se na idéia, não na sua expressão. No segundo, não: o fato de que se tenha podido traduzí-lo significa simplesmente que sempre é possível praticar em outra língua uma igual **violentação** sôbre a linguagem usual, violentação que não decorre da escôlha de sinônimos mais ricos ou de construções mais complicadas. Dizemos uma violentação porque se arranca a finalidade utilitária que preside a organização da linguagem usual, em favor de uma finalidade de representação emotiva desinteressada.

De um modo geral, o 1.º parágrafo da citação (5), exige uma participação vivencial por parte do leitor.

O contrário se passa com os parágrafos segundo e terceiro da citação. Basta aqui o conhecimento vocabular para a compreensão do que se diz. Os tropeços do leitor são tropeços com as idéias.

Para que o discurso não se ressinta de uma falta de unidade, todavia, será necessário que as duas espécies, apesar de diferentes, apresentem elementos constantes. Será impossível tal unidade se concebermos a realidade do segundo tipo de estruturação independer totalmente de um conhecimento vivencial. O que poderá parecer uma contradição ou ao menos uma tangiversão da clara distinção estatuída. Necessitamos, porisso, recuar ainda mais no campo teórico.

No discurso usual a palavra é um mero instrumento da idéia. No científico ela desenvolve rigor e precisão, mas continua a palavra como moeda, instrumento que faz circularem as idéias. Por outra modificação ela passa no discurso filosófico, tornando-se um meio mais necessário ao labor — necessidade mais fundamental que instrumental, desde que os signos matemáticos não se prestaram a uma totalidade comunicacional. Porisso mais se desenvolve seu requisito de rigor e agora de imprescindibilidade. Só no discurso poético — entenda-se o têrmo no sentido amplo, abarcador de literário —, sua posição se transforma radicalmente. A palavra não é instrumento do pensar, mas unida ao ato mesmo do pensar. Sua imprescindibilidade não decorre de que seja necessário um meio para se comunicar o que se pensa, mas de que seja necessário

dizer. Em **pensar** e **dizer** traduzem-se as intenções da filosofia e da poesia e a sua diferença quanto ao uso da palavra (6).

Não haveria dificuldade em caracterizar o poético se dêle descartássemos o módulo dos parágrafos segundo e terceiro. A êste custo, porém, há-de se enfrentar a dificuldade.

Releiamos aquêles parágrafos e verifiquemos que não se dá uma absoluta independência do que se diz da maneira do dizer, embora possam as palavras ser substituídas com certa habilidade, sem o prejuízo da intenção do texto.

Como se coadunar todo o dito? Recorreremos a uma imagem para melhor esclarecimento. Invalida o trecho utilizado acima o fato de residir a essência da prosa — segundo gênero da Poesia — em um **efeito de campo total**, o qual naturalmente não se pode dar por um fragmento.

Imaginemos ter-nos à frente um painel em que se dispõem dispositivos de **n** côres diversas. Estas côres foram escolhidas pelas suas afinidades internas de modo a constituírem uma "**boa forma**". Suponhamos mais que o painel haja de ser **lido** e não **visto**, isto é, que o observador haja de seguir por cada um dos dispositivos até que chegue ao final, internamente se lhe verificando a adequabilidade dos componentes (côres, linhas, organização espacial). Teríamos no exemplificado o primeiro gênero do Poético, o poético do poema. O efeito que êle produz está em relação direta com a afinidade dos componentes — linhas e côres organizadas — em produzirem um estado emocional — choque empático se se quiser dizer — que se prolonga e acrescenta até a produção de um efeito global ao fim da "leitura". O efeito do painel (poema) é um efeito que, não se confundindo com o particular decorrente de cada componente, depende **diretamente** de **cada um dêsses** componentes, da sua capacidade como parte de valor singular e propagador.

Suponhamos agora um segundo painel em que os dispositivos não estão preenchidos por modalidades coloridas distintas, mas sim por uma única côr que, com variantes de tonalidade, de disposição, se propagasse como **onda** por todo o conjunto. De igual com a experiência anterior, assegure-se que êle seja para **ler** e não para ver.

No final, o efeito que o painel despertasse seria de responsabilidade do **campo todo**, em que as côres (palavras) e sua disposi-

---

(6) Escolhemos um trecho em que as duas formas poéticas aparecem contíguas, sem desconjuntarem a unidade do texto. Na maioria dos casos, porém, prepondera uma "intoxicação" lírica que seguidamente prejudica a comunicação. A êste respeito serviria de exemplo a autobiografia Safe Conduct, já traduzida para o espanhol (Editorial Dedalo, Buenos Aires, 1959), verdadeira introdução aos méritos e defeitos de Boris Pasternak.

ção (a organização na página) não participaram como elementos singularizadores e sim propagadores da onda.

Em ambos os casos, os elementos componentes foram usados como elementos capazes de represar e comunicar dinamicidade. Contudo, em um caso esta será como **pontuada**, enquanto no outro a dinamicidade como que deslizará, valendo os componentes (palavras e a organização do texto na fôlha) como rolamentos.

Parece-nos que essa seja distinção basilar para a discussão das relações do poema com a prosa, enquanto gêneros de uma mesma realidade, a Poética.

Em síntese, poderíamos dizer que uma exige uma penetração filológica, a outra uma penetração psicológica.

No caso de Boris Pasternak, uma tensão do tipo poemático não só orientou a criação, quanto prejudicou o sentido das suas obras em prosa, que precisariam de uma adequabilidade distinta de meios. Assim a superposição de tempos, mediante cortes na linha narrativa, não decorre da necessidade, sentida por um Faulkner, um Priestley, um Arthur Miller, de acercar a estória da sua evolução psicològicamente real, que nem sempre se confunde e concorda com a meramente cronológica.

No autor estudado, as superposições temporais, as freqüentes misturas de linha narrativa se originam de uma exigência poemática: misturam-se os planos, os tempos pelas possíveis associações sonoras, metafóricas ou simbólicas. Pelas amplas possibilidades de divagação. Ora, isso na prosa tem como conseqüência quebrar-se a sua carga emotiva. Pois que não possuindo o gênero a limitação espacial do poema, as suas espécies — o conto e o romance — hão de se prover de meios distintos pelos quais conseguir despertar e acrescentar a receptividade emotiva do possível leitor. Não sentir a necessidade de estratégias diferentes à estruturação poemática ou em prosa, levará a um descritivismo indébito no poema ou ao caotismo na prosa, como o que prejudica a prosa de Pasternak.

As reflexões do autor ou do personagem Jivago sôbre a criação, nos confirmam que Pasternak não reconhece de modo claro uma distinção de modos ajustados para a composição poemática ou de prosa.

"Iura saboreava com antecipação o momento de desaparecer por dois ou três dias do horizonte familiar e universitário, para escrever verso em memória de Ana Ivanovna, onde acharia lugar para tudo o que então lhe viesse ao espírito: tôdas as imagens fortuitas que a vida lhe pudesse soprar, alguns dos mais belos traços da finada, a imagem de Tonia de luto, o que êle observava ao vol-

tar do cemitério, a roupa a secar no lugar em que outrora a tempestade uivara dentro da noite e em que êle, criança, havia chorado" (7).

Êsse método indicado é claramente o poemático e difìcilmente o de prosa. Que com êle o autor russo conseguiu excelentes resultados poemáticos nos provarão a leitura de In Hospital, It is not Seemly, The Model, compreendidos na citada tradução inglêsa. Para a prosa, no entanto, o método deveria receber uma nova redução, pela diferença de campo.

"Como numa sala, quando se abre a janela, o ar e a luz de fora, o rumor da vida, as coisas, as substâncias faziam irrupção nos seus versos. Os objetos do mundo exterior, os objetos de uso corrente, os nomes comuns se precipitavam, se acumulavam e açambarcavam finalmente o verso, afugentando as palavras mais vagas. Objetos, objetos e sempre objetos enfileiravam-se em colunas rimadas à beira do poema" (8).

O perigo do que tão excelentemente descreve Pasternak ocorre quando se ampara no mesmo procedimento à criação de obras que não são poemáticas.

Mas o trecho decisivo que nos dará a idéia final do autor sôbre a questão há-de ser procurada na sua já citada autobiografia. Preferimos a tradução espanhola, que no caso nos pareceu mais clara:

"A los hombres los representamos para arrojar sobre ellos el tiempo, el clima. El tiempo, o sea la naturaleza, para arrojar sobre ésta nuestra pasión. Introducimos lo cotidiano en la prosa, por la poesía. Internamos la prosa en la poesía, por la música. Así en el sentido más amplio de la palabra, definía yo el arte, puesto de acuerdo con el reloj de la humanidad que toca en cada generación" (9).

Se bem agora interpretamos o autor, êle reconhece não haver um abismo radical entre prosa e poesia (tal como postulam estetas contemporâneos, de maior fama que valor e poetas melhores em seus versos), já que é possível a introdução do cotidiano na prosa por esta ("for the sake of poetry of it" (10), como preferiu o tradutor inglês). Bem como reconhece dar-se o deslocamento da prosa para a poesia (repare-se na ambiguidade de emprêgo da palavra, quando a certa aqui seria poema ou outra eqüivalente) pela introdução do fator, **até então pouco importante**, musical. Contudo não dá Pasternak sinal de haver aprofundado a intuição transcrita,

---

(7) "O Dr. Jivago", Editôra Itatiaia, pág. 95.
(9) Salvoconducto, tradução para o espanhol, Editorial Dedalo, pág. 33, 1959.
(8) Idem, pág. 296.
(10) Safe Conduct, obra cit., pág. 181.

nem tampouco de haver melhor refletido sôbre o uso, que no seu caso nos parece abuso, da palavra poesia. Sendo equívoco o uso teórico de palavra, na prática de prosa do autor a equivocidade se repete.

Pensamos que o novelesco — elemento a que não se refere Pasternak, talvez por uma fidelidade de "poeta" (poemista) é fundamental à prosa, mesmo no caso da prosa poética (ou poemática) de que "O Doutor Jivago" é uma tentativa realizada, porque o amplo desenvolvimento dos seus tipos — o conto e o romance, a novela não nos parece tipo autônomo — impede que perdure a intensa condensação emocional provocada e passível de manter, com uma estratégia peculiar, no poema. É impossível mantê-la primeiro para o escritor e logo para o público leitor. Então aquêle terá que lidar com algo que lhe trave o tumulto de expressão: que lhe trave, o dirigindo por um conduto estreito que impossibilite a caoticidade na construção. Sem aceitar esta trava, fornecida pelo acontecimento, ou na terminologia de Pasternak, pelo cotidiano não-musicalizado, acontecimento que se organiza em fio novelesco, Pasternak nos legaria uma prosa, em geral, desorientada, que haveria de sofrer uma modificação radical antes de surgir um "O Doutor Jivago".

2b) O afastamento do acontecimento

Como se comporta o artista frente ao acontecimento? Com freqüência, podemos dizer, aproveita a sua sugestão para logo afastá-lo, movendo-se em um plano que o detesta. A resposta, no entanto, padece de parcialidade. Antagônica ao acontecimento é a expressão poemática. É verdade que uma das maneiras ao dispor da poesia moderna para a revolução que efetuou foi precisamente a de introduzir notícias corriqueiras no meio do verso, para lhe enxugar a sonoridade excessiva. Técnica semelhante a do "papier collier" dos pintores. Sirva de exemplo o conhecido "Canto de Amor de J. Alfred Prufrock" de Elliot.

Fundamentalmente, contudo, a estrutura poemática, melhor dizendo a sua atitude não se coaduna com o uso do acontecimento.

O mesmo não se repete na prosa. O dilema do prosador está em que, não se afastando do acontecimento, não se resuma a ser um mero contador de estórias. Para tanto há-de dispor das polícias dando-lhe uma estruturação de mais do que notícia. Isto é, disporá as palavras em um discurso que também violentará o discurso usual, propenso a representar generalizações da vida, pelas quais se disfarce a sua inerente dramaticidade. Que o violentará, mas que continuará a utilizar os seus geradores, os acontecimentos.

Assim o perigo de uma literatura como a de Kafka reside no caráter limitado do seu mundo de acontecimentos. Com o que a

sua experiência de mundo se "especializa". O mesmo talvez pudesse ser dito de Proust (11).

Fiel à atitude poemática, Pasternak desprezará naquelas novelas a trava do acontecimento. E o que êle diz no início da autobiografia pode talvez servir de epígrafe:

"No voy a describir detalladamente lo que le había precedido. Como en la sensación que hacía recordar el "Sexto sentido" de Gumilev, al muchacho de diez años se le reveló la naturaleza; cómo, en respuesta a la mirada fija de una planta de cinco pétalos apareció la botánica, su primera pasión; cómo los nombres encontra os en el vademecum traían a las aromáticas pupilas que en mudo arrebato se precipitaban hacía Linneo como se quisieran saltar de la oscuridad a la gloria. ....

No voy a describir todo aquello; el lector lo hará por mí. Le gustan las tramas y los terrores y la historia le parece un cuento que continúa sin cesar. No se sabe si él desea un final razonable. Le agradan los lugares más allá de los cuales no se prolongan sus paseos" (12).

Não duvidamos da razão de Pasternak. E já Proust notava a sofreguidão com que se degustavam as manchetes do Figaro ao café. Mas o papel do prosador não será o de desprezar êstes recursos, mas sim o de lhes afastar a função utilitária, usando essas mesmas tramas e horrores para expressar uma estória que ao final pareça mais do que "um conto que continua sem cessar", mais do que um simples fantasiar.

Assim êle consegue a sua trava para a criação.

2c) Espiritualismo e idealização

Por influência de Scriabin, com quem se dava sua família, Pasternak pensou em fazer-se músico. Abandonou a carreira quando já recebera o elogio do inspirador. Seguia depois para a Alemanha a fim de estudar filosofia com Hermann Cohen, na escola neokantista de Marburgo. Mas também se desilude das suas possibilidades como filósofo e regressa para Moscou.

Estas duas tentativas, apesar de fracassadas, deixaram traços afirmativos em sua criação.

---

(11) Seria interessante observar o enlace romance — acontecimento, a partir do século passado. Nota-se a dificuldade de manter o equilíbrio entre o plano narrativo, em que penetra pròpriamente o acontecimento, e o plano oculto da dinamicidade interna, da qual radicará o caráter de arte. Enquanto na linha de Balzac, o plano narrativo nem sempre ultrapassa o da mera estória, na contemporânea, a dinamicidade interna, tão intensa a ponto de por vêzes tornar-se caótica, nem sempre consegue uma condução narrativa adequada.

(12) Obra cit., págs. 15-17.

Em primeiro lugar, não se acompanhando aquelas ruturas de uma crise que abalasse suas crenças e modificasse seu sistema de vida, continuou o jovem Pasternak a freqüentar os círculos literários, fazendo da vida um ofício poetizável. Com isso, continuou a desinteressar-lhe tôda preocupação com o lado objetivamente diário dos problemas humanos, com as suas inevitáveis implicações político-econômicas. Apesar do clima pré-revolucionário dos anos de formação, o autor percorreu-os indene, alheio a êsses cuidados. Não o dizemos com a intenção de crítica que endossasse a abjuração dos censores comunistas. Tentamos interpretá-lo com os dados que êle próprio nos fornece em sua autobiografia (13). Alheio a tôda preocupação social, com o que se afastara da tradição do grande romance russo, de Gogol, Dostoievski, Tolstoi e Andreiev, Pasternak move-se em um círculo de vida intelectualizada, através da qual não se insinuam dilemas populares. Fôsse êle um medíocre a mais e se teria convertido em um esnobe retardatário. Não o sendo, apanhou desta vida o que ela também tem de positivo e cresceu consigo uma concepção espiritualizada do papel do indivíduo e da existência. Essa espiritualização irá repercutir, com ênfase, nas suas concepções da história e da arte. Ligada como estêve, no entanto, desde o início a um ensurdecimento face aos problemas materiais, freqüentemente ela confina com uma idealização, quando não se joga largamente, cedendo o lugar a uma dolorosa mitificação do real.

E com isso nos acercamos ao nervo do seu sentido.

À história e à arte, Pasternak interpreta como sendo movimentos em si mesmos dinâmicos, fenômenos desprendedores de energia, através dos quais o homem se libera do perecimento e do instinto.

"Holding the philosophical out look by which only the **almost-imposible** is real, Nature has made the emotions of everything that lives extremely difficult. She has made them difficult in one way for the animal world, in quite another, for the vegetable. The way she has fashioned those difficulties for man reveals her high opinion of him. She has made our emotions difficult for us not by any automatically acting trickery, but by something which at a glance from her is endowed with absolute power. She has made those difficulties for us by the sensation of our mole-hill insignificance, which attacks each of us in direct proportion to how far removed we are from the molehill stage. This was expressed brilliantly by Andersen in his Ugly Ducyling" (14).

---

(13) Conhecendo uma segunda tentativa autobiográfica, já vertida para o inglês e o francês, pareceu-nos que o incorporá-la a êste estudo iria mais tumultuá-lo com citações. Valha assim apenas a observação que, como obra de linguagem, o L'Essai d'Autobiographie é bem superior ao Salvo Conduto.

(14) Safe Conduct, obra citada, pág. 203.

Essa energização do histórico, por sua vez, não se realizaria no vácuo por uma fôrça abstrata e sim mediante o choque de fôrças dialéticas, o elo da tradição e o elo do instante vivo:

"The history of culture is a chain of equation drawn in images, all linking together in pairs, one after the other, the unknowon and the known — the known, constant for the whole series, being a legend built into the foundations of tradition, while on the other hand, new every time, the unknown is the moment of current culture in which one is living" (15).

E como agentes dêsse processo dialético — repare-se, outrossim, como Pasternak nunca se afasta da linguagem poemática, às vêzes, como no trecho seguinte, com alto resultado de beleza — atuariam as fôrças geracionais:

"Life has where to live and passion where to side-step, because side by side with common time there is the neverceasing endlessness of wayside systems which in their reproduction are immortal, and every new generation is one of these.

Hunching their shoulders as they scurried on, the young rolk speeded through the blizzard, and although each one of them had his reasons for hurrying, what spurred them on more then personal promptings was their historical purposiveness, that is, the toll paid by them to that passion with which, for the n-th time avoiding its end, and trying to escape from the common road, mankind had now taken reduge in them" (16).

Uma profunda abertura espiritual se entremostra na posição. A dinâmica histórica não seria, em primeiro lugar, uma dinâmica movida por regimes econômicos, com suas partições de classes, idéias de classes, lutas de classe. Embora que à interpretação pasternakiana não reúne êsse aspeto, em primeiro plano para êle está a energia — paixão, potência simbolizadora são outros seus nomes — como o propulsionador do histórico. Do histórico e do segmento da criação, desde a religiosa até a artística. Não é de estranhar, por conseguinte, que os personagens d'O Doutor Jivago, que nos parece uma etapa decisiva na sua carreira de escritor, tanto pensem e corajosamente no cristianismo. Dentro dessa perspectiva, as palavras de Nikolai Nikolaievitch preenchem uma perspectiva já possível.

E que é a História? É a colocação em estaleiro de trabalhos destinados a elucidar progressivamente o mistério da morte e a vencê-la um dia. Para isso é que se descobre o infinito matemático, as ondas electromagnéticas. Para isso se escrevem sínfonias. Para avançar nessa direção, não é possível dispensar certo impulso. Tais

---

(15) Safe Conduct, obra citada, pág. 238.
(16) Safe Conduct, obra citada, pág. 242.

descobertas exigem um equipamento espiritual. Os dados dêste estão contidos no Evangelho. Ei-los aqui. Em primeiro lugar, o amor ao próximo, essa forma evoluída de energia vital, que enche o coração do homem, que exige uma decisão e uma dedicação. E em seguida os principais elementos constitutivos do homem moderno..., isto é, a idéia de uma pessoa livre e a idéia da vida como sacrifício. Observa que tudo isso é ainda hoje de extraordinária novidade. Os antigos ignoravam a História com êsse sentido" (17).

Para a explicação da arte, emprega Pasternak processo mental semelhante:

"This (a arte) is not interested in man, but in the symbol of man. And, so it appears, the symbol of man is greater than man himself. It can however be engendered solely in motion. Though not any motion. Only in the passage from molehill to mountain.

What does an honest man do when he speaks **solely** the truth? While the truth has been uttered, life moved on, and the truth which was uttered had lagged behind, a deceptive truth. Is it really necessary for man to go on and on talking, everywhere and always?

But in art, you see, man is gagged. In art man himself becomes silent, and is in the symbol that speaks. And is seems that **solely** symbols can keep pace with the achievements of Nature" (18).

Com a arte, a energia recebe uma nova coordenada, o símbolo. A arte seria a manifestação de uma energia simbolizante.

"Were I now with my present knowledge, ability and with the time I have at my disposal to think of writing an aesthetic of the creative act, I would base my work on two concepts, the concept of energy and the concept of the symbol.

Art is realistic as activity, and as fact it is symbolical" (19).

---

(17) O Doutor Jivago, obra cit., pág. 12.
(18) Safe Conduct, obra cit., pág. 204.
(19) Idem, págs. 214-215. Baseando nosso estudo na versão inglêsa referida, afastamo-nos da interpretação espanhola, algumas vêzes. Assim na remissão que faz o autor ao pé da página lemos na inglêsa:... "The individual words of art like all concepts, live by being perceived. But the irreductible, the quoted word of all art, consists in double-speech, it speaks of energy by symbols", pág. 215, ao que preferiu o tradutor espanhol: "Las palabras aisladas del arte, como todos los conceptos, viven por el conocimiento. Pero la palabra de todo el arte, que no se presta para citarla, consiste en la alegoria y simbólicamente habla de la fuerza", pág. 84, obra cit.
Vale acrescentar que preferimos a segunda versão quando o trecho nos tenha parecido mais claro ou quando, não sendo o trecho de maior importância, se fazia preferível, do ponto de vista do leitor, língua mais acessível.

É manifesta a coerência interna desta concepção. A mesma abertura espiritualista, a mesma desatenção aos aspetos sociológicos da criação, embora, repitamos, a sua teoria não invalide uma investigação naquele sentido.

Pasternak não pretende ser um filósofo da história ou um esteta. Êle nos transmite suas intuições de criador. Seria claro precisarem suas observações de complementações, caso pretendesse construir um sistema. Entretanto não foi êsse o seu propósito. Apesar disso, porém, em uma tentativa de interpretação não poderemos parar nestes termos. Haveremos de notar que o que lhe faltou para completar uma interpretação sistemática da história e da arte, a consideração do suporte material, sociológico e econômico, tornou-as perigosas porque delas se permite resvalar para uma postura idealista, deformadora das relações com a realidade concreta.

Ao analisarmos "O Doutor Jivago" teremos ocasião de observar quanto de idealismo enche as opiniões de Iuri. Baste-nos por ora que as reminiscências do poeta Maicovski, em Safe Conduct, são prejudicadas, de um lado, pelo desprêzo do trabalho sôbre o acontecimento e, de outro, pela tentação idealista que o conduz a tiradas dêste jaez:

"Aunque a todas las personas, cuando caminan o están paradas, se las ve de cuerpo entero, la misma circunstancia al aparecer Maiacovski parecía maravillosa, obligando a todo el mundo a volverse hacía él. Lo natural parecía en su caso sobrenatural. La causa de ello no era su estatura sino otra particularidad, mas general y menos perceptible. En mayor grado que los demás, todo él estaba en la presencia. Tanto había en él de expresado y definitivo como de poco lo tenía la mayoría, que rara vez y sólo en casos de conmociones especiales salía de las tenieblas de propósitos mal fermentados y suposiciones irrealizables. Como si existiera al día seguinte después de una enorme vida espiritual, vivida en vigorosos trazos y útil en todas las ocasiones, todos lo encontraban ya en el haz de sus naturales consecuencias" (19).

Em vez de um Maiacovski cotidiano, com a sua singularidade de poeta e homem diário, aparece um Maiacovski-mito, descrito em uma "intoxicação de palavras". E a mitificação — decorrência de uma exacerbação do seu idealismo — ocorre mais uma vez ao refletir Pasternak sôbre as condições que levariam o poeta russo ao suicídio:

"Yo contaré esa cosa extraña que se repite de siglo en siglo y que se puede llamar: el último año de un poeta.

Este finaliza de repente los propósitos que no se prestaban

(19) Obra cit., pág. 131.

a la terminación. Con frecuencia, a su forma inacabada nada agrega, excepto una nueva y sólo ahora apropriada convicción de que la obra está terminada. Y la entrega a las generaciones.

Cambia los hábitos, anda con nuevos proyectos, se felicita por el brioso estado de ánimo. Y de repente: el fin, a veces violento, más veces natural, pero aun así, por el poco deseo de defenderse, muy parecido al suicidio" (20).

Pasternak continua a divagar pelo resto do capítulo, como pelo seguinte. Só então se dispõe a dizer:

"El comienzo de abril sorprendió a Moscú en el blanco estupor del invierno repentinamente retornado. El siete volvió a derretirse la nieve, y el catorce, cuando se suicidó Maiacovski, todavía no todos estaban acostumbrados a la novedad del estado primaveral" (21).

A diferença do impacto que provoca o último trecho citado demonstra o êrro do ponto de vista poético em que incorreu o escritor ao se deixar arrastar por uma tensão poemática fora dos limites do poema, a qual, por sua vez, facilitou as divagações mitificantes.

O que acontece é que o espiritualismo pasternakiano não tinha bastante raízes empíricas que lhe tornasse indene ao perigo idealista e daí então já sem amarras à mistificação. Concordamos, neste ponto, com a crítica que lhe fazem os marxistas. Seria ingenuidade supor, no entanto, que a crítica daqueles senhores pare neste ponto. Para os marxistas, Boris Pasternak é detestável desde que manifestou inclinações espiritualistas. E isto vale a dizer que tôda a sua obra assim lhes é. Opõem-se em suas premissas. Qualquer acôrdo pecaria pela base. Procuremos, no entanto, fundamentar êste juízo. Auxilia-nos para tanto o estudo recentemente saído em Moscou sôbre Dostoievski, da autoria do senhor V. Ermilov, do qual conhecemos a tradução francesa. Logo na introdução, ao par da simpatia que manifesta pelo autor escolhido, o crítico soviético demonstra como lhe seria desagradável o contato com Pasternak. Embora a êle especìficamente não se refira, vejamos as suas idéias. Observa inicialmente que a obra de Dostoievski "a été le fruit d'une époque de transition, quand les relations féodales s'écroulaient en Russie pour laisser la route libre au capitalisme. L'ancien régime patriarcal s'effondrait avec fracas et l'homme au nom duquel parlait. Dostoievski se trouvait abandonné et seul au milieu d'une réalité qu'il ne comprenait pas et qui l'étouffait" (22).

É meio de abordagem realmente legítimo e útil. Continua,

---

(20) Idem, pág. 156.
(21) Ibidem, pág. 164.
(22) F. Dostoievskí, por V.Ermilov, trad. francêsa, Editions en Langues Etrangeres, Moscou, 1956, pág. 7.

porém, o autor. Constata que Dostoievski não distinguia o proletariado da burguesia quanto ao papel que êles estavam fadados a desempenhar socialmente, após o que escreve: "Cette rupture de l'écrivain d'avec les forces sociales avancées de son temps, ne fit qu'approfondir son scepticisme quant aux perspectives réelles du développement social et consolider ses idées sur l'insolubilité des problèmes humains et le caractère irréversible du dédoublement psychique chez l'homme" (23).

Atentemos em particular para a conclusão acima a que chega o crítico russo. Para êle, e podemos crer para os marxistas em geral, pois êstes senhores costumam ser bem "harmônicos", a crença na insolubilidade dos problemas humanos radicais e no caráter "irreversível" do desdobramento psíquico, partilhadas por Dostoievski; originar-se-ia de uma determinada situação de classe, que implicaria em um determinado modo "decadente" de pensar. Seriam, portanto, crenças passíveis de extinção com o desaparecimento das condições sociológicas sustentadoras da classe que as alimentou.

Se bem interpretamos, o senhor Ermilov nos parece demasiado utópico. Pois o homem, ao menos o ocidental, sempre a aquelas conclusões chegou, em independência das situações históricas a que pertenciam, como uma decorrência mesma do ato de pensar na sua existência. E isto é extremamente grave. Já foi dito que a beleza da arte grega é uma beleza triste. Tristeza transparente apesar do sentido apolíneo que a revestia, o qual, històricamente, se mostra pouco propenso a comprometer-se sem expressar uma determinação da tonalidade emocional, no caso a tristeza, que possa ferir o "equilíbrio" da representação. A figura grega exprime tristeza, **ao lado de uma plenitude de vida,** porque o pensar o mundo para o ocidental sempre veio conduzindo a êstes termos. Mesmo em períodos "clássicos", como foi o referido. E embora a tristeza conseqüente ao pensar o mundo não implique inevitàvelmente em um derrotismo — o que seria um absurdo no caso grego — ela inclina o seu descobridor a considerar privativa da condição humana a insolubilidade dos seus anseios (problemas) fundamentais.

Seria interessante partilhar do otimismo do senhor crítico de que algum dia novas condições histórico-sociais criem um homem de tal maneira novo que êle não tenha mais problemas insolúveis, nem mais creia na irredutibilidade do seu "desdobramento psíquico". Mas sinceramente não cremos que as idéias do russo Ermilov ultrapassem o fervor de "cristão novo" e signifiquem mais do que a profunda aversão pela família de escritores, como Destoievski e Pasternak, com as suas constantes espiritualistas e sua desconfianças das interpretações puramente econômicas de ideais constantes.

---

(23) Idem, pág. 9.

Guardemos, em síntese, portanto que os críticos marxistas pretendem reduzir tôda interpretação da criação aos seus suportes materiais, econômico-sociais. E com isto a posição espiritualista lhes é adversa.

3.º) O Sentido d'O DOUTOR JIVAGO

Mesmo que não tenhamos testemunhos do autor quanto a feitura d'O Doutor Jivago, podemos crer que uma modificação de método antecedeu à sua criação, de modo a suprimir defeitos encontradiços nas obras precedentes. Sem abandonar a tensão poemática, o que seria irrealizável àquela altura, a sujeita, no entanto, a um tratamento de prosa, isto é, não solta o acontecimento livremente, mas se deixa por êle travar, compondo um novelesco de fios complexos, salteados, sinuosos, mas sempre um excelente.

De outras constantes passadas é difícil dizer o grau de sobrevivência. Até que ponto, por exemplo, o médico Jivago, reconhecido pelo povo como não sendo um dos seus, é um aristocrata? Ou suas excentricidades não seriam apenas de intelectual? Mas a postulação nestes termos parece improcedente. Jivago é, antes de tudo, um excêntrico, cujas reações o singularizam em qualquer situação. Não esqueçamos, porém, que Pasternak manifesta o seu carinho para com a aristocracia — repitamos aristocracia como ideal de vida, não obrigatòriamente classe econômica — fazendo o misterioso Evgraf, o irmão de Iuri, o simbólico Evgraf, que por sinal não é dos personagens realizados, filho de uma princesa siberiana. Mas, como dizíamos, isso pouco importa, para a fixação de meios a um julgamento estético da sua obra. Como tampouco merece atenção especial a irrupção de gente do povo no romance. Irromperam porque houve necessidade, já que sem êles não teria havido a revolução de 17. Por êsses desvios se dirijam os julgamentos políticos.

Sagazmente, o escritor aproveitará para o Jivago os recursos de uma mente acostumada a pensar poemàticamente. E assim a técnica central de estruturação do romance, a técnica que chamaremos de impressionista, sendo uma estratégia para a prosa, mantém evidentes suas ligações com o procedimento poemático.

Analisemos o que seja impressionismo e daí a razão de se chamar uma técnica de impressionista.

O impressionismo é um específico comportamento estético. E como tal possui características próprias. Releva-o a acentuada afeição em representar a sensação dos fenômenos. Ser impressionista é ser uma espécie de saboreador do mundo.

Como impressionista, Pasternak apresenta uma apetência especial na representação de sensações de gôsto, de audição, de visão. As de olfato são-lhe menores, as de visão as mais freqüentes.

Freqüência dos reflexos de luz sôbre a natureza, dos contrastes de côres e sugerências associativas.

Como comportamento estético específico, o impressionismo se opõe ao expressionismo, cuja representação é antes a resultância de uma extrojeção da subjetividade, que da introjeção de uma vivência, marcadamente de causa sensórea e com freqüência sensórea-visual, como na representação impressionista. O expressionismo rompe a ordem natural das coisas e a recompõe em uma em que mais veementemente se introduzem elementos humanos (24). Assim fizera El Greco, no advento do barroco, como hoje o faz um Kathe Kollvitz. O impressionismo, ao contrário, antes reconhece a **riqueza ajustada** da ordem natural e o seu afã é o de grafá-la com a maior pureza intuitiva. Mais do que dois comportamentos estéticos, são, portanto, dois modos de experiência do mundo.

A técnica impressionista utilizará o efeito que as impressões, oportunamente empregadas, produzirão ao leitor, ouvinte ou contemplador. **Na expressão poética**, tais impressões-chaves são provocadas por fatos, como uma frase, um acontecimento, pessoa ou coisa que, tendo aparecido em uma situação passada, sua repetição faz com que o leitor ligue de imediato a nova àquela, estabelecendo-se um fluxo associativo que lhe faz liberar psicològicamente uma

---

(24) A título de comprovação referimos uns poucos exemplos. De impressionismo, mais freqüentes: "O sol se levantara e as árvores projetavam no chão do parque uma sombra alongada, perfurada, molhada de orvalho. Não era uma sombra negra, mas de um pardo escuro, como feltro encharcado. O odor estonteante da manhã parecia emanar precisamente dessa sombra estendida no chão, roída pela umidade, com clareiras afuniladas que se assemelhavam a dedos de menina" (O Doutor Jivago, pág. 19).

"As distâncias devolvem os sons com sonoridade gelada, precisa, distinta", idem, pág. 193.

"Iuri Andreievitch respirava com avidez aquêle perfume picante de maçãs congeladas, de secura acre, de unidade açucarada, misturado aos vapores de setembro azuis e teimosos como os que se desprendem duma fogueira de madeira ou dum incêndio que se acaba de extinguir, aspergindo-o d'água", ibidem, pág. 353.

Como exemplos de expressionismo: "O sol queimava as colheitas semiceifadas, como nucas de forçados raspadas até meia altura", obra cit., pág. 8.

"Filetes de luz esquadrinhavam os quartos, lançando olhadelas às mesas e sofás, como ladrões ou avaliadores de casa de penhor", pág.98.

"Elevara-se (refere-se a Tania recémvinda da maternidade) no meio da sala como, em meio de uma baía, um navio que acabasse de lançar âncora e se esvaziasse de sua carga de almas novas, trazidas não se sabe de onde para o continente da vida, através do oceano da morte. Ela terminava apenas de desembarcar uma dessas almas e agora estava atracada e repousava, com tôda a vacuidade de seus flancos espichados", etc., pág. 111.

disposição mais intensa à receptividade da arte. A técnica impressionista é assim um meio de economia de explicações, descrições ou rememorações de outra sorte inevitáveis.

Um esbôço desta estratégia foi bem conhecido desde os antigos, com o uso dos "sinais" de reconhecimento, como já aparece na Odisséia. Entre nós, Machado o empregou em Esaú e Jacob (25). Foi, entretanto, a partir da segunda metade do século passado, que o recurso se sistematizou, por influência direta do movimento impressionista na pintura (1874-1886).

Procuremos em 'O Doutor Jivago' exemplos que nos caracterizem o procedimento. Na Oitava Parte, "A Chegada", após ser levado pelas sentinelas à presença do chefe Strelnikov (que não é outro senão o marido desaparecido de Lara) e por sua ordem sôlto, ao voltar ao comboio, é apresentado pela espôsa a um dos recém-chegados, Anfímio Efivomivitch Samdeviatov. Do trem, em saída, êle mostra a Iuri a cidade que atravessam. É quando o diálogo se interrompe para dar curso à observação:

"Nos extremos da planície vermelhavam grandes reservatórios cilíndricos de petróleo. Aqui e ali viam-se reclames de produtos industriais empoleirados em altos postes. Um dêles por duas vêzes caiu sôbre as vistas do doutor:

"Moreau e Vetchinkin. Semeadoras. Batedeiras" (26). Depois a conversa volta ao normal.

Trata-se de uma observação aparentemente despretensiosa para a estrutura do romance. Sua trivialidade, no entanto, é enganosa. O acidente revela o intenso artezanato de um autor, a quem vêm ingênuamente acusando de poeta improvisado em prosador. As semeadoras Moreau e Vetchinkin adquirirão um papel de dínamos na condução do enrêdo. Sua energia vai produzir o primeiro impacto (15) na Nona Parte, intitulada Varykino. Iuri reencontra Lara e juntos seguem para a sua "residência": um pequeno quarto que ela ocupa com a filha. Lá chegados, Iuri observa a janela que se deita para uma paisagem que lhe surpreende:

"Viam-se ovelhas a pastar e cabras que varriam a poeira com seus longos pêlos, como se fôssem mangas de peliça desabotoadas.

---

(25) No capítulo LVII, estavam D. Clara e Flora a fazer footing pela cidade quando se encontram com um dos gêmeos, Paulo, há pouco vindo de S. Paulo. Conversaram trivialidades, com os olhos metidos uns nos outros, quando acidentalmente "na rua Gonçalves Dias, indo para o largo da Carioca, Paulo viu dois ou três políticos de S. Paulo, republicanos, parece que fazendeiros". Nada parece haver de especial, apesar da surprêsa anotada do rapaz: "Havendo-os deixado lá, admirou-se de os ver aqui". Mas o acidente logo adquire significação: a aclamação da república se dá no capítulo LXV. Estava explicada a presença dos fazendeiros paulistas e a intenção machadiana de usá-los!

(26) Idem, pág. 308.

Diante da janela, em cima de dois postes, erguia-se um cartaz que o doutor conhecia bem: "Moreau e Vetchinkin. Semeadoras. Batedeiras" (26). Com o que se recorda da sua chegada com a família ao Ural. Mas o reconhecimento do cartaz aí não cessaria.

Depois do encontro com Lara na cidade, Iuri empreende o retôrno à casa e procurava assegurar-se que, não mais a veria, quando uma detonação bem próximo o fêz parar. Ia começar o seu outro exílio, servindo como médico dos guerrilheiros que tinham vindo seqüestrá-lo. E isto se deu, quando:

"Encontrava-se na encruzilhada, à beira da estrada, o cartaz: "Moreau e Vetchinkin: Semeadoras. Batedeiras" brilhava aos raios do poente" (27).

O tratamento dessa impressão-chave, que não é rara, esclarece sôbre o que viemos chamando de técnica impressionista.

Seguidas vêzes será o recurso repetido. Assim impunha o plano de obra imensamente complexo, de outro modo difícil de fugir à caoticidade. Tomemos outro exemplo.

As irmãs Tuntsov são referidas em primeira vez por Samdeviatov, ao curso da conversa com Jivago no trem, já citada (capít. VI, parte VIII, pág. 273). Pois uma delas servirá de cabelereiro a Jivago quando êle consegue atingir Varykino, depois de fugir do bando de Livéri (capít. VI, parte 13.ª, pág. 400).

Se pretendermos mais provas: o médico húngaro, Lajos Kerény, que Jivago já encontra entre os guerrilheiros, fôra atrás referido por Galuzina, queixando-se de ter sido êle seqüestrado (págs. 327 e 344, capít. V, parte 10.ª e capít. III, parte 11.ª). Com a mesma Galuzina se entretece outra impressão-chave. À pág. 321 (capít. III, parte 10.ª), ela pensa em Terechka, seu filho, temerosa dos tempos que correm. Com efeito, o rapaz irá se enlear infantilmente a ponto de ter de fugir da cidade, com mêdo dos brancos e se internar com os guerrilheiros de Livéri (capít. I, 12.ª parte, pág. 370). Lá o conhece Jivago em situação especialíssima: Terechka participava de uma trama contra o chefe guerrilheiro, a qual acabaria descoberta e todos levados ao fusilamento. Pois mais uma vez Jivago e Terechka se encontrariam. Jivago foge através da floresta gelada e em um dos seus descansos vê surgir do interior de um vagão abandonado uma criatura. Era Terechka que escapara com vida dos ferimentos e se arrastara até o esconderijo da floresta:

"O doutor vira-o, com efeito, entre os "Irmãos dos Bosques". Era Terenti Galuzin, deixado como morto após a execução. Ficara muito tempo desmaiado, depois, tendo recuperado os sentidos, afastara-se, arrastando-se para a floresta, onde seus ferimentos curaram-se (capít. II, 13.ª parte, pág. 393).

---

(27) Idem, pág. 318.

Êste é um dos modos de realização do método impressionista de estruturação. O mais freqüente, porém não o único. Um segundo consiste na referência pelos personagens de acontecimentos já conhecidos pela leitura de episódios passados, com o igual resultado de provocar uma comunicação empática.

Escolhemos um exemplo ligado aos citados. Jivago fôra seqüestrado pelos guerrilheiros. Mais adiante a velha Galuzina queixa-se à filha dos seus males que não encontraram médico. Sua última esperança se esfumara, pois até de um célebre professor de Moscou, que se dizia haver em Iuriatin (que é o mesmo Jivago), quando se resolvera lhe escrever "tinham colocado vinte cordões de Vermelhos na estrada" (pág. 328, capít. V, parte 10.ª).

Com isso se transforma o simples acidente em impressão-chave, com o efeito de crescer a visualização concretizante e a unidade interna do drama re-(a)-presentado (ou presentificado).

Uma técnica serve à arte quando é um recurso para a criação. O uso destas impressões-chaves formaria sòmente uma massa ajustada de "intrigas" se nada confessassem além de si mesmas, isto é, de uma habilidade artezanal. Nas palavras do próprio autor: "As obras de arte falam de maneiras bem diversas: pelos temas, pelas situações, pelos enredos, pelos heróis. Mas falam sobretudo pelo que ocultam de arte. A arte das páginas de Crime e Castigo transtorna mais que o crime de Raskolnikov" (28). Sendo uma técnica de arte, no entanto, comparam-se as impressões-chaves a correntes subterrâneas que percorressem a obra, sinuosas e aparentemente arbitrárias, para lhe conferir uma vitalismo próprio. O que marca, outrossim, o limite oposto à maioria das obras russas atuais, como o Degêlo do senhor Ehremburg, cuja "fala", formada com recursos gastos, nada "oculta", em uma receita que pode ser satisfatória aos governos, não à arte.

Impressionista o processo de estruturação d'O doutor Jivago', o seu autor, no entanto, não se aloja por completo na atitude impressionista. Ao contrário, a análise do seu estilo mostra uma alternância de comportamentos, isto é, uma dualidade de modos preferenciais de representação, passando do absoluto impressionismo ao expressionismo acabado. Veja-se a propósito a nota 24.

Talvez esta oscilação parta, de um lado, da presença da tradição novelística russa do tipo de Dostoievski, Tolstoi, Tchecov e Andreiev, cujas constantes dramáticas propendem a uma conversão expressionista e, de outro, da influência que sôbre o escritor exerceram os simbolistas franceses, movimento que supomos radicalmente inclinado a uma tendência impressionista (lembrem-se provisòriamente o ideal de música dos simbolistas que, por outras palavras,

(28) Idem, pág. 294.

significa a atenção criadora concentrada na impressão auditiva, a valoração indireta da linguagem intuitiva, a hostilidade comum contra o realismo academizado e o cientificismo na obra de arte.

Esclarecido o método de estruturação d'O Doutor Jivago', cabe a consideração em plano mais profundo.

Do ponto de vista de arte, o valor essencial d'O Doutor Jivago' está em haver conseguido realizar-se como obra de prosa, quando fundamentalmente o seu autor escreve com uma tensão poemática. O seu interêsse político, saber-se se Pasternak é contra ou a favor da revolução, será ultrapassado cedo ou tarde. O que possìvelmente lhe conferirá perenidade é o fato de significar uma tentativa realizada de prosa poemática. Sob êste ângulo, sem atingir a importância global de um Joyce ou de um Faulkner, é que a sua consideração parece relevante para a crítica contemporânea.

Não pretendemos que "O Doutor Jivago" seja integralmente sem defeitos. Estilìsticamente a fusão do poemático com as necessidades de prosa nem sempre resultaram perfeitas. Se Jivago e Lara são tipos incorporados à galeria das grandes figuras do romance contemporâneo, há outros como Gordon e Dudorov que se mantêm flutuantes ou, que parecendo haver surgido só para responder a certas exigências da ação, caminham simbòlicamente, sem adquirir uma consistência de realidade, como Evragf, o irmão que Pasternak descobriu para Jivago, como um modo de resolver dificuldades e deficiências suas. É verdade, porém, que essas falhas não decorreram da tensão poemática, atrás notada como prejudicial às suas obras. Supomos que o autor sofreu uma pressão inconsciente da matéria do romance: a Revolução Russa de 1917. Isto porque, apesar de que uma leitura inteligente nos faça perceber que o pensamento de Pasternak, no que tange ao lado político da questão, não fôsse o de negar o sentido e o relêvo da Revolução, em si, tantas são as aflições irremediáveis que ela lança sôbre as criaturas, destruindo a vida das melhores, de Iuri, de Larissa, de Antipov, que o leitor poderá (e deverá) hesitar. E, se em vez de leitores, êle tem censores... justificar-se-ia o cuidado de "esclarecer" sua posição. Que ainda com o cuidado, não se esclareceu muito, está visto pela condenação raivosa dos soviéticos e a apologia sem sentido dos ocidentais.

Seja por que tenha sido, o fato é que o romance tem falhas, poucas das quais parecem provir do poematismo do autor. Fora daqueles, porém, têm os seus personagens uma realidade, que não se confunde com a determinada pelas situações em que se apresentam. Não afetando a Pasternak um rudimentarismo de criação,

não são êles catalogadamente iguais. Iguais por superficialidade ou por grupos — o grupo dos reacionários, dos indiferentes, dos progressistas — processo extremamente caro aos escritores russos.

N'O Doutor Jivago, cada um dos personagens realizados mantém a sua área de valôres e o seu campo de paradoxos. Iuri passará do entusiasmo revolucionário à descrença e à oposição mesclada de saudosismo. Larissa perderá a sua potencialidade de amor e inteligência pelo aniquilamento que a acompanha sem salvação. Strelnikov (Antipov), o idealista da revolução, o que abandonara a matemática para se transformar em um dos chefes do movimento, termina estourando os miolos. Tania, filha de Iuri e Lara, grosseira e ignorante, simbòlicamente se integra nessa degradação dos homens.

Seria então "O Doutor Jivago" o épico de um malôgro? Se malôgro há, êste é o do idealismo. Do idealismo representado por Iuri e pelo próprio Boris Pasternak. A obra de arte contraria com freqüência a justeza das convicções dos seus autores, mostrando com mais clareza que na ciência e na filosofia o êrro que nelas assiste. Pois que não sendo uma expressão possível de se construir totalmente com o raciocínio e o conceito "lógico" — isto é, o que é válido para o juízo científico e filosófico — torna-se mais difícil compor a realidade segundo uma ideologia, no mais das vêzes a realidade se chocando com estas idéias que se pretendem jogar sôbre ela, como maneira de interpretá-la; chocando-se e mostrando a sua insuficiência.

Sem que nada nos diga que o autor pessoalmente se apercebera do perigo do idealismo, "O Doutor Jivago" o condena, como uma maneira de distorcer a compreensão da realidade. Se não vejamos.

Iuri mantém-se um idealista quer quando se entusiasma pela revolução, quer quando se desilude. Mal irrompida, irrompe o seu entusiasmo:

"A revolução irrompeu apesar de nós, como um suspiro retido por demasiado tempo. Cada homem voltou à vida, num nascimento novo, todos se transformaram, retornaram. Poder-se-ia crer que cada qual experimentou duas revoluções: a sua, individual, e a de todos" (29).

E não afasta a adesão ao lhe parecer claro que a revolução lhe poderá vir a pedir o sacrifício seu e o da família, fazendo-lhe refletir:

"Não sei se será o próprio povo que se levantará e marchará, ou se tudo será feito em seu nome. Em acontecimentos dessa im-

(29) Idem, pág. 153.

portância, não se pode sequer esperar uma lógica dramática. Apesar de tudo, manifesto-lhe minha confiança" (30).

Tudo o que provoca a adesão de Iuri é muito certo, belo e sincero. Não é nesse tom, entretanto, que alguém se prepara para as provações. E Iuri começa a fraquejar quando elas realmente se sucedem e amontoam. Lara o nota:

"Sua narrativa tornou-me simpático. Quanto ao senhor, mudou. Outrora julgava a revolução sem irritação, com menos dureza" (32).

No entanto, a mudança não se dava porque fôssem mudando as idéias pròpriamente de Iuri. Êle vai-se comportando contraditòriamente sem nenhum esfôrço sério de raciocínio e coerência; a ponto de, estando em uma escaramuça com os guerrilheiros contra os brancos que os atacam:

"O doutor não tinha armas; estava deitado na grama e observava a marcha do combate. Tôda a sua simpatia ia para aquêles meninos que morriam como heróis. De tôda a sua alma, desejava-lhes a vitória. Eram os rebentos de famílias que deviam ser-lhe próximas pelo espírito, que tinham a mesma educação, as mesmas concepções morais, as mesmas idéias" (32).

Aí está a um passo da negação do movimento, com argumentos puramente idealistas:

"Transformar a vida! Os que falam assim talvez tenham passado por muitas vicissitudes, mas a vida, nunca souberam o que fôsse, jamais lhe sentiram o sôpro, a alma. A existência para êles é um punhado de matéria bruta que não foi enobrecida pelo seu contacto e espera ser trabalhada por êles. Mas a vida não é uma matéria, nem um material. A vida, se quer sabê-lo, não tem necessidade de nós para renovar-se e recompor-se sem cessar, para se refazer e se transformar eternamente" (33).

Na sua mudança há assim uma coerência: aderira ao que agora negava sem uma análise objetiva da situação. Não se quer dizer que as suas críticas sejam tôdas inválidas; mesmo as unilaterais têm dose de verdade. "Ninguém faz a História, não é ela vista, da mesma maneira que não se vê a erva brotar. As guerras, as revoluções, os czares, os Robespierres são seus fermentos orgânicos, sua levedura. As revoluções produzem homens de ação, fanáticos, munidos de orelheiras, gênios limitados. Em algumas horas, em alguns dias, derrubam a velha ordem de coisas. As revoluções duram semanas, depois, durante dezenas e centenas de anos adora-se como algo

(30) Idem, pág. 130;
(31) Idem, pág. 32.
(32) Idem, pág. 346.
(33) Idem, pág. 471.

de sagrado aquêle espírito de mediocridade que as suscitou" (34). Mas faltaria acrescentar que se ninguém faz a História, tampouco ela se faz sòzinha. É, portanto, preciso sofrer os males das revoluções e padecer da passionalidade dos líderes revolucionários.

As críticas à Revolução de 17 não cessam com a morte de Iuri. E a mais forte está contida em Tania, a filha embrutecida de Iuri e Larissa, de quem diz Gordon:

"Não é a primeira vez que se vê isso na história. O que é concebido de uma maneira ideal e elevada torna-se grosseiro, materializa-se. Foi assim que a Grécia se tornou Roma, foi assim que a Rússia das luzes se tornou a revolução russa" (34).

Não nos parece que Tania tenha surgido no romance por outra necessidade que a de servir para alegórico dos tempos, o que participa dos defeitos introduzidos no fim do romance, sob a pressão agora da sua coragem.

No entanto, malgrado o idealismo de Iuri, o idealismo de Pasternak, conseqüência de um espiritualismo sem maiores raízes materiais, o balanço final da obra não é contra a revolução. De novo ressurge a esperança. "A vitória não trouxera a luz e a libertação que êles esperavam; contudo os sinais precursores da liberdade pairavam no ar desde o fim da guerra e constituíam o único conteúdo histórico daqueles anos" (35). E não pensemos que se trata de um arranjo para diminuir o ódio dos soviéticos. Pois o mais radical na atitude de Pasternak frente à vida é a mantença da coragem de ter esperança. O que tampouco lhe é um dado novo. Já vimos que êle concebe a história e a arte como atividades em que igualmente se implica uma coragem de lançar a energia humana contra a natureza e sujeitá-la e fazê-la formar a vida. Daí é que se deve procurar a significação da natureza na obra pasternakiana. Mais do que um artifício literário, que estabelecesse uma comunhão utópica, como foi para os árcades, ou um meio de rendilhamento da expressão, como para os barroquistas decadentes, recorrer à natureza, em Boris Pasternak, em especial na sua última obra considerada, é procurar a penetração da vida, saturando-a de amor e entendimento. E porque artista o seu entendimento final dar-se-á através da arte:

"Ocupado em anotar tudo isso, verificou e notou de novo que a Arte está sempre a serviço da beleza e que a beleza é a felicidade de possuir uma forma, que a forma por sua vez é a chave orgânica da existência, que todo ser deve possuir uma forma para existir e que assim tôda arte, inclusive a arte trágica, é um relato da felicidade de existir" (36).

---

(34) Idem, pág. 535.
(35) Idem, pág. 536.
(36) Idem, pág. 472.

Se uma distorção do espiritualismo de Boris Pasternak o conduziu ao idealismo e ao mítico, o seu encaminhamento positivo o elevou ao cristianismo e a uma visão orgânica da existência. E nada mais oposto que êstes quatro termos, agrupados dois a dois. Para ambos, o mundo como vivência do trágico e do insatisfatório se põe como premissa, ante a qual os dois primeiros respondem como formas de evasão e os dois segundos como formas de integração.

* * *

N. B.: estando já pronto êste trabalho e entregue para impressão, caíu-nos às mãos a publicação da Editora Brasiliense "O caso Pasternak e sua Explicação", contendo a "carta dos editôres de "Novy Mir" rejeitando o "Dr. Jivago", a análise do Pravda a atribuição do Prêmio Nobel e a expulsão do autor da União de Escritores da U.R.S.S. Os dois últimos têm pouco interêsse, pouco além mostrando de um ânimo raivoso e repetitivo. Quanto ao primeiro, é, em geral, acertada a crítica às idéias políticas apresentadas pelo Dr. Jivago. Os seus autores, no entanto, falham quando intentam explicar a oposição de Jivago à revolução como oposição a um acontecimento que lhe retirara o seu confôrto pessoal. Não, senhores, o problema é mais complexo e menos baixo. É bem verdade que, como um autêntico individualista exacerbado, êstes fatores pesam na sua atitude. O condenável nos críticos é o seu parcialismo em retirarem tôda possibilidade de valor como determinante da conduta. Não se advoga que êste valor seja justo, cremos que nosso estudo bem demonstra a respeito, mas é igualmente injusto pretender reduzir tudo a um problema de estômago.

A sua parcialidade mostra-se tremendamente na interpretação que fazem de texto citado às págs. 31 a 40 (corresponde ao início do cap. IV, da IIa parte, pág. 344 até o seu fim à pág. 348). De fato, a atitude do médico é confusa, simpatisar com os Brancos adversários e, ao mesmo tempo, atirar contra êles, a ponto de ferir alguns. Depois, então que terminado o combate, acorre ao campo onde estão estendidos, trata-os e os liberta, mesmo sabendo que voltarão a se incorporar às fileiras adversárias. Mas Jivago não só não atravessa o campo, por saber que seria imediatamente morto, como porque a sua simpatia é puramente sentimental. Por defeito do seu idealismo êle assume atitudes incoerentes, como esta. Mas o que é decisivo é que houve um **valor,** não importa que deturpado e não uma pura reação institiva, como se esforçam os editores-críticos em afirmar. Tampouco houve "tríplice, se não quádrupla traição", no seu auxílio aos doentes e na permissão de fuga. De novo ocorre o idealismo individualista do médico, fazendo que êle pratique **ato de coragem,** quando possa parecer dúbio e covarde.

Quanto aos outros dois documentos traduzidos, apenas uma observação merece consideração, a de que os jornalistas ocidentais interpretaram a concessão do Nobel como concessão política e nada mais. **Não negamos que isso possa ter acontecido**. O que apenas comprova, o que verificávamos na resenha do número anterior de Symposium, que houve um duplo equívoco de russos e ocidentais na acusação e ditirambos à obra. Afirmamos que O Dr. Jivago tem importância literária e que é ignorância dizer, como afirmam aquêles comentários terem ditos jornalistas ocidentais, que o autor fôsse antes ignorado no Ocidente. Veja-se a antologia One Hundred Modern Poems, de edição bem anterior (Pellegrini & Kudahy, 1949) e se comprova o engano.

Em suma, o importante da publicação está em que para os editores da "Novy Mir" "O Doutor Jivago" tem o espírito negador da revolução socialista, o qual fôra determinado por motivos de desconfôrto pessoal. Sem que neguemos a importância dêste segundo fator, que lamentamos não haver assinalado no estudo acima, para nós o romance, descontado o seu idealismo entranhado, é uma criação de esperança. E que se há um libelo êste é contra o idealismo, malgrado o autor, que não parece ter ficado em algum momento consciente do fato, tal a fraqueza de argumentos que êle engendra como resposta às cutiladas da vida.

INTRODUÇÃO A ALBERT CAMUS

Roberto Cavalcanti de Albuquerque

Não nos parece viável separar, em estudo que pretende ser introdutório, a produção filosófica de Albert Camus de sua obra pròpriamente literária, sobretudo quando não há barreiras estanques nem separação marcada entre uma e outra. Ao contrário, complementam-se ambas. A obra filosófica esclarece e situa, em encadeamento fàcilmente visível, a prosa de ficção; esta ilustra e enriquece aquela, a traduzir, no plano da beleza imaginada que é o da criação artística, a mesma ambição e os mesmos conflitos.

Também não será proveitoso, no caso, seguir, passo a passo, a evolução do pensamento camusiano, numa sujeição às datas que iria prejudicar sensìvelmente a sequência lógica e forçar-nos a constantes e inúteis retornos. Procuraremos, portanto, nos libertar dêsses e de outros entraves, e realizar um trabalho de interpretação que revele o essencial, dentro de uma visão clara e de um quadro de contornos definidos. Talvez o excessivo esquematismo, inevitável, seja prejudicial; mas as constantes referências aos textos e as citações abundantes poderão corrigí-lo, ou, pelo menos, atenuá-lo.

—— :: ——

Da relação **HOMEM-MUNDO**, da sua análise e do confronto de seus termos, vai Albert Camus retirar o essencial de sua concepção do absurdo.

Por **MUNDO** compreende-se, aqui, a realidade fenomênica, a série das aparências que o manifestam. Mundo reduzido conceitualmente à noção de fenômeno, tal como o entendem Husserl e os seus seguidores. Seria o relativo-absoluto a que se refere Sartre, a implicar, por si mesmo, um ente a quem se manifesta e que o apreende. Daí porque a relação homem-mundo seria complementar e sintética, indissociável mesmo, o real-objetivo contendo já, suposto, o elemento captador. E para Camus, o mundo, reduzido ao fenomenal, apresenta-se estranho e irredutível, espêsso na sua concreteza, invariàvelmente idêntico a si-mesmo, constante desafio à apreensão humana.

Compreende-se, portanto, que haja uma correspondência bem visível entre o dualismo fundamental e a relação que se verifica, no plano do conhecer, entre o sujeito e o objeto, se bem que Camus vá

negar a possibilidade da relação concreta, que se transformará em verdadeira antinomia, a revelar o primeiro e fundamental paradoxo. A correlação é clara, sobretudo quando se observa que por **HOMEM** ou espírito humano Camus entende ser aquêle que conhece, que procura compreender a realidade e reduzí-la a termos de pensamento; por outra, o sujeito da bipartição gnoseológica. Certo, para Camus a relação homem-mundo não estaria distanciada da união sintética do homem ao mundo que Heidegger chama Dasein ou o ser-no-mundo. Não aparece, assim, como um simples dualismo, esquemático e interpretativo; representa, antes, a totalidade do concreto, a esgotar tôdas as possibilidades do real. E poder-se-ia já vislumbrar porque Camus, como já o fizera Sartre em tôrno do ser-para-si e pelas mesmas razões, concentra a sua meditação em tôrno da conduta humana e de suas implicações éticas, por ser a conduta a ação do homem no mundo, a dar-nos o homem e o mundo, e também o elo que os une.

Do confronto dos dois termos da relação sintética é que vai se desprender a antinomia e o paradoxo fundamental. Impossível, para Camus, conciliar esta nostalgia da unidade e exigência de coesão e de clareza que ressoam no mais prpofundo do homem com a irredutibilidade do mundo a um princípio racional e aceitável. Ao desejo profundo do espírito que exige ordem e unidade opõe-se a multiplicidade do real, caótico e inapreensível (1). A noção do absurdo desprende-se desta confrontação. Nasce do paradoxo e da impossibilidade dessa dicotomia fundamental. É essencialmente um divórcio; depende tanto do homem como do mundo, sendo o seu único laço e o que os une. A trindade é indivisível. O absurdo "não está no homem, nem no mundo, mas em sua presença comum"; não poderá existir fora do mundo nem tão pouco fora do espírito humano. É o único elo possível, o ponto de intercessão da relação agora antinômica. Tal noção, a do absurdo assim compreendido, figura como a primeira das verdades camusianas.

Mas a noção do absurdo, revelada no plano da inteligência, não é o mesmo que o sentimento do absurdo, que a fundamenta. Sensação inapreensível, às vêzes vaga e inominada, descobre-a o homem "em certos momentos de lucidez", quando se situa em relação com o tempo ou em presença da morte, quando procura compreender o mundo, estranho e irredutível à dimensão humana. Encontra-a Camus em face do próprio homem, ante a inumanidade que êle mesmo segrega. Sentimento complexo, mal-estar ou náusea, presente no cotidiano como em tôdas as literaturas, traduz-se no desespêro em face da evidência do absurdo e da equivalência do

(1) Seguimos, aqui, de perto e até nos termos, a exposição camusiana que se encontra em **Le Mythe de Sisyphe**, o que, aliás, faremos constantemente.

mundo: é nostalgia da unidade, busca desesperada do absoluto, que encontra, no seu reverso, a multiplicidade dos fenômenos, inacessíveis e indiferenciados.

—— :: ——

A temática do absurdo vai nutrir boa parte da produção literária camusiana. **CALIGULA** é de 1938, anterior, portanto a **LE MYTHE DE SISYPHE** e a **L'ÉTRANGER**, ambos de 1942. Estas obras, juntamente com **LE MALENTENDU** (1943) correspondem à crise ou "invasão do absurdo'" a que se referem alguns de seus comentadores.

Já se viu em **Caligula** uma tentação romântica, um romantismo dos atos, mais próximo de Hamlet do que do Mathieu de "Les Chemins de la Liberté" (2). Já se descobriu em sua atitude um "défi nietzschéen et stoïcien", negação brutal do destino e procura da felicidade (3). Preferimos considerar **Caligula** simplesmente como a teatralização da atitude absurda, com tôdas as suas implicações racionais e afetivas. Revelado bruscamente em face da morte de **Drusilla**, o absurdo em **Caligula** é elevado a norma de ação e a imperativo de vida. Ao constatá-lo desesperado, descreve-lhe a sintomatologia, em cena que lembra, até nos termos, certas páginas de Sartre, em la Nausée. Eis o texto camusiano:

> "...Mais je sens monter en moi des êtres sans nom. Que ferai-je contre eux? Oh! Caesonia, je savais qu'on pouvait être désesperé, mais j'ignorais ce que ce mot voulait dire. Je croyais comme tout le monde que c'était une maladie de l'âme. Mais non, **c'est le corps qui souffre. Ma peau me fait mal, ma poitrine, mes membres. J'ai la tête creuse et le coeur soulevé. Et le plus affreux, c'est ce gout dans la bouche. Ni sang, ni mort, ni fièvre, mais tout cela à la fois**. Il suffit que je remue la langue pour que tout redevienne noir et que les êtres me répugnent. Qu'il est dur, qu'il est amer de devenir un homme! (Caligula, acte I, scène 12).

Em presença do absurdo, a atitude inicial de **Caligula** é o repúdio do real e do possível, aliado à reivindicação de uma liberdade sem limites, fuga da condição humana:

> "...Simplement, je me suis senti tout d'un coup **un besoin d'impossible**. Les choses, telles qu'elles sont, ne me sem-

(2) Veja-se de Charles Moeller, Literatura del Siglo XX y cristianismo, vol. I, ps. 66 e 68, versão esp. Ed. Gredos — Madrid.
(3) Veja-se de R.-M. Alberès, Les hommes traqués, essai, ed. Albin Michel, Paris, p. 200.

> blent pas satisfaisantes (...) Maintenant, je sais. Ce monde, tel qu'il est fait, n'est pas supportable. J'ai donc besoin de la lune, ou du bonheur, ou de l'immortalité, de quelque chose qui soit dément, peut-être, **mais qui ne soit pas de ce monde** (Caligula, acte I, scène 5).

É que **Caligula** descobrira uma verdade simples e clara, "un peu bête mais difficile à découvrir et lourde à porter": que os homens morrem e não são felizes. Compreende, assim, a utilidade do poder e da liberdade absoluta, numa tentativa extrema de escapar aos limites humanos e de se igualar aos deuses:

> "...Tout ce qu'on peut me reprocher aujourd'hui c'est d'avoir fait encore un petit progrès sur la voie de la puissance et de la liberté. **Pour un homme qui aime le pouvoir, la rivalité des dieux a quelque chose d'agaçant**. J'ai supprimé cela. J'ai prouvé à ces dieux illusoires qu'un homme, s'il en a la volonté, peut exercer, sans apprentissage, leur métier ridicule (Caligula, acte II, scène 2).

É nesse sentido que **Caligula** é um herói absurdo. Prêsa de uma verdade — a evidência do absurdo — dela já não se pode afastar. Nos limites da vida e da lucidez, conquista esta terrível liberdade que nasce do despojamento dos valôres comuns, liberdade sem explicação nem desculpas, a possibilitar a ação absoluta e o crime. Liberdade desmedida, eterna solidão, efêmeras, reconhece, mas capazes de propiciar-lhe "ce bonheur dément" de todo alheia à condição humana. E ao suprimir **Caesonia,** estrangulando-a pouco a pouco, **Caligula** segrega-lhe ao ouvido:

> "Sois-en sure, Caesonia. Sans elle (cette liberté épouvantable), j'eusse été un homme satisfait. Grâce à elle, j'ai conquis **la divine clairvoyance du solitaire**. Je vis, je tue, **j'exerce le pouvoir délirant du destructeur,** auprès de quol celui du créateur paraït une singerie. C'est cela être heureux. C'est cela le bonheur, cette **insupportable délivrance,** cet universel mépris, le sang, la haine autour de moi (...) la joie démesurée de l'assassin impuni, cette logique implacable qui broie les vies humaines, qui te broie, Caesonia, pour parfaire enfin **la solitude éternelle que je désire**." (Caligula, acte IV, scène 12).

Com **Caligula,** portanto, pretendeu A.Camus uma espécie de fenomenologia da experiência absurda a inserir-se na existência humana, o absurdo levado a suas últimas consequências e ao paroxismo trágico. O teatro seria o gênero melhor aparelhado para concretizar-lhe as manifestações em termos dinâmicos e vivenciais.

A armação ideológica é sensível na tragédia camusiana. Dela não estaria ausente um certo esquematismo (4) a desfigurar-lhe o valor estético, o que teria dado margem a hesitações e julgamentos depreciativos, talvez provocados por um lamentável equívoco: a persistência incompreensível de velhos cânones artísticos.

—— :: ——

L'étranger continua, sob outros aspectos, a análise iniciada, com **Caligula**, em tôrno da experiência e da sensibilidade absurdas. **Mersault**, ao contrário, vai situar-se dentro da média humana, mas também é um herói absurdo. Trata-se agora de romance, vasado em linguagem descontínua e mecânica, como a indicar o desenvolver-se de um destino absurdo. De início, a obra embaraçou e confundiu (5). Mas, pouco a pouco, sobretudo após a publicação de **Le mythe de Sisyphe**, esclareceu-se plenamente. É que **Mersault** apareceu, então, como um **Sisyphe** inconsciente, a descobrir mais tarde que fôra feliz, mesmo na inconsciência de sua vida cotidiana. Estamos, é bem de ver, bastante distanciados do sobrehumanismo de **Caligula**...

Alheio à sua própria vida, **Mersault** leva a existência numa espécie de "embotamento lúcido" (6). Profundo desinterêsse por tudo que o cerca, indiferença, até nos momentos mais decisivos; anestesia moral, carência completa do comum da sensibilidade humana. Nessa inconsciência **Mersault** vive **en étranger** a sua própria vida; nessa inconsciência ama e trabalha, assiste aos funerais de sua mãe. Nesse automatismo e nessa insensibilidade descarrega o seu revólver sôbre um desconhecido, na incandescência de uma praia mediterrânea. Durante o processo que o condenou à morte, às vêzes não compreende seja êle a causa de tôda aquela agitação:

> "J'étais un peu étourdi aussi par tout ce monde dans cette salle close. J'ai regardé encore le prétoire et je n'ai distingué aucun visage. Je crois bien que d'abord je ne **m'étais pas rendu compte que tout le monde se pressait pour me voir.** D'habitude, les gens ne s'occupaient pas de ma personne. Il m'a fallu un effort pour comprendre que j'étais la cause de toute cette agitation". (L'étranger, p. 123, Gallimard).

Às vésperas da execução, em face da morte próxima, **Mersault** toma consciência da vida e do absurdo. Conquista uma estranha liberdade, completo desinterêsse por tudo, exceto "pela chama pura

---

(4) e (5) Veja-se de G.Lanson, Histoire de la Littérature française, Hachette, Paris, 1955, ps. 1267-1270.
(6) Veja-se Ch-Moeller, op. cit., p. 75.

da vida" (7); compreende que sua vida fôra feliz por ser absurda, e que ainda o era:

> "La merveilleuse paix de cet été endormi entrait en moi comme une marée. A ce moment et à la limite de la nuit, des sirènes ont hurlé. Elles annonçaient des départs **pour un monde qui maintenant m'était à jamais indifférente**. Pour la première fois depuis bien longtemps, j'ai pensé à maman. il m'a semblé que ja comprenais pourquoi à la fin d'une vie elle avait pris un "fiancé", pourquoi elle avait joué à recommencer. Là-bas, là-bas aussi, autour de cet asile où les vies s'éteignaient, le soir était comme une trêve mélancolique. Si près de la mort, maman **devait s'y sentir libérée et prête à tout revivre**. Personne, personne n'avait le droit de pleurer sur elle. Et moi aussi, je me suis senti prêt à tout revivre. Comme si cette grande colère m'avait purgé du mal, vidé d'espoir, devant cette nuit chargée de signes et d'étoiles, **je m'ouvrais pour la première fois à la tendre indifférence du monde**. Le l'éprouver si pareil à moi, si fraternel enfin, **j'ai senti que j'avais été heureux, et que je l'étais encore**". (L'étranger, p. 178-179).

E **Mersault** deseja, para sentir-se menos só, muitos espectadores no dia de sua execução a lhe acolherem com gritos de ódio...

O que se desprende da análise da criação absurda é a evidência mesma do absurdo como experiência e como sensibilidade a impregnar vidas humanas. O herói camusiano, então, é o **homem-consciente-que-tudo-é-absurdo** e ao absurdo ligado para sempre. Como **Sisyphe**, "L'homme absurde dit **OUI** et son effort n'aura plus de cesse" (8): a certa altura do caminho já não pode recuar. E não há nada de mais belo para Camus do que o espetáculo da inteligência humana em luta contra a realidade que a supera; o orgulho humano é inigualável e o homem absurdo, consciente e rebelde, afirma a sua única verdade que é o seu protesto, é o seu desafio (défi).

Tôda a grandeza de **Sisyphe** está contida na sua revolta consciente e muda. O seu mito é trágico porque seu protagonista tem consciência de sua condição. A lucidez que seria o seu tormento afirma a sua vitória. Também **Sisyphe** suprime os deuses e faz de seu destino um problema humano:

> "Toute la joie silencieuse de Sisyphe est là **Son destin lui appartient**. **Son rocher est sa chose**. (...) A cet instant

(7) Veja-se El mito de Sísifo, ed. Losada, p. 35 — Buenos Aires.
(8) Os textos originais de **Le mythe de Sisyphe** não trazem referências de páginas. Foram retirados de revistas e de ensaios críticos, de vez que só temos em mãos a tradução espanhola do ensaio.

> subtil où l'homme se retourno sur sa vie, Sisyphe, revenant sur son rocher, dans ce léger pivotement, il contemple cette suite d'actions sans lien qui devient son destin, **crée par lui,** uni sous le regard de sa mémoire et bientôt scellé par sa mort. Ainsi, persuadé de **l'origine toute humaine de tout ce qui est humain,** aveugle qui désire voir et qui sait que la nuit n'a pas de fin, il est toujours en marche. Le rocher roule encore". (Le mythe de Sisyphe, Gallimard).

Sisyphe é o protótipo camusiano do herói absurdo. Construído em tôrno do mito grego, o personagem adquire tintas modernas, atinge a perenidade. E abre caminho, através do seu protesto e do seu desafio, para o segundo ponto-de-convergência da meditação camusiana, que é a **revolta**.

—— :: ——

Convém, porém, que nos detenhamos, ainda um momento, na problemática absurda para salientar o seu caráter provisional e hipotético. É que o absurdo, para Camus, não era, absolutamente, uma atitude definitiva. Já na introdução ao ensaio filosófico que é **Le mythe de Sisyphe** afirma A. Camus o caráter provisório da atitude absurda. Mais tarde, ao comentar esta fase de seu pensamento, afirma que nunca pensou em permancer nesta posição e que, ao escrever **Le mythe,** já pensava no ensaio que escreveria mais tarde, **L'homme révolté**. E até mesmo a atitude do herói camusiano que é **Sisyphe** já contém, como a brotar do absurdo, essa necessidade de afirmação que lhe é indissociável, e que anuncia a revolta. A dizer, como o escravo, a um tempo não e sim; a recusar, mas não a renunciar.

Com o absurdo, Camus pratica a dúvida metódica. Aliás, **Le mythe** também é, como o Discurso do método, a biografia de um pensamento e não seria ocioso o estudo que focalizasse em Camus os traços de forte influência cartesiana, a manifestar-se sobretudo no método e na estrutura de seu pensamento, e não de todo alheia ao que nele há de mais substancial.

A evidência do absurdo e o nihilismo que supõe são, assim, verdades interinas. **É impossível ver nelas** uma aquisição definitiva; o seu verdadeiro caráter é o de serem "un point de départ, une critique vácue l'équivalent, sur le plan de l'existence, du doute systématique" (9). Do absurdo parte Camus para a sua superação, seguindo, em termos existenciais, um raciocínio em tudo correspondente ao cogito cartesiano. Raciocínio que é, como o de Descartes, sincopado, mas de argumentação lógica concludente.

---

(9) Veja-se ao autor L'homme révolté, Gallimard, 1958 — 155a. edição, p. 21.

Sem dúvida, a admirável clareza da meditação camusiana, comum ao pensamento mediterrâneo em geral é, em parte, fruto de excessiva simplificação e do hábito, também latino, de apenas aflorar certos problemas, estudados mais em extensão do que em profundidade. Por outro lado, o método fenomenológico, quando transportado para aquém-Reno, e sobretudo em Camus e em alguns filósofos espanhóis, vai, como técnica de conhecimento descritivo, cultivar e desenvolver uma certa superficialidade, é certo que brilhante mas, por vêzes, enganadora. E o tom entusiasta e apaixonado do ensaio camusiano, com inserções de ordem sentimental e personalista, se bem que agradável e repousante, estaria longe de uma exposição realmente séria, objetiva e tecnicista. Se ganha o artista, perde o pensamento o seu vigor. Haverá mesmo em Camus uma certa confusão de conceitos decorrente do abandono de um tratamento especìficamente filosófico. Assim, a idéia de mundo, formulada a largos traços e através de adjetivos pomposos; e a própria noção do absurdo, que é apenas apontada e sugerida.

Tudo isso em parte se compreende quando se indagam as verdadeiras pretensões da meditação camusiana e se constata uma preocupação quase exclusivamente ética. Se beira o ontológico ao estruturar a problemática da condição humana, é que reconhece como indissociáveis, no homem, o axiológico do que é pròpriamente ontológico ou metafísico. Não lhe interessam sobremodo o pensamento interrogativo e o das origens, atitude a que não estaria alheio um certo agnosticismo:

> "L'important n'est donc pas encore de remonter à la racine des choses, mais, le monde étant ce qu'il est, de savoir comment s'y conduire." (L'homme revolté, Gallimard, p. 14).

Preocupado com a conduta do homem no mundo, Camus procura, pois, estabelecer normas de comportamento através de que possa o homem conduzir-se e formular o seu projeto vital. Mas a vinculação estabelecida no homem entre existência e valoração estaria a indicar uma interpenetração do ontológico com o ético, se bem que se reconheça em Camus a crença arraigada numa comum natureza humana...

—— :: ——

Continuemos, porém, a análise da meditação camusiana. O absurdo é uma atitude provisional. Impossível manter-se nesse estado, como acontece com alguns pensadores contemporâneos. É

que o absurdo é em si-mesmo contraditório. Contraditório na sua expressão e no seu conteúdo:

> "Toute philosophie de la non-signification **vit sur une contradiction du fait même qu'elle s'exprime**. (...) La seule attitude cohérente fondée sur la non-signification serait le silence, si le silence à son tour ne signifiait. L'absurdité parfaite essaie d'être muette. Si elle parle, c'est qu'elle se complait ou, comme nous le verrons, qu'elle s'estime provisoire". (L'homme révolté, p. 19).

A contradição extende-se ao seu fundamento, desde que a atitude absurda e o nihilismo dela decorrente excluem os julgamentos de valor, quando viver já é, em si um julgamento de valor:

> "Respirer, c'est juger. Il est surement faux de dire que la vie est un choix perpétuel. Mais il est vrai que l'on ne peut imaginer une vie privée de tout choix. De se simple poïnt de vue, la position absurde, en acte, est inimaginable". (L'homme révolté, p. 19).

Pode-se, porém, e a partir do absurdo, superar o impasse e a contradição que lhe são imanentes, quando se compreende o verdadeiro caráter da atitude nihilista:

> "L'absurde, comme le doute méthodique, a fait table rase. Il nous laisse dans l'impasse. Mais, comme le doute, il peut, en revenant sur lui, orienter une nouvelle recherche. Le raisonement se poursuit alors de la même façon. **Je crie que je ne crois à rien et que tout est absurde, mais je ne puis douter de mon cri et il faut au moins croire à ma protestation**. La première et la seule évidence qui me soit ainsi donnée, à l'intérieur de l'expérience absurde, est la révolte". (L'homme révolté, p. 21).

O absurdo, atitude insustentável em ato, supera-se, portanto, pela revolta, que é uma atitude construtiva. O seu movimento interior vai revelar, se bem que confusamente, uma tomada de consciência, e implica já um julgamento de valor: a afirmação de um direito, a recusa que não é renúncia, mas exigência positiva. O revoltado **lança-se contra,** enfrenta, protesta: age com fundamento em um valor pre-existente, se bem que confuso, e comum aos homens:

> "...On voit que l'affirmation impliquée dans tout acte de révolte s'étend à **quelque chose qui déborde l'individu** dans

la mesure où elle le tire de sa solitude supposée et le fournit une raison d'agir. Mais il importe de rémarquer déjà que cette valeur qui préexiste à toute action contredit les philosophies purement historiques dans lesquelles la valeur est conquise (si lle se conquiert) au bout de l'action. **L'analyse de la révolte conduit au moins au soupçon qu'il y a une nature humaine,** comme le pensaient les Grécs et contrairement aux postulats de la pensée contemporaine". (L'homme révolté, p. 28).

E a revolta, não será, pensa Camus, um movimento egoísta. Ao contrário, revela uma identificação mais profunda, identificação de destinos; conduz, da comunidade das vítimas, a uma comunidade natural, que não seria apenas movida por determinações egoístas, o que leva Camus a concluir:

"Dans la révolte, l'homme se dépasse en autrui et, de ce point de vue, **la solidarité humaine est métaphysique**. Simplement, il ne s'agit pour le moment que de cette sorte de solidarité qui naït dans les chaines". (L'homme révolté, p. 29).

A revolta aparece ainda em Albert Camus como uma das dimensões essenciais do homem contemporâneo. O homem solitário que fôra **Caligula** transforma-se no homem solidário que será **Rieux**. Na experiência absurda, o sofrimento é individual; na revolta, é a aventura de todos:

"Dans l'épreuve quotidienne qui est la nôtre, la révolte joue le même rôle que le "cogito" dans l'ordre de la pensée: elle est la première évidence. Mais cette évidence tire l'individu de la solitude. Elle est un lieu commun qui fonde sur tous les hommes la première valeur. **JE ME RÉVOLTE, DONC NOUS SOMMES**". (L'homme révolté, p. 36).

Mas a revolta, especìficamente a revolta metafísica por oposição a revolução que é a revolta histórica, prolonga e exacerba o ateísmo camusiano:

"Le révolté métaphysique n'est donc pas purement athée, comme on pourrait le croire, **mais il est forcément blasphémateur**. Simplement, il blasphème d'abord au nom de l'ordre, dénonçant en Dieu le perè de la mort et le suprême scandale" (L'homme révolté, p. 40).

E Camus se volta para um misticismo sem Deus que ilustra a sêde de absoluto do revoltado; a solidariedade afirma-se ainda mais fortemente, porque o homem perdeu a memória de suas origens:

> "Dieu mort, restent les hommes, c'est-à-dire l'histoire qu'il faut comprendre et bâtir. (...) Au "je me révolte, donc nous sommes", il ajoute, méditant de prodigieux desseins et la mort même de la révolte: **"ET NOUS SOMMES SEULS"**. (L'homme révolté, p. 132).

O herói camusiano aparece, agora, como criador de valôres duráveis dentro da medida humana e num universo de realidades palpáveis que é o nosso, onde se encontra só e sem apelações. Cria-se, então, a partir do pensamento revoltado, essa literatura da solidariedade, santidade-sem-deus, moral da compreensão, de um estranho amor, sem o qual a revolta não poderia frutificar. **LA PESTE** (1947) e **LES JUSTES** (1949) fixam, no plano da obra de ficção, essa segunda conquista da meditação camusiana. Ao que se poderia acrescentar, não sem reservas, o "espetáculo" teatral que é **L'ÉTAT DE SIÈGE** (1948), que não é, em nenhum sentido, uma adaptação do romance-crônica — refiro-me a **La Peste** — embora aborde também o drama de uma cidade empestada.

—— :: ——

Várias interpretações já se fizeram em tôrno da mais conhecida das obras de Camus, o romance-crônica **La Peste**. Moeller, por exemplo, esgota todo um quadro de significações, ao ver "um quádruplo simbolismo" a ocultar-se sob o título da obra. Mas o mito da peste parece simbolizar, de maneira extensiva e alegórica, a presença do mal no mundo, mal ontológico e também o mal produzido pelo próprio homem, a que Albèrés chama, com manifesta imprecisão, de mal psicológico. Mas o mal aparece em Camus como um todo indiferenciado, indistintos, por razões óbvias, o ontológico do mal de responsabilidade humana, decorrente essa indiferenciação da fusão do ontológico com o ético, a que já nos referimos.

O mito da peste simboliza a presença do mal. É o irremediável, contra o qual ninguém nada pode, presente em tôda a obra camusiana; é a fatalidade que agora se bate sôbre tôda uma cidade, criando uma comunidade de vítimas. A idéia do condenado à morte, individual em **L'étranger**, transforma-se em condenação coletiva. E o homem cria e ergue, contra a praga que assola Oran, a cidade empestada, a noção da solidariedade. O homem solidário lança-se contra a Fatalidade, que sabe ser eterna e que retorna,

diante do flagelo identifica-se com o destino coletivo: **Rieux,** médico, testemunha objetiva durante tôda a duração da peste, é um homem de boa vontade:

> "Mais en même temps, **selon la loi d'un coeur honnête,** il a pris délibérément le parti de la victime et a voulu rejoindre les hommes, ses concitoyens, dans les seules certitudes qu'ils aient en commun, **et qui sont l'amour, la souffrance et l'exil**. C'est ainsi qu'il n'est pas une des angoisses de ses concitoyens qu'il n'est partagée, aucune situation qui n'ait été aussi la sienne". (La Peste, Gallimard, Le Livre de Poche, p. 249).

E Bernard Rieux decidiu escrever suas notas para não ser daqueles que se calam, e para testemunhar em favor dos pestificados, ...

> "... pour laisser du moins un souvenir de l'injustice et de la violence qui leur avaient été faites, et pour dire simplement ce qu'on apprend au milieu des fléaux, **QU'IL Y A DANS LES HOMMES PLUS DE CHOSES À ADMIRER QUE DE CHOSES À MÉPRISER**". (Le peste, p. 254).

Mas **Rieux,** ainda o herói consciente, sabia, ao ouvir os foguetes de alegria que anunciavam a liberdade e o fim do flagelo, que êste contentamento estava sempre ameaçado. Pois êle sábia...

> "...ce que cette foule en joie ignorait, et qu'on peut lire dans les livres, **que le bacille de la peste ne meurt ni ne disparait jamais,** qu'il peut rester pendant des dizaines d'annés endormi dans les meubles et le linge, qu'il attend patiemment dans les chambres, les caves, les malles, les mouchoirs et les paperasses, et que, peut-être, le jour viendrait, où, pour le malheur et l'enseignement des hommes, la peste réveillerait ces rats et les enverait mourir dans une cité heureuse". (La peste, p. 255).

Também **Gilbert Jonas,** o artista da maravilhosa novela camusiana de **L'EXIL ET LE ROYAUME,** que se situa sem favor entre as melhores produções da literatura contemporânea, é um herói solidário. **Jonas,** artista pintor, que acreditava "na sua estrêla", artista obscuro que conhece a fama e que depois é incapaz de produzir as suas telas, é o herói a um tempo solitário e solidário. **Jonas** amava a vida e os homens:

> "Mais la vie est brève, le temps rapide et sa propre énergie avait des limites. Il était difficile de peindre le mon-

de et les hommes et, en même temps, de vivre avec eux". (Jonas ou l'artiste ou travail, in L'exil et le royaume, Gallimard, p. 154).

"Un peu d'amour, **c'est énorme**. Qu'importe comme on l'obtient!" (Op. cit. p. 163).

Jonas, porém, se isolava, pouco a pouco, da vida e dos homens, dos amigos, da própria família. Passava os seus dias e as suas noites diante de suas telas, ausente de seu trabalho e do mundo dos vivos que o circundava. Esperava compreender o segrêdo que não era sòmente o da arte, bem o sabia, mas que não situara bem. ainda. Aos que lhe procuravam, respondia simplesmente que trabalhava. Até que, vencido pelo cansaço e pela vigília, já não pode mais resistir e cai, desfalecido. Não é nada, dirá o médico. Numa semana, estará restabelecido. Mas Rateau, o arquiteto seu amigo olhou para a sua tela e viu a verdade que Jonas descobrira e que não compreendia duramente:

"...Rateau regardait la toile entièrement, blanche, au centre de laquelle Jonas avait écrit, en très petits caractères, un mot qu'on ne pouvait pas déchiffrer, mais dont on ne savait s'il fallait y lire **SOLIDAIRE** ou **SOLITAIRE** (ob. cit. p. 176).

—— :: ——

A meditação camusiana caminha, finalmente, para a aceitação da vida e da condição humana: "créer du bonheur" para protestar contra o "univers du malheur", tal terá sido, a partir da atitude absurda, o seu objetivo. O amoralismo lírico de Noces (1937), a ética do eterno-presente e a atitude lúcida, consequências da lógica do absurdo, a moral da compreensão e a solidariedade — tudo isso ilustra esta procura da felicidade — **chasse au bonheur** — que constitui a sua meta.

O confronto do homem com o mundo e o paradoxo intransponível que acarreta são estéreis. O pensamento deve contentar-se com o universo das grandezas médias que são as nossas. A revolta traz à luz a medida e o limite que estão, em princípio, na natureza humana (10), e sòmente o pensamento aproximativo é capaz de abordar o real.

Haverá um limite para as coisas e para os homens, uma medida a regular as amplitudes e a procurar o seu ritmo profundo. O

(10) Veja-se, a propósito, L'homme révolté, p. 363 e segs.

homem, em lugar de sondar o universo, deve construir o seu mundo, com a escala das grandezas médias que nos pertencem. Essa consciência dos nossos limites extende-se a tôdas as antinominas irredutíveis. A verdadeira generosidade para com o futuro consiste a tudo dar ao presente; a revolta elege, assim, a única regra original e possível: "**apprendre à vivre e à mourir, et, pour être homme, réfuser d'être dieu**". E se esclarece, então, à luz desta lei da medida, a antinomia fundamental:

> "**Ni le réel n'est entièrement rationnel ni le rationnel tout à fait réel**. L'irrationnel limite le rationnel qui lui donne à son tour sa mesure" (L'homme révolté, p. 365).

Assim conclui A. Camus o seu longo itinerário, iniciado em tôrno da problemática do absurdo. Conclusão que, sem constituir limite, é abertura para novos problemas e novas perspectivas. O pensamento revoltado, longe de ser uma atitude romântica, caminha, em sua última manifestação, fundamentado nos dados concretos, para a superação do niilismo, ao menos ao nível dos problemas humanos.

Conformismo? Realismo? Lucidez? Não pretendemos, aqui, de maneira definitiva, nem sequer tentar uma avaliação crítica. Tal emprêsa ultrapassa os limites dêste trabalho, que apenas pretendeu ser uma exposição sempre que possível impessoal, e que excluísse posições valorativas. Implicará num estudo minucioso do desenvolvimento lógico do pensamento camusiano, na análise das verdades camusianas, juízo crítico a supor a aceitação como a negação de muitas delas. Tarefa esta, que poderá ser objeto de um outro estudo, que tivesse êste que se conclui como base sôbre que se alicerçaria a posição valorativa.

O certo, porém é que Albert Camus trouxe-nos uma contribuição original e honesta ao pensamento contemporâneo. Sua obra interrompeu-se no meio das maiores promessas quando, aos 47 anos, confessava que mal a havia começado. Imprecisa, incoerente, contraditória mesmo, terá sempre o valor de um testemunho pessoal e profundamente verdadeiro, testemunho lúcido de um homem do nosso tempo. — Recife, abril, 1960.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

a) Obras de Albert Camus:

L'étranger, roman — Gallimard — Le Livre de Poche, Paris, 1957.
La Chute, récit — Gallimard — Paris, 1956.
La Peste, récit — Gallimard — Le Livre de Poche, Paris, 1955.
L'exil et le royaume, nouvelles — Gallimard — Paris, 1958.
L'état de siège, théâtre — Gallimard — Paris, 1948.

Caligula — Le Malentendu — théâtre — Gallimard — Paris, 1957.
L'homme révolté, essai — Gallimard — Paris, 1958.
El mito de Sísifo — El hombre revoltado, trad. espanhola da ed. Losada — Buenos Aires — 1955.
Noces, essai littéraire — Gallimard — Paris, 1957.
Discursos da Suécia — O avêsso e o direito — Difusão Européia do Livro — Lisboa — 1959.
Actuelles II — Chroniques — Gallimard — Paris, 1958.
Les Ponédés, Quatre d'après de roman de Dostoïevski — Gallimard, Paris, 1959.

b) Obras diversas:

Charles Moeller, Literatura del Siglo XX y Cristianismo, I Editorial Gredos — Madrid — Versión española de Valentin-Garcia Yebra.
R.-M.Alberès — Les hommes traqués, essai — Ed. Albin Michel, Paris, 1953.
G. Lanson, Histoire de la littérature française, Hachette, Paris, 1955.
P.Castex & P.Surex, XXe. Siècle, Hachette — Paris, 1955 — 5ème vol. — du Manuel des études littéraires françaises.
F.Gendrot, Auteurs Grançais — XXème siècle — Hachette — Paris, 1955.

VIDA UNIVERSITÁRIA

Instituto Superior de Ciências Religiosas

A 18 de março dêste ano a U.C. criou o Instituto Superior de Ciências Religiosas com as seguintes finalidades: proporcionar aos leigos conhecimentos religiosos mais extensos e mais profundos; formar apóstolos leigos capazes de influenciar o seu meio profissional; preparar professores de Religião para os estabelecimentos de ensino secundário.

A fim de conseguir êste fim o Instituto organizou e administra um curso regular de Teologia para leigos com as disciplinas tradicionais. O curso é de três anos, aos quais se acrescentará um 4.º ano de didática para os professorandos e de especialização para os outros. A U.C. distribuirá diplomas universitários aos candidatos do 3.º e do 4.º ano.

As exigências escolares são equivalentes às das Faculdades da Universidade.

Já mais de 50 alunos, rapazes e moças frequentam o curso. A idéia do Instituto foi bem recebida no meio intelectual recifense.

O Instituto organizará também centros de informações e pesquisas religiosas como também cursos extensivos de formação.

Com esta iniciativa a U.C. está respondendo a um desejo de Roma e as necessidades do tempo em relação a formação adequada de apóstolos leigos.

Cursos de extensão da Faculdade de Direito

No comêço do próximo semestre os Professores Roque de Brito Alves e Levy Cruz, respectivamente da Faculdade de Direito e da Faculdade de Filosofia da Universidade Católica de Pernambuco, abrirão dois cursos de extensão universitária: o primeiro sôbre Criminologia e o segundo sôbre Iniciação à Sociologia. Ambos êstes cursos serão abertos e dêles poderão participar não só alunos de nossa Universidade, mas de outras instituições culturais. Aproveitamos a oportunidade para tornar público o programa dêstes cursos de extensão:

CURSO DE EXTENSÃO DE CRIMINOLOGIA

P R O G R A M A

PARTE GERAL

Introdução: A Necessidade do Ensino da Criminologia.

1 — Evolução Histórica da Criminologia.
2 — Criminologia e Direito Penal.
3 — A Natureza da Criminologia.
4 — A Gênese da Criminalidade: A) Os Elementos Endógenos.
5 — A Gênese da Criminalidade: B) Os Fatores Exógenos.
6 — A Dinâmica Criminal.
7 — A Classificação dos Criminosos.
8 — A Personalidade do Delinquente.
9 — A Periculosidade Criminal.
10 — A Prevenção do Delito.
11 — A Reforma do Delinquente.
12 — As Tendências da Criminologia Contemporânea.

PARTE ESPECIAL

1 — Arte e Delito.
2 — A Estatística da Criminalidade.
3 — Anormalidade e Criminalidade.
4 — As Condições Econômicas e o Delito.
5 — Os Delinquentes Sexuais.
6 — Os Delinquentes Passionais.
7 — Criminalidade Feminina.
8 — Delinquência Juvenil.
9 — Imprensa, Rádio, Cinema, TV e Delito.
10 — Formas Ocultas de Criminalidade Fraudulenta.

INICIAÇÃO À SOCIOLOGIA

1. Sociologia como ciência.
2. Papel da pesquisa para a teoria. Exemplos concretos de pesquisa sociológica.
3. Sistemas sociais.
4. Cultura e culturas.
   - 4.1 O conceito científico de cultura.
   - 4.2 Cultura e Sub-culturas:
     - 4.2.1 Regional.
     - 4.2.2 Dos jovens.
     - 4.2.3 Dos delinquentes.
5. O processo de socialização.
   - 5.1 A "natureza humana"
   - 5.2 Socialização.
   - 5.3 Papel das Relações e dos grupos primários.
6. Relações e grupos primários.
7. Normas sociais.
   - 7.1 Sociedade e indivíduo.
   - 7.2 Normas.
8. Ciência e Direito: Direito como um sistema de normas.
9. Estatus e papel. Estratificação social.
10. Mudança social.

RESENHA DE CULTURA

SOCIOLOGIA

J. Lebret — Suicide ou Survie de l'Occident. Dossier pour comprendre les problèmes de ce temps. Les Éditions Ouvrières — Paris 1958.

Ainda que publicado em 1958, não podemos escapar à tentação de publicar algumas notas sôbre esta obra que é o fruto de 30 anos de pesquisa em 50 países do mundo.

O autor hesitou muito antes de apresentar ao público tais revelações capazes de amedrontar uma porção da humanidade.

Êle quer acordar os inconscientes e os responsáveis pela situação mundial de hoje.

Possa êste livro, depois das "Monitions" de Tibor Mende, depois de "Tiers du Monde", depois dos relatórios dos organismos dependentes das Nações Unidas, ativar o despertar da consciência ocidental!

Possa, também, contribuir para libertar as esperanças utópicas os povos que iniciam de modo autônomo seu desenvolvimento.

Em nosso artigo, com o mesmo fim, seguiremos o "dossier" apresentado pelo Pe. Lebret, para melhor compreendermos os problemas dêste mundo.

"O Ocidente preocupado exclusivamente de si próçrio está-se tornando bárbaro" (o.c. p.10).

A situação do mundo que o autor nos apresenta na 1ª e 2ª parte de seu "dossier" mostra que infelizmente esta afirmação é uma verdade.

A humanidade apresenta-se-nos desigual. Desigualdade em povoação. Mais da metade da humanidade está na Ásia. Só a China e as Índias contém um bilhão de habitantes. Êstes dois países com o Paquistão, o Japão, e a Indonésia constituem a metade da população mundial. Prevê-se para o ano 2000 que a China terá atingido um bilhão de habitantes. Que será então a situação do Ocidente com o seu contrôle da natalidade?

Desigualdade da humanidade perante a vida. As possibilidades de vida nos países subdesenvolvidos são muito inferiores às dos países desenvolvidos. Na África, na Ásia e na América Latina os habitantes de mais de 59 anos constituem só 5% da população total enquanto que na Europa a proporção é de 10%, na América do Norte de 11%. Desigualdade perante a fome. Os 2/3 da humanidade estão passando fome, estão insuficientemente alimentados.

Donde o rendimento dos países famintos ser de muito inferior e a pobreza aumentar cada vez mais relativamente aos outros países.

Os operários subalimentados rendem muito menos que os outros bem alimentados e se esgotam mais.

Donde também desigualdade dos países perante a doença. A pobreza não se pode proteger contra a doença, e especialmente contra o contágio. O esfôrço mundial para a saúde ainda é insuficiente. Algumas estatísticas provarão essa insuficiência especialmente nos países pobres. Por um médico o Vietnam tem 61,000 habitantes; a Indonésia 71,000; o Paquistão 13,000; as Filipinas 12,000; o Perú 4,500; o Brasil 3,300; os Estados Unidos 760 etc. É preciso acrescentar que nos países subdesenvolvidos os médicos vão pouquíssimo para o interior. Instalam-se nas capitais e cidades maiores. A desigualdade no desenvolvimento econômico traz consigo a desigualdade no desenvolvimento social.

Agora no século XX, com a facilidade de comunicações internacionais, os países que sofrem não podem ignorar mais essas desigualdades. Aos poucos tomam consciência de sua situação miserável. Donde acorda a inveja, a cobiça ou pelo menos o desejo de possuir também os bens que existem para satisfazer às necessidades de todos não só para as exigências dos ricos.

Na 2ª parte, o "dossier" prova que os países desenvolvidos não compreendem a situação do mundo. A dominação Americana sucedeu à dominação Inglesa cujo colonialismo disfarçado não pode terminar senão num fracasso. Vários sociólogos americanos verificam isto. Norman S. Buchanam e Howard S. Ellis na obra "Approaches to Economic Development", apresentam a concepção de novo colonialismo: "O primeiro e o maior interêsse americano no cenário internacional é seu interêsse político. E altamente necessário nos Estados Unidos opor-se aos remédios rápidos e fáceis do Comunismo através da violência da expropriação criando as condições externas nas quais um país pobre possa por seus próprios esforços elevar seu nível de vida e manter sua independência política".

O segundo interêsse dos Estados Unidos é o econômico no desenvolvimento das nações que constituem os 2/3 da população mundial. "A fraqueza econômica e a vulnerabilidade das Nações da Aliança Atlântica botam nas costas dos Estados Unidos uma imensa parte do pêso da defesa militar. Apesar de terem interêsse no progresso econômico da Ásia, da África e da América Latina, por uma espécie de coleguismo tornam êsse progresso quasi impossível por medo de não poder controlá-lo. Também por medo da União Soviética chegam a maltratar até os seus próprios aliados. Tal foi o caso por exemplo a respeito da França. "Em política, manifestaram a esta, que o pequeno deve procurar a amizade do mais forte. Os mais fortes devem demonstrar pela ação sua pretenção à fôrça".

Os EE.UU., afirma James Burnham, dispõem no mundo inteiro dum poder maior que nenhuma outra nação nunca teve, gosam satisfeitos das

numerosas conseqüências dêsse poder. Notadamente o nível material de vida dos EE.UU. atingiu a uma altura que nunca se viu no mundo. Em 1949 a renda anual "per capita" era de 461 dolares enquanto que a renda dos países subdesenvolvidos era de 41. Em 1950 a diária dum cidadão nos países desenvolvidos (incluindo em 1.º lugar os EE.UU.) estava na proporção de 20 a 40 vêzes a dos países subdesenvolvidos. No ano 2000 a proporção prevista será de 40 a 80 vêzes.

Tal situação traz a desintegração das civilizações e a revolta não só contra os EE.UU. mas também contra todo o Ocidente. Um sinal desta desintegração se percebe na limitação e no contrôle da natalidade promovido pelos ocidentais apavorados. O Japão, ensinado e estimulado por americanos oferece o fruto dessa campanha de desnatalização. A natalidade de 1947 a 1955 caiu de 34,3 por mil habitantes a 19,4. Em 1951 houve 16,233 esterilizações contra 43,255 em 1955. Os abortos provocados, em percentagens dos nascimentos, de 8 em 1949 subiu a 68% em 1955. No total a soma dos abortos em 1955 foi 1,170, 143 contra 246,106 em 1949.

A desintegração gera aos poucos a revolta. Depois disto como os americanos podem admirar-se em constatar o ódio que suscitam um pouco em tôda parte suas intervenções julgadas por êles benevolentes e sendo-o de fato parcialmente.

O novo colonialismo que criaram, tão detestável como o primeiro é ainda menos impregnado de respeito e de amor. Os povos sentem-se explorados e desprezados tanto como no antigo colonialismo. Na realidade não são consideradas como pessoas mas como meios de prosperidade e da segurança dos países ocidentais e mormente norte-americanos.

Os observadores das Nações Unidas ressaltam a necessidade duma nova civilização que valorise as pessoas.

Na 3ª parte de seu "dossier" o Pe. Lebret sempre apoiado nos fatos, analisa as exigências duma nova civilização.

Nota que no plano econômico a produção para satisfazer às exigências do custo de vida de acôrdo com o aumento das populações deverá triplicar daqui o ano 2.000. Tal triplicação é possível, mas a sua repartição proporcional por regiões não parece realizável no regime capitalista atual.

Em seguida os povos subdesenvolvidos não terão, num futuro próximo, a capacidade para resolver os seus problemas de desenvolvimentos tanto no plano econômico como no plano social. Muitos obstáculos de ordem psicológica, social e política não lhes permitirão esta solução.

Um fator sôbre o qual o autor insiste como capital é a formação e o desenvolvimento de comunidades de base nêstes países subdesenvolvidos. O leitor interessado pode ler no autor, pp. 291, 292 os 17 princípios apresentados pela O.N.U., para orientar a formação de tais comunidades de base. O princípio talvez mais importante é o respeito dos costumes e das personalidades de cada região. Não se deve pretender europeizar ou americanizar essas regiões.

Também sem o aumento considerável, diríamos, gigantesco da ajuda econômica dos países desenvolvidos não se poderá realizar a nova civilização exigida. O armamento dos países ocidentais consome grande parte de suas rendas. Oitenta bilhões (80,000,000,000) de dólares são consagrados anualmente no mundo para preparar o que se chama a "defesa". A França investiu nisto um pouco menos de 3 bilhões de dólares; a Inglaterra um pouco menos de 4. Os EE.UU. e a Rússia investem para a sua defesa o equivalente de 12 milhões de salários anuais de operários. Isso nos causa espanto especialmente quando conhecemos a elevação dos salários dos operários americanos.

A respeito ainda desta ajuda econômica um sociólogo eminente, Leon Tobah, chega a considerar como necessária para a instauração progressiva duma humanidade fraterna a décima parte das rendas totais dêsses países ricos.

Evidentemente novos modos de relações se manifestam indispensáveis entre os países pobres e os países desenvolvidos. Notamos que os homens cultos do Ocidente não reagem do mesmo modo a respeito dêstes problemas. Há um falso ou autêntico realismo conforme a generosidade ou o egoismo dos países ricos. Infelizmente é o egoismo que domina. Para sobreviver, o Ocidente tem que se entregar ao amor fraterno universal. Seria mister que os pequenos homens de Estado que dirigem as grandes Nações adquiram enfim a autêntica grandeza.

Uma nova civilização se impõe como necessária, mas nenhuma das grandes fôrças em presença está atualmente apta a realizá-la. Essas grandes fôrças em presença antagonistas, são dum lado o imperialismo americano e do outro, o imperialismo soviético. A sua imaturidade não permite aos americanos satisfazer a esta necessidade. Em 1945 a tarefa dos EE.UU. era de associar-se amigàvelmente aos povos, com o maior respeito a cada um e não de fomentar fraudulentamente uma cruzada por objetivos despojados de autêntica espiritualidade. Renovaram os EE.UU. e continuam renovando o êrro das burguesias confundindo o seu caso próprio com o da nação e fazendo, senão do aumento, pelo menos da estabilidade dos seus privilégios o critério essencial da ordem social.

No artigo intitulado "Capitalismo Americano" da obra notável publicada em 1954 "Os EE.UU. vistos pelos Americanos" lemos o seguinte: "Na crise política atual em que os EE.UU. se acham à frente do bloco anticomunista, sentimos a necessidade duma doutrina capaz de superar a ideologia comunista no plano internacional. De fato que o capitalismo americano exalta acima de tudo o sucesso material do indivíduo não pode ter atração nas massas da Ásia e da África. Estas associam demais ainda o sucesso material dos brancos à exploração colonial".

Os americanos (e com justa razão) têm consciência aguda dos perigos que faria correr a humanidade a universalização do Comunismo. Pode-se perguntar porém, e legìtimamente, se êles não se tornarão definitivamente, pelo fato de sua rigidez ingênua, os seus melhores instigadores in-

conscientes. A agudeza da tensão leste-oeste resulta, em boa parte, da estreiteza de seus olhar no mundo.

Polarizando exageradamente o esfôrço do Ocidente na defesa militar em vez de empreender com os devidos sacrificios necessários, a defeza geral contra a fome, provocam a defesa adversa.

O Pe. Lebret passa depois à solução oferecida pelo marxismo-comunismo. E uma solução ilusória. "O Comunismo pela habilidade de suas alianças, de sua diplomacia e de sua dobrez soube ganhar o largo bloco da Europa Oriental. E, pela continuação de sua acão na Ásia agregou a China, a Coréia do Norte, o Viet-Nam. Está-se preparando para conquistar, amanhã, outras regiões da Ásia, do Sul-Éste e do Sul. O Comunismo de fato ambiciona o domínio do Mundo. Khrouchtchev, porém, mais ainda do que Stalin parece ter compreendido no que concerne a valorização do mundo que o regime comunista não deve estabelecer-se demasiadamente depressa no mundo para não colocar nas suas costas o pêso de tantos países subdesenvolvidos. Tal aventura seria perigosa. Acha mais viável a fórmula de Prestes o Chefe do Comunismo no Brasil: deixar o capitalismo instalar as infraestruturas e as indústrias de base. Então o Comunismo poderá agir mais eficientemente. Prestes, nisto, é bem Leninista. Êstes receios, esta espécie de ansiedade da Rússia, são de fato justificados. O mêdo que ela tem da China tornou-se uma verdadeira obsessão. A Iugoslávia desligou-se; a Hungria se revoltou; a Polônia obteve pelo menos por uma temporada, leis mais respeitáveis. Fora do Império os partidos comunistas começam a afadigar-se com as palavras de ordem contraditórias e a sentir a situação ilusória onde se colocaram.

O choque armado dos dois blocos americano e soviético não resolveria nada. Terminada a guerra as causas da tensão mundial tornar-se-iam mais envenenadas e a situação mundial pior; a pobreza reinaria mesmo nos países desenvolvidos e os países pobres cessariam até de existir.

O choque armado não resolveria a situação, nem também uma frente comum, única. O Pe. Lebret opõe-se absolutamente à tal frente única, ainda que só no campo econômico. Pois o comunismo está enraizado històricamente na duplicidade. Para o Comunismo a único forma admissível de união ou unidade consiste em todos os campos na dominação absoluta dos comunistas. Nenhum regime, nenhum grupo pode entender-se com o Comunismo senão capitulando. Tôdas as tentativas de frente única acabaram com a destruição ou pelo menos a absorção da parte não comunista. Os Comunistas quando apelam para a paz ou para uma frente única não querem solucionar os problemas alheios mas torná-los insolúveis.

Lebret analisa depois uma terceira fôrça que pode influenciar na transformação do mundo e que o Ocidente não pode ignorar nem desprezar. Esta fôrça e constituída pelas religiões e filosofias, das massas do Oriente opõe um contrapêso ao materialismo do Capitalismo moderno e do Comunismo. Se por hipótese, esta fôrça espiritual das massas orientais se revoltasse contra o Ocidente que começa, já a des-

prezá-la, o que aconteceria? É bom não esquecer-nos do poder dos povos de Bandoung... nem da afirmação de Nehru em 1950: "Se o Comunismo é mau, o capitalismo é infinitamente pior". O Ocidente poderia receber ensinamentos dum Gandi na orientação social para o reajustamento do equilíbrio mundial". A autêntica democracia, dizia Gandi, não pode ser o trabalho de vinte homens reunidos no centro; deve ser o trabalho feito por baixo pela população de cada município". (op. cit. p.352) "A riqueza material e moral, afirmava ainda o mesmo é para servir aos outros". Vinoba está continuando a mesma reforma. Convenceu os proprietários dos municípios a iniciar uma redistribuição das terras. Quer que a vida dos operários se torne tão feliz que os outros possam ter inveja de tal situação. Manda também que a formação dos estudantes, mormente dos universitários seja tal que o povo todo aproveite do que êles recebem.

Negligenciar, ou, ainda pior, desprezar esta contribuição asiática seria para o Ocidente cheio de si, uma falta contra a humanidade.

A análise da quarta fôrça termina o estudo de Lebret. É o cristianismo, especialmente na sua forma autêntica, o Catolicismo. A missão essencial da Igreja é de oferecer à humanidade, a todos os homens de boa vontade, a mensagem de salvação espiritual pela adesão a Jesus Cristo, Filho de Deus, igual a seu Pai na unidade de Trindade, mas também homem verdadeiro, filho de Maria. Essa mensagem, embora orientada para o divino, é também humana, pois comporta o mandamento do amor: "Amai-vos uns aos outros como eu vos amei".

Tal é o mandamento de Cristo que amou os seus e tôda a humanidade até morrer por ela. Pelo mandamento do amor a mensagem cristã é a mais civilizadora que possa existir. Se um grupo de homens a compreender, logo tal grupo se torna uma comunidade fraternal! Se os povos que se proclamam cristãos a puzerem em prática o mundo logo se levantará.

A humanidade aspira ao respeito do homem, de cada homem, r.espeito ativo, não só evitando ferir, mas trazendo o bem, isto é, as possibilidades de crescimento integral, de instauração eficiente do bem comum, e não apenas da comunidade imediata. A mensagem do Cristianismo, mensagem de amor, é a resposta a esta aspiração universal da humanidade. Esta mensagem encontrará, então, um mundo preparado para recebê-la.

O Pe. Lebret admira-se que nos colégios e nas universidades cristãs, nos movimentos da Ação Católica e nos Sindicatos Cristãos não se ressalte com um vigor vitorioso a doutrina social com as suas conclusões práticas, que a Igreja recebeu de Cristo como depósito e que não poderia não afirmar.

Os cristãos, como os outros, infelizmente, estão presos pelos determinismos de suas próprias civilizações. Infelizmente, também os Católicos estão divididos no que concerne os problemas sociais. A sua "vanguarda" se lança na aplicação prática dos ensinamentos de Leão XIII, Pio XI e Pio XII.

Reconsidera os problemas internacionais à luz dêsses princípios pontifícios. Sua "retaguarda" ao contrário fecha-se tanto aos apelos de hierarquia no que se refere a uma repartição mais justa das terras e das outras

fontes de riqueza como também aos convites a estender a justiça social ao conjunto do mundo. A manutenção da ordem estabelecida e com ela de seus privilégios lhe parece indispensável para eximir-se de iniciativas generosas e guardar-se de aventuras possìvelmente prejudiciais a seu bem estar próprio.

É esperançoso ver por tôda a parte cristãos, freqüentemente combatidos pela retaguarda, engrandecer no silêncio e preparar-se pela experiência para enfrentar os esmorecimentos previstos dos sistemas materialistas, inumanos, dos muitos esgotados, das mitologias antiracionais. Orientados pela hierarquia, êsses cristãos encontram na tradição patrística e sobretudo no Evangelho a inspiração e o entusiasmo. Vivem o "sentire cum Ecclesia et cum Christo".

Nas suas conclusões gerais, o Pe. Lebret resume a situação do mundo num quadro impressionante. "Os dois terços da humanidade passam fome ou são mal alimentados e os mal alimentados são principalmente os mais expostos aos flagelos sociais além da fome. Às doenças de privações vêm acrescentar-se as doenças transmissoras de parasitos e de virus. Para uma imensa parte dos habitantes urbanos, os alojamentos são estreitos, precários, insalubres; as famílias se apertam nêles na mais rigorosa promiscuidade; as fezes humanas estão às portas das casas; os detritos nauseabundos apodrecem nos pântanos sujos ou nos esgôtos abertos. O povo, às vêzes, banha-se no "arrôio" no meio das imundícies (o.c. p.363)

A tristeza em tudo isto é que o pior mal do mundo não é esta pobreza dos despojados mas sim a inconsciência dos super-repletos.

O Ocidente se suicida por causa de sua miopia. Não compreende que não pode persistir senão se fazendo o Ocidente sem margem.

O problema fundamental é uma hierarquisação dos valores levando a uma concepção da valorização do mundo e a novos modos de relações entre os povos. O trágico é que o Ocidente, recusou de fato a ordenação dos valores que o Cristianismo lhe transmitira. São êstes valores que hoje poderiam suscitar uma nova civilização.

A sobrevivência do Ocidente exigirá que êste se fizesse amar, não só porque aprendera a amar, mas também porque se mostrara, tècnicamente, capaz de ajudar a humanidade a vencer suas dificuldades materiais e a adotar perspectivas de ascensão no plano do solidarismo humano.

P. Roland Lachance, s.j.

Corbusier - Roland — "FORMAÇÃO E PROBLEMA DA CULTURA BRASILEIRA" — (M.E.C.; I.S.E.B.)

Os limites do livro se medem pelo horário das conferências pronunciadas. Condição que não legitima nem desculpa a falta de espessura nos temas. Ausência de problemas originais, incidência nos êrros apontados

na maioria dos intelectuais brasileiros: erudição como torpor. (pág. 70). Corbusier para entrar na esfera da cultura brasileira, seu tema inicial, começa por se apropriar de uma noção de cultura, repassando idéias dos filósofos da existência: de Marcel a Sartre, intercalando Ortega. A inevitável citação de Hölderlin: "somos diálogo".

Procura-se a essência da cultura através do ser humano e dos objetos culturais. Homem e temporalidade; a "circunstância"; o espírito objetivo em face do subjetivo. Corbusier que se mostrava inclinado para uma filosofia concreta, envolvendo os extremos, recai na dualidade hegeliana entre subjetivo e objetivo. Não se poderia definir a cultura em têrmos não-dualistas? A pergunta nem sequer é feita. E quando se exigia do autor uma consideração mais exata sôbre os valores (pág. 15), êle superficializa. "A objetivação do espírito não se processa arbitràriamente mas de acôrdo com certos critérios e normas impostos pelos valores vigentes". Deixa-se margem para uma concepção estática dos valores, contradizendo qualquer existencialidade filosófica. Mas esta não seria a maior deficiência da publicação, sabendo-se que o problema valorativo perturba tôda filosofia existencial. (Até mesmo Sartre, que o aborda por várias perspectivas, na sua obra fundamental: "O Sêr e o Nada").

Quando se refere a um pensamento dialético, R. Corbusier deveria ter situado melhor a sua visão, incompatível com uma dialética rigorosamente marxista. "Nessa interação dos fatôres reais e dos fatôres ideais, o processo cultural se conserva poroso, aberto à interferência da liberdade humana". (20). "A liberdade humana, acrescentaríamos ainda, de acôrdo com o esquema proposto por Hélio Jaguaribe, o acaso, o elemento totalmente imprevisível, e, por fim, pois não podemos fechar arbitràriamente as portas dêste mundo, nem determinar com exatidão os seus limites, a presença da transcendência e do que poderíamos chamar de mistério". (Pág. 21). Para estas relações da dialética com a transcendência, o autor não dispõe de esclarecimentos: fica na indicação do problema.

No tema pròpriamente da "cultura brasileira", que vai da primeira à segunda conferência, Corbusier escreve em destaque: "Um povo colonial é um povo essencial e globalmente alienado" (pág. 35). Constata e critica. Defrontando-se com a realidade de que "a inteligência brasileira transita de uma visão ufanista e otimista do Brasil para uma visão pessimista e quase desesperada..." (41), não se emociona positiva ou negativamente: é mais concreto. Otimismo e pessimismo são atitudes compensadoras.

Corbusier relaciona colonialismo econômico e cultural, alienação e inautenticidade, sem êle próprio contribuir para a formação de um pensamento originário-brasileiro, à margem de citações. Em qualquer parte, as soluções se procuram.

Jomard Muniz de Britto

Counts - Georges S. — EDUCAÇÃO PARA UMA SOCIEDADE DE HOMENS LIVRES NA ERA TECNOLÓGICA, Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, INEP, MEC, Rio de Janeiro, 1958, pp. 118.

Esta é uma edição bilingüe, apresentando, primeiro na versão portuguesa e depois no original inglês, quatro conferências que o professor Counts, da Universidade de Colúmbia, pronunciou em 1957 no Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais.

Abre o volume uma rápida apresentação de Anísio Teixeira, seguida de um estudo de Gustavo Lessa sôbre as idéias pedagógicas e sociais do prof. Counts.

A primeira conferência se intitula "Uma fé racional na educação". A segunda, "A educação e a evolução tecnológica". A terceira, "A educação e os fundamentos da liberdade". A quarta, "O espírito da educação americana". Como se vê, o temário é significativo, pela maneira como revela o sentido dos pontos de vista que se expõem. O autor coloca o problema dos ideais racionais na obra educacional, em relação com o impacto das exigências novas, com o advento e o desenvolvimento de uma sociedade tecnicizada e industrializada.

Estamos portanto, desde logo, diante de uma problemática que compartilha o amplo setor de preocupações dos autores que, no presente século, têm intentado a análise da "sociedade contemporânea". E estamos diante de mais um estudo sôbre técnica, tecnologia, sociedade tecnicizada.

Êste, na verdade, um tema sério e grave para a teoria social de hoje, e um dos estímulos para a série de tomadas de consciência que vêm caracterizando o evolver das ciências do homem no presente.

Aliás êste tema da técnica tem feito assunto de diversos textos filosóficos valiosos nos últimos tempos, escritos desde os mais diferentes pontos de vista. E como problema social (encarado inclusive em relação à possibilidade de uma "tecnocracia") também: sendo de lembrar-se o livro de Virgilio Dagnino, "Tecnocrazia", 1933, ou o muito útil "recueil" dirigido por Gurvitch, "Industrialisation et technocratie", publicado pela Armand Colin em 1949.

No livro de Counts uma das idéias básicas é a de que os tempos que correm são tempos de transformação e dificuldades de certo modo únicas. E, em conexão como esta, a idéia de que as soluções devem calibrar-se pelo critério do humanismo. O autor se refere à "nova civilização" do Ocidente, que se desenvolve em sentido tecnológico e industrial, armada de ciência, uma civilização de tipo inteiramente especial (ver início do cap. II, pp. 17 ss. na versão portuguesa, 76 e ss. no texto inglês). Civilização de temível poder creador (o que aliás, como já uma vez tivemos ensêjo de observar, faz valer para a situação do homem de nosso tempo a imagem do "apprenti-sorcier" da lenda medieval).

Certas alusões ao papel da ciência na dinamização das novas coisas (por ex. p. 18) lembram as críticas de Sorokim à "sensate culture" de nosso

tempo. Outros temas, como o da necessidade, mesmo para a liberdade, de ordenamentos gerais repousantes sôbre o poder (v. pág. 30) reclamariam uma referência às análises de Menheim, no caso de um comentário mais amplo.

O livro se situa num racionalismo liberal que lembra o de Walter Lippmann ou o de Karl Popper, numa linha que não tem andado isenta de malentendidos. Sem embargo, para concluir, do seu valor em sugestões e em idéias.

Nelson Nogueira Saldanha

Aron - Raymond — MITOS E HOMENS, tradução de Tomás Ribeiro Colaço, Editora Fundo de Cultura, Rio de Janeiro, 1959, pp. 312.

O original se intitula "L'opium des intellectuels" e apareceu na França em 1957. E eis um livro que deveria ter causado mais um pouco de impressão em nossos meios críticos, quando nada devido ao porte intelectual de seu autor, tornado célebre com livros como a "Introduction à la Philosophie de L'Histoire" e "La sociologie allemande contemporaine", e hoje comentarista político importante.

Livro que toca assuntos centrais de problemática sociológica e política dos tempos que correm, aludindo fundamentalmente a um tema delicado: o da relação entre a posição dos intelectuais e os diversos mitos e fatôres ideológicos que atuam no mundo de hoje. Suas páginas estão até certo ponto motivadas por um aspecto do panorama intelectual da França atual, como seja, precisamente, o da longa penetração de convicções marxistas entre os escritores e representantes em geral do mundo da "intelligentzia".

Naturalmente que êste é um problema já bastante radicado na consciência científico-social contemporânea, tendo relação com muitas das investigações que os sociólogos do conhecimento têm levado a efeito nos últimos tempos. Sua temática se enlaça também, por outro lado, com aquela corrente de estudos que, com o caráter de "crítica da contemporaneidade", e agrupando autores das mais diversas posições, vem efetuando a análise quanto possível lúcida da crise ou das crises que amarguram êste século.

O autor, que se declara mais ou menos keynesiano em economia (v. Prefácio), recusa a validade objetiva de categorias como "direita", "esquerda", "direita antiga", "direita moderna", etc. A conveniência de tais classificações é de fato, sociològicamente, função de atitudes políticas de que se projetam pontos de vista ideológicos, não de aspectos substanciais. Em relação com isso, o A. destaca a frase de Alain (p.15, a propósito do "mito da esquerda"), de que quem pergunta se faz sentido a distinção entre direita e esquerda, certamente não é da esquerda. E aliás Sartre já escreveu,

em "Situations", que uma das coisas que diferenciam a burguesia do proletariado é isso, que a burguesia timbra em não admitir que é "burguesia", enquanto o proletariado em se afirmar "proletariado". Claro que tal observação envolve do ponto de vista lógico-formal uma "petitio principii", vez que parte da validade do que segundo êle a burguesia recusa, mas o certo é que estas categorias são instrumentos de luta. Instrumentos cuja intenção é deslocar "para trás", no curso da história, a posição daquilo que se combate. Daí que os partidos proletários finquem suas argumentações sôbre êstes "pejorativos", erigidos em categorias objetivas.

O autor procura reduzir tudo isso ao seu grau de falsidade, e denunciar a ilusão dos que se mantêm em semelhantes alternativas. Sugestivo é por exemplo o seu modo de colocar o problema em termos de "ópio" e de "mitos". Embora aqui e alí resvale numa ou noutra estreiteza, em excessiva reação contra certas realidades sociais hoje inegáveis. Seu conhecimento do tema lhe fornece momentos de viva lucidez ante certas "fórmulas" ideológicas do marxismo; mas sua posição exclutivamente negadora o priva de visões mais amplas, que poderiam ser desenvolvidas

Trata-se, em todo caso, de um livro altamente sugestivo e cheio de pontos dignos de reflexão.

Nelson Nogueira Saldanha

PISCOLOGIA

Frankl - Viktor E. — "EL DIOS INCONSCIENTE" — (Trad. de P.F. Valdés y Dr. A. von Ritter-Záhonny). Plantin.

Ainda para isentar-se de equívocos, o autor esclarece, quase perto de concluir o livro, seu título: "a oculta relação do homem com o Deus oculto" (pág. 78). Quando já estava esclarecida sua posição de analista existencial e suas preferências filosóficas de Scheler e Jaspers. Se a expressão "análise existencial", por si mesma não sofre delimitações, tão amplos seus têrmos, Viktor Frankl se precavém. Análise inesgotável a partir da existência, do "devenir" humano, em suas decisões e livre responsabilidade. Nenhuma tentativa dissecadora. Há uma conotação mais firme: "autonomia da existência espiritual" (14). Por isso, em relação à filosofia contemporânea, mais afinidades se reconhecem do autor com Jaspers, descobrindo-se a razão de uma crítica simplista a Jean Paul Sartre (pág.69).

Um ressentimento para com a psicanálise ortodoxa de Freud, enquanto reduzia o psíquico ao impulsivo, faz V.F. negar ou desconhecer seus pontos de acôrdo com a psicanálise existencial de Sartre. O caráter de "missão" que tem a vida, sua liberdade situada como responsável, vem aproximá-lo da perspectiva humana. Mas êste ser humano-decisivo, projetando-

se continuamente, solicitará uma transcendência espiritual — no mais flagrante desacôrdo com a ontologia de Sartre. Outra divergência transparece na valoração do inconsciente espiritual, para Frankl, enquanto Sartre postula bàsicamente a consciência. Agora fica melhor esclarecida porque a referência ao filósofo francês é tão lateral.

Freud foi mais atingido por Frankl. Também seus discípulos dissidentes: Adler, Jung.

Afirmará uma concepção do inconsciente não restringida ao impulsivo; indo fundamentar-se no espiritual do homem. Frankl supera o atrito do consciente com o inconsciente, para demarcar outro ainda maior: do impulsivo com a espiritualidade. Sua consciência clara de que o ético, o erótico e o estético não se reduzem à impulsividade (como em dogma freudiano), vai levá-lo a uma precisa valorização do inconsciente espiritual. Precisa, e sujeita a extremismos.

Como se pretende remover um dualismo (consciência-inconsciência), instaurando um mais intenso (impulsivo-espiritual)? Assim, Frankl destrói sua proximidade com Scheler, que tem nome citado e seguido na pág. 22. Êste unifica o "todo-homem", a máxima tensão entre espírito e instinto, idéia e sensibilidade".

Embora se possa discordar do autor de "El Dios Inconsciente", o mais conveniente respeito pelo modo de atender ao sentimento religioso. Bem afinado, em sua crítica a Jung.

"Jung situó falsamente la religiosidad inconsciente en el Ello, la atribuyó al Ello — para lo religioso, según él lo entendía, el Yo no era competente; lo religioso seguía sin tomar parte en la responsabilidad y en la decisión del Yo.

"Según Jung, "Ello" es religioso dentro de mí — pero no soy "Yo" creyente; "Ello" me empuja hacia Dios — pero no soy Yo quien me decido por Dios". (79).

Apesar de Jung ter a compreensão desperta para o fenômeno religioso, sua visão raciocinante é modelada por Freud.

Pode-se reclamar de V.Frankl maior número de exemplos no Cap. IV, "Interpretación Existencial-Analítica de los Sueños", onde se fundamento mais concretamente sua hipótese. Para que não surja a injusta acusação de psicólogo "metafísico".

Jomard Muniz de Britto.

PSICOLOGIA APLICADA

Honroth-Ribera — Grafologia (teórica e prática) e Grafologia Emocional Troquel Buenos Aires, 1957 e 1959.

Quem observar, com objetividade e espírito científico, o progresso que houve de Michon a Klages ou Pulver, no campo dos estudos grafológicos,

não poderá deixar de aceitar, hoje, a contribuição prestada pela Psicografologia. Existem, realmente, estudos tão sérios e objetivos, não só de caráter geral, mas também especializados, que seria ridículo negar-lhe o valor. Para não citar autores como Vels, em obras de cunho geral (cf. "Escritura y Personalidad"), não poderíamos esquecer os estudos especializados por exemplo de Ana Teillard (L'Âme et l'Écriture) ou Duparchy Jeannez (Les maladies d'après l'écriture). Seria manifesta ignorância não reconhecer o valor positivo dos trabalhos de Streletsky, Roda, Saudek, Brosson, Magnat ou Pièrre Foix.

Honroth e Ribera, autores argentinos, oferecem-nos dois livros não só úteis, mas até originais em certos pontos. Um deles, a "Grafologia", embora despida de tecnicismos difíceis para os iniciantes, traça, de maneira muito clara e precisa, as linhas gerais da doutrina e prática grafológica. Não se trata pròpriamente de um "Manual" completo. Não me parece que possa alguém iniciar e completar seus conhecimentos apenas com êste livro. Nem me parece ter sido intenção dos autores dar um estudo exaustivo do assunto, mas sòmente fixar os pontos básicos e estruturais, para daí se partir para conhecimentos mais profundos. Nesse sentido o livro é muito útil e prático. Utilíssimo especialmente pela contribuição que nos trouxe ao reunir e enfeixar, no fim, os vocábulos mais usuais na grafologia moderna. Se os seus autores não nos houvessem oferecido senão êsse pequeno vocabulário, já poderiam dar-se por satisfeitos.

A "Grafologia Emocional", como o epíteto o significa, tem por objetivo frisar um dos muitos aspectos dos estudos grafológicos atuais. Partindo do princípio de que a escrita é um gesto ìntimamente relacionado com os centros nervosos que regem nossos movimentos fisiológicos, Honroth e Ribera, procuraram um pouco na linha de Klages, estudar certas anomalias, quer somáticas, quer psicotomáticas, através de grafismos irregulares, invertidos, discontínuos ou cortados. Neste capítulo encontra-se o estudo mais interessante dos Autôres relativo às "palavras reflexas", indicadoras muitas vêzes de distúrbios psíquicos, somáticos ou psico-somáticos. Não se trata de construção simplesmente teórica. As observações feitas estão baseadas em estudos demorados, não só em adultos, mas em crianças, que encontramos mais extensamente no livro "Grafologia Infantil".

Existe em ambos os livros uma lacuna que deve ser reparada em próximas edições: os exemplos de grafias apresentadas pelos A.A. vêm em cadernos separados, para os quais se remetem freqüentemente os leitores. Está bem que se edite caderno à parte, mas é preferível fazer-se como Vels, em "Escritura y Personalidad", que insere no próprio texto os exemplos gráficos estudados e analisados.

Possam os fundadores do curso "Hori" de Buenos Aires continuar a oferecer-nos, no futuro, outras contribuições que nos proporcionem material suficiente para melhor conhecimento da personalidade humana. Noutra

oportunidade faremos referência especial ao **Teste Grafológico Emocional,** depois que tivermos suficientes dados para estabelecer uma crítica serena e objetiva.

P. Mello, s.j.

LITERATURA

As resenhas que aqui seguem fazem parte de uma tentativa. Tentativa de grupo e convergência de idéias, a qual se vem tentando desde o número anterior de **SYMPOSIUM. Não tem ela o propósito de favorecer** uma promoção mais rápida dos seus participantes, mediante o chamar atenção de uns para outros.

Cremos, ao contrário, não haver nenhuma promoção verdadeira que não seja a determinada forçosamente pelo talento realizado. E porque não estamos certos do nosso ou do seu alcance e possibilidades seria tragicômico forçar um reconhecimento de algo incerto e apenas provável.

O nosso intuito, embora implique na valoração do trabalho de cada um, tem o propósito de afirmar valores e crenças extra-individuais, porque valores e crenças possíveis de uma geração. Se se nos perguntasse ainda agora quais elas seriam, ficaríamos, sem dúvida, embaraçados, porque a nós mesmos ainda não perguntamos. Porisso êsse esclarecimento não pretende, nem irònicamente, ser tido como um manifesto. Deus nos livre de mais-um-manifesto. Contudo êsse não indagar prèviamente por pontos-bases foi premeditado. Bem sabíamos que uma certa desarmonia seria, dêste modo, inevitável. Esperávamos, no entanto, que dessa ampla liberdade, ao lado dos desacertos, resultasse a possibilidade de verificação de propensões comuns, com base nas quais, em posterior, se pudessem organizar apreciações sistemáticas sôbre tema, problemas ou autor escolhido. Se isto será possível em meras resenhas só depois veremos.

É ainda essa busca de homogeneidade que nos fêz incluir nesta seção de Literatura obras não pròpriamente literárias, que estariam ajustadas em outro campo destas resenhas. **É que cremos que possíveis pontos comuns melhor realçariam com a orientação de não excluir da seção colaboradores integrados na mesma problemática geracional. Com já um efeito positivo:** o de mostrar que concebemos o literário (melhor diríamos o poético) como algo impossível de ser abordado sem uma visão enlarguecedora, que apanhe considerações sôbre problemas de cultura e de ciências afins.

Se outro ponto básico ainda não temos, valha êsse provisòriamente.

L. C. L. F.

Holanda - Gastão de — O BURRO DE OURO — Editora Igarassu Limitada — Recife — 1960.

Da obra de arte literária — e não apenas do poema — os críticos Rene Wellek e Austin Warren já afirmaram ser, "antes de tudo, um conjunto de sons de onde emana o significado". Distinguem, dêste modo, dois esquemas fundamentais que estruturam e qualificam a obra literária: um esquema fônico e um esquema mental. Ao primeiro compete, através do rítmo e do metro, a construção de um sistema de sons que, embora utilize muitas vêzes a cacofonia, consegue manter-se eufônico. Como exemplos, os críticos mencionados citam os poetas Hopkins e Browning aos quais poderíamos acrescentar o nome de Camões, como se pode deduzir do ensaio sôbre o poeta português de autoria de Augusto Meyer intitulado "Camões, o Bruxo". E, porque também cabe dentro dêste esquema o uso da cacofonia, foi que os formalistas russos preferiram o têrmo orquestração ao têrmo eufonia.

O segundo esquema — o mental — completa o primeiro através da imagem, da metáfora e do símbolo que, juntos, vêm a constituir aquêle conteúdo mental indiferenciado que aspira a conhecer e a resolver problemas" de que fala Ortega y Gasset: o mito. Ambos os esquemas — o fônico e o mental — qualificam a obra, dão-lhe um estilo. Assim entendida, a obra de arte literária tem uma existência própria, específica, e se valoriza em dependência com os esquemas mencionados.

Não podemos, dêste modo, dar o valor de uma obra literária apenas considerando o seu conteúdo significativo, o que existe nela de mensagem.

Para o juízo honesto tanto vale o significado quanto o trabalho realizado pelo artista sôbre a linguagem a fim de fazer surgir a mensagem, a sua visão da realidade.

Operando transformações sôbre a linguagem é que o artista consegue criar o seu mundo próprio, o seu universo simbólico no qual se movimenta tôda a arte (Ernst Cassirer). As grandes obras literárias foram realizadas por homens que não só tinham o que dizer, mas também sabiam como dizer.

Por isso não é suficiente que o artista tenha experiências: faz-se imprescindível que êle saiba transformá-las em arte. E saber transformar uma experiência vital em obra literária é saber dosar os esquemas mental e fônico: dar-lhes equilíbrio dentro do conjunto da obra.

Vejamos, dentro desta orientação, o que realizou o romancista de "O BURRO DE OURO". A fabulação do romance é centralizada sôbre a figura de Deucalião — a quem, um tanto irônicamente, o romancista acrescenta o nome de Pernambuco — e de sua ascenção na vida sócio-econômica do Recife na época em que ainda existia o Lamarão.

Dotado de uma tenacidade que — em sua unilateralidade — nos pareceu ser uma caricatura do Sorel de Stendhal, Deucalião Pernambuco vai angariando amizades que sente serem importantes para a realização de suas aspirações mais íntimas. A mais decisiva é a do estudante Ilo Martins.

Através dêste, consegue se introduzir na família do superintendente do Banco Auxiliar do Comércio Progressista S/A. Usando de ardis verdadeiramente sorelianos consegue mesmo fazer-se marido de Alfreda — filha do superintendente e amiga íntima de Ilo Martins — e, com a morte do sôgro e uma eficiência burocrática extremada, ascende ao pôsto outrora ocupado pelo sôgro. Antes de atingir êsse posto, passou Deucalião por outras funções que lhe foram proporcionando um conhecimento cada vez maior de todo o jôgo bancário. "De traça profundamente alterada, o jovem chegou a pertencer a uma classe definida, com seu instituto, seu sindicato. Passou vários meses sem sentir, mergulhado na rotina mais inexpressiva que transformou a sua vida numa série de capítulos burgueses de extrema mediocridade: cinema uma vez por semana, meretriz aos sábados, praia aos domingos com a mulher que tinha escolhido na véspera. O resto da folga no quarto da pensão, a dormir, a ler um ou outro jornal quando êste lhe caía nas mãos". Êste trecho do capítulo intitulado "Um destino econômico" parece-nos um dos melhores do livro quando o autor consegue transmitir o ascetismo a que se submetia Deucalião visando maiores sucessos sócio-econômicos.

Depois de feito superintendente do Banco, começa Deucalião a sua vida de grande capitalista, rodeado de bajuladores, coniventes em suas maquinações econômicas, com uma mulher sempre insatisfeita no descanso de sua vida burguesa. Bem recebido pelos funcionários do Banco — dado a sua exemplar conduta burocrática — Deucalião Pernambuco, maquiavèlicamente, percebe quando é hora de se afastar de suas atividades bancárias e — perfazendo a trajetória natural do burguês rico de Pernambuco da época — compra uma usina.

Vai ser usineiro quando o romance termina. E sua última mensagem dirigida aos funcionários e acionistas do Banco trai a forte influência de Machado de Assis sôbre o autor. Dentro do contexto da mensagem, a última frase é nìtidamente machadiana. Como são machadianos alguns títulos dos trinta e dois capítulos da obra. Citem-se alguns: "Platão e a eternidade", "Um destino econômico", "O diabo mudo: a formosura é uma caveira", etc... Parece-nos que o romance pode ser classificado como obedecendo a uma orientação satírica manifesta mesmo no título do livro. Título que surgiu dos versos da fábula de La Fontaine em que o francês se refere ao fato de que "un Baudet chargé de reliques / s'imagina qu'on l'adorait".

O que dissemos no início aparece agora ajudando-nos a determinar o valor do romance.

Embora trazendo em seu bôjo um grande elemento significativo (o mundo sujo das transações econômicas) não consegue o autor a realização da obra. E não o consegue — assim nos parece — porque falha o aparelho linguístico indispensável. Dêste modo, obedecendo a uma linha satírica que se determinou, cai, por diversas vêzes, em um grotesco inexplicável. Veja-se, por exemplo, um trecho do capítulo intitulado "Importância das imagens":

"Quando obrigado a descomer, aquela geringonça ia aos trancos e barrancos pelos corredores do hospital, amparando-se no azulejo das paredes, fazendo tanta careta a cada passada que seria difícil aos outros doentes saber se as mungangas eram de dor ou de simples comicidade".

"Aquela geringonça" é o boêmio e violeiro Manfredo internado em um hospital por causa de uma furunculose violenta! Às vêzes Gastão de Holanda procura forçar o humor — próprio da sátira — usando têrmos violentos que apenas chocam e constrangem no que têm de grotesco.

Assim, o emprêgo de palavras como "horizontais" para significar meretrizes, "pinho" para significar violão, "fogosa" para significar a excitação sexual feminina, ou ainda a expressão "ainda carnosa" para significar juventude sexual apesar da idade. Outras vêzes — ainda como substitutivo à sua real capacidade satírica — usa o autor de deslocamentos temporais surpreendentes.

Assim, à página 38, temos o seguinte trecho:

"Deucalião olhou a rua como se procurasse um número, uma residência qualquer, mas sabemos que, na realidade, êle desejava da mulher uma expressão de assentimento". Note-se que a narração vem sendo feita em terceira pessoa e, sùbitamente, o autor se introduz, com o leitor, nêsse "mas sabemos" para, no parágrafo seguinte, retomar a narrativa em terceira pessoa:

"Agora ela não reagia mais e o seu olhar tornara-se lânguido".

Com êsse livro surge uma nova perspectiva gráfica para o Recife. É pena que não se possa afirmar o mesmo sob o ponto de vista artístico-literário.

João Alexandre Barbosa

T.P.N., SUASSUNA E MAQUIAVEL

Complexa e impura, a arte do teatro joga com dois fatôres contraditórios: o efeito coletivo do espetáculo e as intenções do autor. Depende naturalmente do diretor que se estabeleça uma harmonia entre texto e encenação. Existem dois efeitos a conseguir através de um espetáculo: convencer e agradar, pela ordem de importância. O novíssimo grupo de Teatro Popular do Nordeste, dirigido por Hermilo Borba Filho antigo realizador do Teatro do Estudante de Pernambuco, não nos parece ter conseguido êsses efeitos parcialmente em seus dois primeiros espetáculos: "A Pena e a Lei" de Ariano Suassuna e "A Mandrágora" de Maquiavel. No primeiro caso, em parte por responsabilidade do autor, o espetáculo torna-se pouco convincente no terceiro ato, quebrando arbitràriamente o rítmo da ação. No caso da "Mandrágora", em parte por causa da deficiência cultural do público, o espetáculo não agradou, embora **a encenação feita pelo grupo do T.P.N. não tenha chegado a convencer à exigente crítica teatral do Recife.**

Tão louvável é o fato de ter sido encenada pela primeira vez no Brasil, essa obra-prima renascentista que esquecemos o malôgro de seus efeitos numa cidade ainda mesquinha intelectualmente como é o Recife. Não podem ser culpados os realizadores do T.P.N. a não ser de um êrro de cálculo: "A Mandrágora", comédia demasiado intelectual, deveria ter aguardado uma melhor oportunidade, quando o grupo já tivesse firmado o seu conceito frente ao público.

Louvável é ainda o grande número de qualidades que encontramos nos dois espetáculos, qualidades de interpretação e direção, ótima qualidade dos cenários, embora tenha sido muito criticada a experiência do jovem pintor Adão Pinheiro no cenário da "Mandrágora". Quanto ao encenador, sempre rico em invenções, soube tirar ótimo rendimento do texto de Suassuna, especialmente no primeiro ato, que é o mais engraçado, com os autores representando como se fossem títeres.

Cabe indagar se a escolha dêsses dois textos obedece ao programa de base traçado pelo T.P.N. no sentido de levar peças clássicas e modernas de espírito popular.

Que a "Mandrágora" seja uma peça clássica de alto valor, parece fato fora de discussão, mas que seja realmente popular é duvidoso. É verdade que Maquiavel sofreu a influência do espírito popular do seu tempo, pois seu espírito vasto e profundo abrangeu tôda uma época, mas essa influência não lhe modificou a personalidade aristocrática. Suas peças são finas, cheias de verve superior e escondem intenções que não são fáceis de ser percebidas pelo vulgo. A interpretação moralizante do significado profundo da "Mandrágora" não está de forma alguma à altura da penetração maquiavélica. Ao espectador mais sagaz o autor não engana com investidas verbais contra a "falta de virtudes de um século", pois a ação da peça desmente as palavras do prólogo. Qual é o modêlo de virtude que Maquiavel nos oferece, senão a imagem da imprudência e da estupidez? Ao contrário, a falta de virtude é representada pela imagem da astúcia e da audácia. O que parece interessar ao autor, antes de tomar qualquer partido, é o próprio jôgo entre essas duas facções, a intriga se desenvolvendo sem outro significado que o da pura ação. Mas no fim do espetáculo o espectador sai com a impressão de que tanto valendo fazer o bem como fazer o mal, entidades que realmente se confundem no plano da ação, é melhor tomar o partido de quem ganha, no caso o partido de um amante jovem e audacioso contra um velho estúpido e imprudente. O mediador nesse jôgo é Satan, Maquiavel não esconde isso, que faz o mal pelo interêsse de fazer o mal. Não é tanto o êxito de Calímaco que Ligúrio deseja e sim a perda de D. Lucrécia. Mas Satan não age sòzinho, êle encontra por sua vez mediadores entre o inferno e as pessoas virtuosas. Sostrata, o frade e o criado Siro são êsses mediadores menores, quase inconcientes, entre a imagem da malignidade que é Ligúrio, e a imagem da virtude que é Lucrécia. Como é que nos

parece essa imagem da virtude apresentada por Maquiavel? Aparece-nos relutante, fraca e um tanto hipócrita no fundo, isto é, falsa, inautêntica. D. Lucrécia adere francamente ao partido do prazer, depois da experiência. Se existe alguma conclusão a tirar da intriga maliciosa da peça é que o mal e o prazer se identificam tanto quanto a virtude e a estupidez. O que é produto da fria observação maquiavélica, pois o seu partido é o partido da inteligência pela inteligência, cuidando mais êle mesmo de rir do que fazer rir aos humanos.

Dentro da visão religiosa de Ariano Suassuna não existe lugar para a complacência irônica de Maquiavel. Existe, isto sim, uma aceitação do mal como êrro humano conseqüente do primeiro pecado. Suassuna tem o mesmo fascínio pelas intrigas complicadas, mas ausentes de qualquer intenção maliciosa. São antes as complicações ingênuas do espírito popular, a que o dramaturgo tem sido fiel. As suas fontes têm sido, além dos mais altos representantes clássicos dêsse espírito, os romances em verso e a música popular do Nordeste. Numa de suas blagues o autor chega a dizer a propósito da "Compadecida" que essa peça tem de tudo, autores clássicos, linguagem popular de Gil Vicente, música e poesia popular, rematando que "meu mesmo só tem a peça". Esta anedota serve para confirmar a importância dada pelo autor ao aspecto formal da sua arte. Que Suassuna não encare o teatro como uma "brincadeira inocente", prova-o a tentação em que êle tantas vêzes incorre dos monólogos discursivos. "A Pena e a Lei" é um exemplo flagrande disso: o autor chega a quebrar a unidade do conjunto, enxertando uma tensão dramática (o julgamento de Cristo pelos personagens) em meio ao rítmo ágil que se desenvolve até o comêço do terceiro ato. A sua única justificativa é a de ter escrito em separado cada um dos atos, em épocas diferentes. Que seja feito êsse reparo sem a pretensão de dar lições a quem já se tornou um mestre da comédia popular.

É o próprio Suassuna quem explica o sentido dos três atos. Êle nos mostra a evolução lenta das ações e dos gestos humanos desde o puro mecânico até o puro natural, passando pela fase intermediária que é o estado pròpriamente humano. Para a visão religiosa do autor as ações humanas só adquirem plena significação depois da morte, e a vida só adquire uma transcendência final em Deus. Do inquérito feito pelo Cristo no final da peça e da opção afirmativa dos personagens, conclui-se que a vida vale a pena ser vivida por si mesma, ainda estando aquem da sua significação final, mas sempre em função dela. Isto, como diz um dos personagens, se os homens não passassem a vida dando as costas para a morte.

O Teatro Popular do Nordeste logra uma posição de relêvo em nossa cultura com essas duas realizações, apesar da neutralidade do público recifense. Daqui vai o nosso aplauso a todos os seus componentes.

S. U. L.

Moreira da Fonseca - José Paulo — TRÊS LIVROS (O Bestiário, O Encontro, A Figura Humana) — Livraria Agir Editora.

Entre nós José Paulo Moreira da Fonseca está à frente do movimento que entrega outra vez o poema aos buriladores. Plasticidade, poema-redondo, preocupação com o figurativo quando a pintura o abandona.

"lento
em teus músculos cingidos
por uma aflita seda"
("O touro")

Os versos, antes para serem "vistos" que lidos — tanto a imagem é o centro mesmo do poema.

A metaforização, jamais em um sentido meramente conceitual (no que os outros de 45 se compraziam) — mas guiada também pela emoção; e hàbilmente fusão.

E se J.P.M.F. foge do descritivo é que soube fundir, momentos dêsses raros aqui, Visão e Experiência. Experiência que fará de seus versos descobertas e não criações arbitrárias. Ou como se costumou denominar: descobrimentos e não invenções.

"músculos cingidos
por uma aflita seda".

Mais do que seus companheiros de geração luta por manter a dignidade do verso livre. Propósito que uniu aqueles poetas tão diversos, Cabral de Melo Neto, Geir Campos, Afonso Félix de Souza, Tiago de Melo: crendo todos que a liberdade quase nunca era um gesto poético.

Difícil falar de uma geração tão próxima. Principalmente geração que vem fazendo o processo de si mesma. Do que foi costume acusar seus poetas, puros geômetras, absenteístas Valeryanos, evoluiram quase todos para a poesia de significação social. Do verso curto erudito (seu maior crime, quando nossa tradição aí era bem por

Cordeirinha linda
Como folga o povo
Porque vossa vinda
Lhe dá lume novo)

passaram a soluções onde ritmo e conteúdo se ajustassem, se bem que às vêzes como Cabral — dotando o verso de elementos populares — de modo comprometedor.

Em J.P.M.F. não se encontrou essa inadeqüação inicial; se bem que de outra, Tema e Região, só se tivesse libertado com Raizes (prêmio Fundação Graça Aranha 1958).

Sua linguagem tem sido a mesma; o maior arrôjo é simplesmente eliminar as vírgulas ou deixar que a dicção poética meça a frase.

Sem que, no entanto, cada livro deixe de trazer acréscimo a esta poesia de estranha unidade. Embora, nesses "Três Livros", "O encontro" se coloque em plano bastante inferior — o autor levado freqüentemente pelas

palavras a poemas de intensidade secundária — a "Bestiário" e principalmente "À Figura Humana". Custa perdoar-lhe o haver ainda por detrás do verso muitas vêzes alguém preocupadíssimo com o dizer poético. Ou a "lafontainização" de uma natureza que se preste dòcilmente a seus discursos.

Nosso tempo é sobretudo de obras que exigem uma nova crítica. Obras como essa de J.P.M.F. a esperar pacientemente que se debrucem sôbre ela instrumentos novos e critérios mais válidos de análise; que lhe ressaltem a importância, não pouca, no cenário da poesia brasileira.

W. C. P.

Viany - Alex — INTRODUÇÃO AO CINEMA BRASILEIRO — Instituto Nacional do Livro — Rio 1959.

Surgindo como livro-pilôto em face do cinema brasileiro, de história ainda por contar, Introdução Ao Cinema Brasileiro afasta-se pouco do propósito inicial que o título indica. Digamos que a introdução se precisava fazer e se Viany, por um enquadramento mais intensivo na evolução do nosso cinema, não era a pessoa mais indicada para a tarefa, ao menos lançou o centro-objeto da discussão. Com possíveis enganos e omissões, pela diversidade de fontes recorridas, a história fica, de princípio, à espera de acréscimos e contribuições novas dentro em pouco. A impressão imediatamente posterior à leitura da obra é a da procura de uma opinião que se precisa formar sôbre cinema brasileiro, ou sôbre o que tem sido cinema no Brasil. Porque o livro, não sendo crítico, abre a crítica a um sistema ou método de realização aplicado até hoje em nosso país. É fácil perceber que as tomadas de posição são quase sempre alheias ao problema do filme em si. Discute-se muito sôbre cinema brasileiro ainda num plano de verde-amarelismo que, junto a questões outras de produção e distribuição, nos deixam no ponto de indagar sôbre qual a pretensão buscada pelo nosso cinema: se uma definição de ordem estética ou tão sòmente patriótica. Não é que sejamos adeptos do cosmopolitismo fácil e falso, porque entendemos a manifestação artística como experiência que tem um limite e uma contenção no tempo e no espaço. Mas o êrro é continuar — como A.V. continua — limitando o problema ao nacional e internacional, quando a posição exata seria primeiro **situar** o nacional que, em seu sentido mais alto, prescinde dêsse nacionalismo tão àvidamente reclamado. Que é mais importante: destacar "Limite", de Mário Peixoto, como obra plenamente realizada no compromisso que mantém com uma forma cinematográfica rigorosa, ou meia dúzia de filmes como autênticamente brasileiros, porque, sem aquêle compromisso, de um ou de outro modo dizem do Brasil? E mesmo que o filme de M.P. possua vinculações com a Avant-Garde francesa, êle mostra em seu autor — segundo o relato de Plínio Sussekind Rocha — um estudioso

do filme. Êste ponto incluiria também outros de nossos realizadores que trabalham por um aprimoramento formal, antecipando êste problema ao da seriedade e vulgaridade contidas nos sistemas de produção. A evolução do nosso cinema repousaria assim num aspecto mais sólido, já que iria expor suas dificuldades no campo que deveria ser essencial: o da arte mesma. O autor não falaria de cinema do passado, porque êle próprio nos informa do curto tempo em que se tem dedicado aos estúdios nacionais. Mas êsse curto tempo, que é atual, êle diz pouco e não penetra em problemas sérios do nosso filme. Falar de geração presente — com Lima Barreto, Nélson Pereira dos Santos, Walter Hugo Khouri, Geraldo e Renato Santos Pereira — é, no mínimo, trabalho de exposição minuciosa, sobretudo dialética como deve convir à linha ideológica do autor. Não iríamos repisar no fato de que o horizonte do livro é limitado a pontos de vista menos críticos do que histórico-explanativos. A crítica para nós seria necessária para ajudar a uma conclusão possível sôbre o presente, pelo que o futuro já teria uma perspectiva delineada. De qualquer modo, vai-se abordando um problema que não pode mais ficar à margem, já que assim estaríamos regredindo e retardando nascimento do debate.

Cremos numa discussão ampla para o futuro, porque já não bastam as ponderações secundárias sôbre cinema. Mesmo em Introdução já se deve expor melhor o pensamento da geração presente, e não apenas narrar os seus sucessos e tropeços. Seria interessante porque inclusive A.V., que é dos cineastas atuais, também se aprofundaria mais expondo — ou justificando, se fôsse o caso — sua atitude como crítico e realizador.

Osman de Freitas

Montezuma de Carvalho - Joaquim de — PANORAMA DAS LITERATURAS DAS AMÉRICAS (de 1900 à atualidade). Vol. I, 1958; vol. II, 1958; vol. III, 1959. Edição do Município de Nova Lisboa, Angola.

Trabalhos como êste dão muito o que pensar. Temos aquí, em primeiro lugar, um jovem crítico português interessado em divulgar, ao mundo e a elas próprias, as literaturas das Américas. Temos uma selecionada equipe de entendidos, um de cada país americano, a escrever a evolução das letras de seu país, a partir do comêço do século, ou de suas raízes em períodos mais remotos. E temos um continente como o africano, em cujas terras esteve e estará ainda o coordenador, inspirando uma tal aproximação cultural entre povos, países, continentes, raças.

Foi preciso que um espírito decidido e apaixonado como o dr. Joaquim de Montezuma de Carvalho (filho aliás do insigne historiador filosófico português, Joaquim de Carvalho), dotado além do mais de uma sólida

cultura literária e de um romanesco amor à aventura, à exigência e ao empreendimento, resolvesse dirigir-se a especialistas de países da América (que ama sem conhecer diretamente) para fazer êste levantamento, tão completo e tão oportuno, dos acervos literários que cada nação do Novo Mundo já possui. E como coordenador, escreveu aliás dois prefácios, ao I e ao III volumes, de uma lucidez e de um calibre literário realmente admiráveis.

E uma vez que, como processo histórico, a América aparece dentro de um mundo que passa a envolvê-la em suas formas e suas características, e uma vez que só mediante vigorosas tomadas de consciência ela assumirá a autenticidade de seu destino histórico, torna-se inegligenciável a importância de "balanços" como êste. Os pensadores culturais mais profundos dos diversos países americanos, que têm refletido sôbre o tema da situação histórica da América, têm justamente destacado isto, de que a sua realização histórico-cultural depende de uma atividade autoconsciente ao máximo. Pois que, enquanto para outros povos a autocrítica histórica sucedeu (e mais lògicamente) ao crescimento real, nos países "descobertos e colonizados" a ordem é a inversa. E mais difícil. Mais dramática. E temos com isso a América devendo uma das bases desta sua revisão histórico-cultural a Joaquim Montezuma de Carvalho, que assim passa a se impôr sèriamente deante de nós.

Escusado comentar o valor de cada ensaio contido nos volumes. Vem aí o volume IV, que completará os três até agora aparecidos.

Nelson Nogueira Saldanha

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO

Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras

Faculdade de Ciências Econômicas

Faculdade de Direito

Escola Politécnica

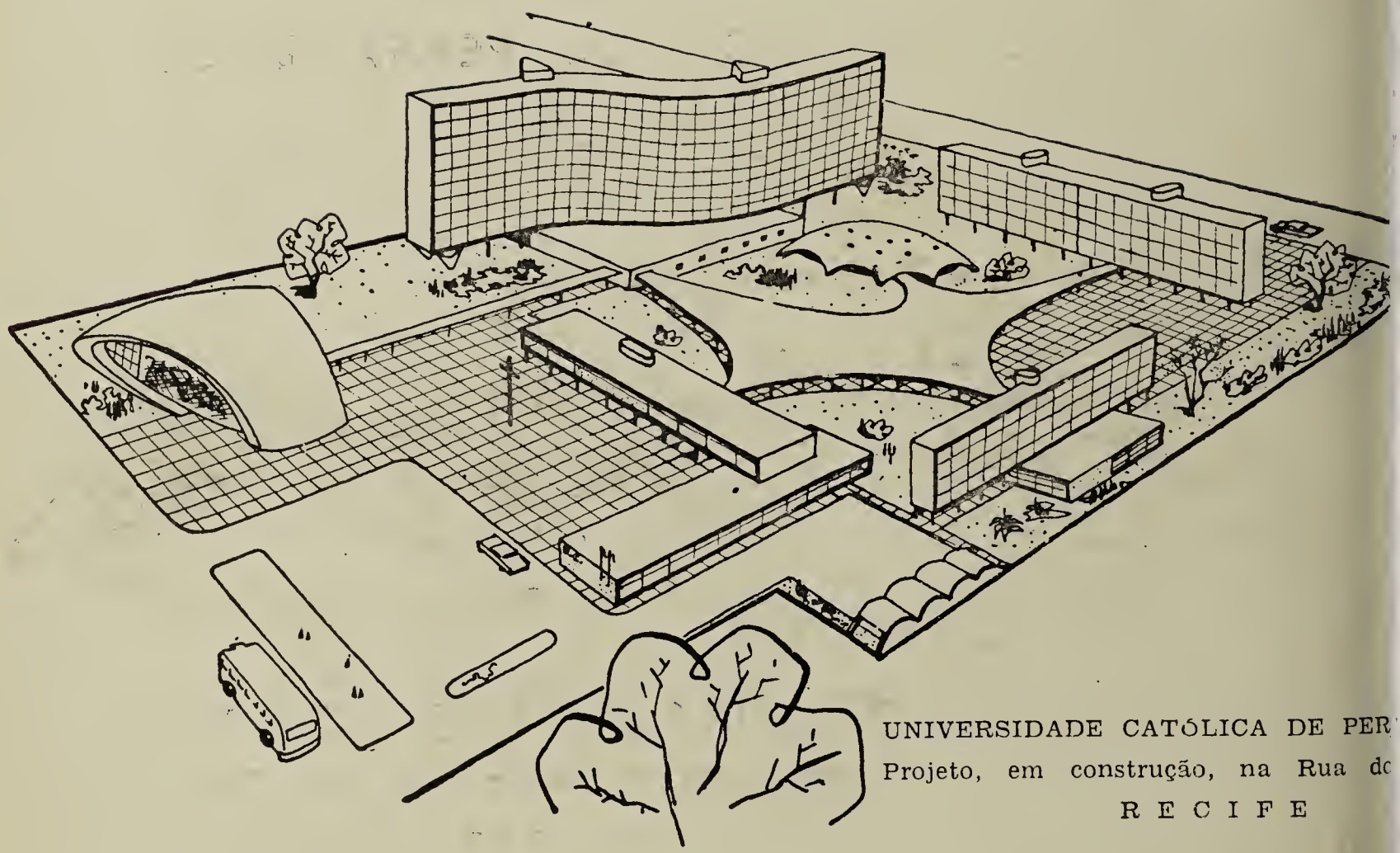
Instituto de Física

Escola de Enfermagem

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO

Projeto, em construção, na Rua do Príncipe.

R E C I F E



UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PER
Projeto, em construção, na Rua do
R E C I F E

Trabalho composto e impresso por
I. Nery da Fonseca & Cia. Ltda.
Rua do Apolo, 78-82 — R e c i f e